



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL – PPDSR

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA: organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão sob o neoliberalismo

SÃO LUÍS – MA

2020

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA: organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão sob o neoliberalismo

Dissertação submetida ao processo de defesa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Franci Gomes Cardoso.

SÃO LUÍS – MA

2020

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA: organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Maranhão sob o neoliberalismo

Dissertação submetida ao processo de defesa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Franci Gomes Cardoso.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Franci Gomes Cardoso (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho
Doutor em História
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof^a. Dr^a. Karênina Fonseca Silva
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais, que
cotidianamente lutam pelo acesso a terra e justiça
social.

AGRADECIMENTOS

A concretização de projetos, por mais individuais que sejam, perpassam a dimensão coletiva da vida em sociedade. Como toda produção, essa não se materializa por um único esforço individual, mas por uma gama de forças, que direta ou indiretamente se congregaram.

A Deus, autor de toda força, coragem e perseverança necessários para a realização deste trabalho.

A toda minha família, em especial minha mãe Adriana Rabelo, mulher negra e pobre que desistiu de inúmeros de seus projetos para que eu pudesse concretizar os meus. Ao meu pai, José Oliveira Silva, homem do campo, que com sua força e determinação me possibilitou perceber a educação como um caminho indispensável. A minha irmã, Jadna Rabelo Silva, por toda sua solidariedade e paciência. Ao meu avô materno, Antônio Carlos Rabelo (*in memoriam*), homem negro e pobre, que sempre acreditou que a educação é fundamental para nos construirmos enquanto sujeitos críticos e possibilitadores de mudanças.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pela oportunidade de qualificação e concessão da bolsa de mestrado ao longo desses dois anos.

Aos professores e demais funcionários do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, em especial Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior, que com sua enérgica e otimista dinâmica sempre nos incentivou ao exercício da pesquisa. E, à secretária administrativa Elizete Ferreira da Silva, por toda sua disponibilidade e paciência.

Aos professores, Dr. Isaac Giribet Bernat e Dr^a. Karênina Fonseca Silva, que aceitaram compor a banca de qualificação e contribuíram de forma significativa para que pudéssemos avançar em termos de análise e criticidade.

À professora e orientadora desta pesquisa, Prof^a Dr^a Franci Gomes Cardoso, uma referência para o Serviço Social, que me presenteou ao longo desses dois anos com a magnitude de seu conhecimento, com contribuições imensamente pertinentes, e acima de tudo, com sua coragem e persistência na luta por outra sociedade.

Aos colegas de turma, em especial Thamires e Amanda, por toda solidariedade. Elgonzales, principalmente por sua companhia nos almoços do RU e suas calorosas conversas.

Igor, um geógrafo admirável, que com todo seu conhecimento viabilizou a construção dos mapas desse trabalho e esteve disponível para inúmeros debates e reflexões.

Ao grupo de amigas, intitulado: Clube do Café, Amarayna, Tatiane, Arleane, Danúbia, Paula e Adelaide, que desde 2011 me concedem alegrias e desafios, sempre compartilhando informações, socializando debates e discussões e me possibilitando o exercício revolucionário da afetividade.

À profª Drª Zaira Sabry Azar, Assistente Social, Pesquisadora, Docente e Dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pelas grandiosas contribuições para o meu desenvolvimento intelectual e pessoal.

A todas trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra, em especial aos participantes desta pesquisa, meu agradecimento por me possibilitarem perceber, que mesmo em meio aos desafios impostos pelo sistema, é necessário sonhar, é necessário resistir para existir.

Às amigas: Letícia, pela disponibilidade e atenciosidade; Manu, pela paciência e gentileza; Mariana, pela bravura e assertividade.

Enfim, a todas e todos que ainda de forma mínima, contribuíram ou incentivaram a elaboração desta árdua produção e realização de uma grande conquista, meu sincero obrigada!

“Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para apanharem cercas e bois. E fazer a Terra escrava e escravos os humanos!”

(Pedro Casaldáliga)

RESUMO

Este trabalho expõe resultados da análise da relação entre a questão agrária e as lutas sociais pela terra e possui como referência empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esta análise estabeleceu a relação entre as categorias: questão agrária e questão social, evidenciando as expressões dessa relação no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide da ideologia neoliberal, quando o capital se desenvolve no campo impondo configurações cada vez mais complexas da questão agrária. Essa discussão explicita a expansão e consequências do agronegócio no referido estado, a partir de expoentes como os monocultivos de soja e eucalipto, além dos intitulados grandes projetos de desenvolvimento que necessitam de amplas áreas para sua implantação, ocasionando profundas transformações no campo, como o acirramento dos conflitos fundiários e da exploração nas relações de trabalho. Nesse contexto, explicitam-se ainda, as formas de organização política dos trabalhadores rurais no Brasil e suas especificidades no Maranhão, com ênfase para a eclosão do MST. O resultado da pesquisa evidencia que, embora se diversifique as investidas do capital e o acirramento das expressões da questão agrária, os trabalhadores rurais têm engendrado estratégias de organização e resistência, na construção e reconstrução de uma luta que almeja para além do acesso a terra, a efetivação de políticas públicas e direitos fundamentais historicamente conquistados, que lhes assegurem a produção da existência material. Considerando que suas demandas sinalizam para a superação de contradições estruturais do modo de produção hegemônico, a luta do Movimento em tela materializa esforços e estratégias delineando um percurso de protestos e lutas por outra sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária. Organização e resistência. Neoliberalismo.

ABSTRACT

This work exposes results of the analysis of the relationship between the agrarian question and the social struggles for land and has as empirical reference the Movement of Landless Rural Workers – MST. This analysis established the relationship between the categories: agrarian question and social question, showing the expressions of this relationship within the state of Maranhão, under the aegis of neoliberal ideology, when capital develops in the countryside imposing increasingly complex configurations of the agrarian question. This discussion explains the expansion and consequences of agribusiness in that state, from exponents such as monocultures of soy and eucalyptus, in addition to the so-called large development projects that require large areas for their implementation, causing profound transformations in the field, such as worsening land conflicts and exploitation in labor relations. In this context, are also made explicit, the forms of political organization of rural workers in Brazil and their specificities in Maranhão, with emphasis on the outbreak of the MST. The result of the research shows that, although the investments of capital and the intensification of the expressions of the agrarian question are diversified, rural workers have engendered strategies of organization and resistance, in the construction and reconstruction of a struggle that aims beyond access to land, the implementation of public policies and fundamental rights historically conquered, which ensure the production of material existence. Considering that its demands signal the overcoming of structural contradictions in the hegemonic mode of production, the struggle of the Movement on screen materializes efforts and strategies outlining a path of protests and struggles for another sociability.

KEY WORDS: Agrarian question. Organization and resistance. Neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização das terras indígenas no Maranhão	46
Figura 02 – Ilustração de Paulo Freire na parede do Centro de Formação Maria Aragão no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)	117
Figura 03 – Entrada do Centro de Formação Maria Aragão no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)	118
Figura 04 – Horta coletiva no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)	124
Figura 05 – Produção de hortaliças no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)	124
Figura 06 – Mapa de localização dos Assentamentos Vinculados ao MST no Maranhão.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produção de grãos de soja no Maranhão de 1990 a 2017.....	61
Gráfico 02 – Área plantada de grãos de soja no Maranhão de 1990 a 2017	62
Gráfico 03 – Conflitos no campo no Brasil de 1990 a 2017	69

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 – Evolução do Índice de Gini na região Nordeste.....	54
Quadro 02 – Brasil – A luta pela terra e sua conquista – 1979-2006.....	80
Quadro 03 – Ocupações realizadas de 2001 – 2003.....	82
Quadro 04 – Formas de cooperação agrícola.....	121
Quadro 05 – Relação de Acampamentos do MST no Maranhão.....	128

LISTA DE SIGLAS

ACISO – Ação Cívico-Social

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão

ATAM – Associação dos Trabalhadores agrícolas do Maranhão

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste

CC – Cooperativa de Crédito

CCA – Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado do Maranhão

CENTRU – Centro de Educação do Trabalhador Rural

CIMI – Centro Indigenista Missionário

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CNA – Confederação Nacional na Agricultura

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviço

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPS – Cooperativa de Prestação de Serviço

CPSR – Cooperativa de Prestação de Serviços Regionais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNRURAL – Fundação de Previdência e Assistência ao Trabalhador Rural

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

GERA – Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MEPF – Ministério Extraordinário de Política Fundiária

MESBLA – Sociedade Anônima Brasileira Estabelecimentos Mestre et Blatgé

MIQCB – Movimento de Mulheres Quebradeira de Coco Babaçu

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PA – Projeto de Assentamento

PGC – Programa Grande Carajás

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PJR – Pastoral da Juventude Ruralista

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RAP – Reforma Agrária Popular

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SNI – Serviço Nacional de Informação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil

VARIG – Viação Aérea Riograndense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO CONTEXTO DO MARANHÃO.....	27
2.1 A questão agrária como expressão da questão social: abordagens histórico-conceituais	28
2.2 Configurações da questão agrária no Maranhão: a centralidade do agronegócio e da concentração fundiária.....	43
2.3 As implicações da ideologia neoliberal na questão agrária.....	71
3 A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA E AS EXPRESSÕES POLÍTICAS DO MST	85
3.1 As formas de organização dos trabalhadores rurais no estado do Maranhão.....	85
3.2 A luta pela terra: a gênese do MST no Brasil e suas particularidades no estado do Maranhão	95
3.3 Formas de organização e resistência do MST como referência nas lutas populares	109
4 CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE	
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de resistência e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide da ideologia neoliberal, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, conferido ao campo a partir da expansão e solidificação do agronegócio.

O interesse pela referida temática é proveniente de diversos momentos da nossa formação acadêmico-profissional. *A priori* destacamos a participação, como pesquisadora na iniciação científica, no projeto intitulado: “O debate intelectual sobre a inserção do Serviço Social na luta social dos trabalhadores: identificação de tendências e repercussões na cultura profissional”, desenvolvido pelo grupo de estudos, pesquisa e debates em Serviço Social e Movimento Social – GSERMS, coordenado pela professora Dra. Marina Maciel Abreu, que objetivou contribuir para a identificação e análise dos eixos do debate intelectual em Serviço Social sobre a cultura profissional.

As leituras, o levantamento de produções teóricas realizados na área da referida pesquisa e os debates gerais do grupo proporcionaram não somente uma melhor compreensão sobre a temática, como ensejaram o surgimento de novos questionamentos. Nesse processo, tornou-se mais pungente o sentimento de busca incessante pelo conhecimento, entendido não como verdades absolutas, mas, como reconstruções do pensamento sobre a realidade em permanente movimento.

Nesse percurso, identificamos que dentre as temáticas mais abordadas no Serviço Social no período de 1990 a 2010, estavam: a política de Assistência Social, Questão Social e Neoliberalismo. As lutas por políticas sociais, estando a saúde e a previdência como principais, e a questão agrária estava presente de forma ínfima dentre as produções, evidenciando a parca produção existente em torno da relação da profissão com a mesma. Logo, todo o mencionado processo de investigação suscitou a elaboração do meu trabalho monográfico, que se intitulou: “Serviço Social e Questão Agrária: desafios e possibilidades da efetivação do projeto ético-político na FETAEMA”.

Essa dinâmica permitiu nossa aproximação com o debate da questão agrária no Brasil e Maranhão, bem como as análises que perpassam o processo de acirramento da ideologia neoliberal e suas mazelas, tais como as transformações na dinâmica do “mundo do trabalho” e

consequentemente no retrocesso dos direitos historicamente conquistados, o processo de “invasão” do capital no campo, e como esses elementos imprimem limites e desafios aos mais variados movimentos e organizações que possuem como escopo à luta pela terra.

Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

Concebemos a questão agrária sob o prisma de sua configuração histórica e a partir de um conjunto que engloba as desigualdades entre as classes sociais. Enfatizamos o movimento de inserção e consolidação da ideologia neoliberal no campo, que acarreta no aumento e diversificação dos modos de subordinação e precarização dos trabalhadores rurais, bem como expropriação e expulsão destes de suas terras e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

As ideias neoliberais no mundo são resgatadas a partir da crise do capital nos anos de 1970, com a finalidade de avigorar o capitalismo mundial. No Brasil, as políticas neoliberais alcançaram maior vigor no Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC e a sua implementação iniciou a materialização de projetos que, entre outras características, possuíam como peculiaridades primordiais o incentivo às grandes propriedades de terra e uma superior solicitude ao capital e à tecnologia no espaço rural. Portanto:

Socialmente [...] o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito, com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples ideia que não há alternativa para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptarem-se as suas normas (ANDERSON, 1995:1-2).

Ao analisar as expressões da questão agrária na América Latina, Kay (2018) explicita que no período anterior ao neoliberalismo as problemáticas no meio agrário giravam em torno, principalmente, da concentração fundiária. No entanto, os processos de consolidação das relações capitalistas no campo transformaram significativamente o trabalho.

[...] as condições de trabalho tornaram-se mais precárias em dois sentidos. Primeiramente, enquanto no passado o emprego costumava ser mais permanente, hoje é caracterizado por sua natureza temporária e flexível. Os fazendeiros capitalistas e as agroindústrias utilizam, crescentemente, o trabalho assalariado temporário para cumprir suas necessidades de trabalho, evitando fazer as contribuições para a seguridade social e outras responsabilidades para com seus trabalhadores. Torna-se, também, mais difícil para os trabalhadores se organizarem e pressionarem por direitos trabalhistas. Empregadores de trabalho temporário não costumam emitir contratos laborais nem respeitar legislação referente ao salário mínimo. Eles conseguem seguir com esses abusos com impunidade especialmente em áreas em que há uma abundância na oferta de trabalho, deixando os trabalhadores vulneráveis a condições de trabalho caracterizadas pela exploração. Observa-se uma preferência pela contratação de mulheres, motivada pela percepção de que seriam mais ágeis, menos conflituosas e, sobretudo, mais dispostas a aceitarem salários mais baixos. Outro motivo por trás da precarização das condições de trabalho está ligado à perspectiva subjetiva do trabalhador. A natureza repetitiva do trabalho e a maior intensidade e controle exercidos pelo empregador levam muitos a mudarem de emprego na esperança de encontrar melhores condições de trabalho. Com isso, a flexibilidade e mobilidade do trabalho se tornaram mais prevalentes (KAY, 2018, p. 5).

Esses elementos expressam que para além da concentração fundiária, há uma concentração de capital, que altera consideravelmente as relações de trabalho. A mecanização, que está dentre estas transformações na produção, implica na parca quantidade de empregos, assim como os mecanismos estratégicos do sistema imprimem flexibilização nos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, além da diluição da capacidade organizativa da referida classe, considerando as condições objetivas e subjetivas as quais está submetida e sua necessidade de subsistência.

Os empresários expoentes do agronegócio adquirem avantajadas quantidades de capital para os seus investimentos devido a seus laços estreitos com o capital financeiro e os fundos de investimento internacionais. Admitem profissionais muito bem habilitados e altamente capacitados que, por sua vez, terceirizam os diferentes estágios da dinâmica produtiva a empresas especializadas em serviços agrários. Isso permite com que essas empresas corporativas apliquem as mais modernas técnicas agrícolas e consigam aumentos substantivos no rendimento da safra, na flexibilidade para se adaptar a variações nas circunstâncias de mercado e na produtividade global por meio de economias de escala (KAY, 2018).

Esse processo de expansão do capital no espaço rural, impulsionado pelo neoliberalismo, implica as expressões da questão agrária na contemporaneidade, uma vez que se têm delineado novos contornos da luta de classes no campo, a partir do agronegócio.

No modelo do agronegócio está contemplada uma parceria ideológica de classe entre os grandes proprietários da terra e os empresários dos meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem a defesa e a propaganda permanente das empresas capitalistas no campo como único projeto possível, moderno e insubstituível. Além da pressão econômica a reprodução ideológica dos interesses de classe das classes dominantes é agora realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico (MST, 2013, p. 15).

Há uma participação significativa da mídia em articulação com os grupos empresariais para a difusão das ideias do agronegócio, e seus projetos como único meio viável de produção no âmbito do campo. Sobre essa questão, compartilhamos da acepção de Fernandes (2013) que considera o agronegócio como um complexo de organizações vastas, que engloba de modo desigual, os sistemas: agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

A terminologia “agronegócio” omite o termo “latifúndio”, no entanto trata-se de uma “inovação” de um modelo arcaico de produção, alicerçado na concentração fundiária e nos monocultivos para exportação. Nesses termos, Fernandes (2004, p. 3), afirma que o agronegócio:

[...] procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Ele é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Por conseguinte, é neste campo de embates na busca pela efetivação do direito a terra e direitos humanos em sua complexidade, que os movimentos sociais do campo se inserem, a partir de estratégias de resistência e organização no contexto em que há um processo de acirramento da questão agrária. E, por sua vez, assinalando o campo enquanto um espaço de conflitos de classes.

No que refere à categoria resistência, referenciamos Silva (2019) que ao citar Cardoso (1995) a reflete assumindo uma perspectiva dialética e compreendendo-a na dinamicidade histórica, enquanto elemento articulado ao: “[...] contexto político, de lutas sociais e de enfrentamento consciente ou não às desigualdades historicamente determinadas pelo modo de produção, e que envolve processos organizativos, tanto na esfera de produção quanto do político-ideológico” (CARDOSO, 1995, p. 64 apud SILVA, 2019).

Consequentemente, não podemos ponderar a resistência desconectada das relações permeadas por interesses antagônicos na sociedade capitalista, compreendendo que a necessidade

de enfrentamento torna-se uma estratégia, não somente para proteger e defender demandas individuais ou particulares, mas para garantir a própria produção da existência material frente aos limites impostos pelo sistema. Assim:

As resistências se organizam contra a mundialização de um sistema econômico caracterizado por um processo de exclusão/destruição, que afeta tanto os seres humanos quanto a natureza e que submete toda a realidade à sua lógica, chegando até mesmo a negar essa evidência, quando seus interesses estão em jogo (AMIM; HOUTART, 2003, p. 334).

No entanto, faz-se fundamental compreendermos que: “apesar de serem lutas contra o capital, nem todas as resistências são antissistêmicas, isto é, nem todas estão prontas para combater o capitalismo e o imperialismo como sistemas. [...] reagem em função do seu imaginário social” (AMIN; HOUTART, 2003, pp. 324-325).

As formas de resistências deverão transcender uma simples somatória de atos, buscando abranger uma quantidade cada vez maior de sujeitos para a construção de um projeto orgânico e assim, somarem com uma maior intensidade na dinâmica de correlações de forças no modo de produção hegemônico. Tal movimento só é viável se houver um processo de amadurecimento na construção da organização, a partir da consciência de classe, ou seja, percurso fundamental para superar uma resistência composta por ações imediatas e fragmentada.

Quanto à consciência de classe, Lukács (2003, p. 142) afirma que “não é nem a soma e nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc.”, assim refletimos que ao tratar da consciência de classe, não estamos lidando com um processo meramente individual ou do campo psicológico. Trata-se de um percurso que perpassa as condições objetivas e subjetivas das classes sociais, indo além de motivações ou aspirações produzidas por desejos e vontades distintas.

Na literatura marxista, especificamente na obra *A Miséria da Filosofia*, Marx define classe em si e classe para si:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país [Inglaterra] em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985 [1847]: p.159).

As contradições econômicas não definem por si só o processo de luta entre classes, mas o processo de luta é desenvolvido com o movimento de uma classe em si, para uma classe para si, assim sendo: “A consciência de classe está, portanto, diretamente vinculada à atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-la em cada homem isolado no conjunto das relações sociais” (CARDOSO, 2005, p. 5).

Assim, as resistências que estão nessa construção de um projeto orgânico, se materializam nas diversas formas de organização, e estas por sua vez tornam-se importantes espaços para o processo de maturação da consciência política, afinal “[...] uma massa humana não se distingue e não se torna independente, por si, sem organizar-se [...]” (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Dentre as diversas formas de organização estão os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esse Movimento se formou no Maranhão no contexto em que se agravou a entrada do capital estrangeiro e os grandes projetos no âmbito rural. Momento em que o neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Assim, as consequências do avanço do capital estrangeiro nas relações sociais no campo foi uma de suas preocupações, tornando-se um movimento cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito a terra, além disso, em busca por uma sociedade em que além do acesso, também assegure às condições necessárias de sobrevivência por meio da produção e reprodução na terra.

Os trabalhadores sem terra ao travarem suas formas de luta, prosseguem diversas variáveis de sua resistência, ou seja, a partir das marchas, ocupações, simbologias, buscando sempre expandir suas aquisições de atividade, manifestação, elementos que fazem parte de uma resistência histórica.

A história dos movimentos e das lutas sociais, especialmente a dos trabalhadores do campo, distingue-se pela sua essência histórica e política de impugnação: inicialmente, contra a autoridade patronal de fazendeiros e "coronéis"; depois, contra a expropriação capitalista, cometida através dos grandes proprietários, grileiros e empresários; e mais recentemente, contra a exploração econômica, que se efetiva por meio da ação da grande empresa capitalista (submetendo a força de trabalho camponesa) e da política econômica do Estado, que concebe e assegura as condições de exploração (MIRANDA, 2003).

Articulam-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento dos trabalhadores atingidos pelas barragens das usinas hidrelétricas, o movimento das quebradeiras de coco babaçu, o movimento dos boias-frias, dos garimpeiros, dos seringueiros, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, o movimento sindical, que articula interesse e demandas tanto dos trabalhadores do campo quanto da cidade.

Essa diversidade não somente amplia o poder da pressão reivindicativa, como destaca a Reforma Agrária, como uma bandeira que exige múltiplas forças na esfera política, evidenciando que o MST, não luta apenas por acesso e uso da terra, mas englobam nas suas pautas, os diversos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, o que possibilita as condições para na terra sobreviver.

Na conjuntura atual, vivenciamos um avanço de traços fascistas¹, e a consolidação de um projeto conservador² e obscurantista, que estimula o ódio de classe e o ódio aos grupos sociais historicamente excluídos, como a população negra³. Expressões estas que se manifestam em meio a uma crise sanitária⁴ e política no Brasil.

Frente às diversas expressões das questões sociais evidenciadas e acirradas com a pandemia da COVID-19, o MST que em suas formas de organização e resistência, busca historicamente a construção de uma sociedade justa e igualitária, vem suscitando debates pertinentes, como o da importância da educação como direito social; violência contra a mulher e o acirramento da violência contra os povos do campo, das águas e das florestas. Destaca-se ainda,

¹ “O fascismo tem um discurso nacionalista, se mostrando como única solução para os problemas do país, geralmente através de um líder autoritário, bem como um forte apelo ao militarismo, desprezo aos direitos humanos e às minorias. Além disso, elege um grande inimigo comum ao qual responsabiliza pelos principais problemas nacionais. Todos esses fatores, entretanto, não passariam do discurso para a ação se não encontrassem eco no interior das massas populares”. (VASQUEZ, 2019, p. 559).

² “O que presenciamos ao longo da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro à presidência foi o enaltecimento da família tradicional e de valores conservadores cristãos que, com sua eleição, tendem a ganhar força e **garantir um projeto de nação que vilipendie os direitos da classe trabalhadora e das minorias sociais**” (VASQUEZ, 2019, p. 605).

³ “O racismo continua presente na sociedade contemporânea, mas de maneira cada vez mais complexa e implícita. Entretanto, é importante ressaltar que ninguém nega a existência do racismo, mas ele é sempre uma atitude do outro. É um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia das leis. E falar em racismo estrutural não significa, de maneira nenhuma, retirar a responsabilidade individual que as pessoas têm em uma sociedade racista. Muito pelo contrário: sabendo que o racismo é estrutural e que, portanto, se manifesta pelos não ditos, pelos mal entendidos e até mesmo de maneira inconsciente [...]” (RIBEIRO, 2019, p. 3).

⁴ “A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional no 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde” (WERNECK, CARVALHO, 2020, p. 3).

entre essas ações do MST, na atual conjuntura, a mobilização realizada em todo o país, no dia 05 de junho, dia Mundial do Meio Ambiente, acerca da proposta de enfrentamento à crise vivenciada, com o lançamento do Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular.

O Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular está estruturado em três eixos: Terra e Trabalho; Produção de alimentos saudáveis; Proteger a natureza, a água e a biodiversidade; e Condições de vida digna no campo para todo povo. Por meio desse plano, o MST vem reafirmar seu compromisso histórico com a classe trabalhadora, e ainda, com os desafios vivenciados cotidianamente pelos povos do campo, que no cenário da pandemia são impactados de forma significativa por inúmeras problemáticas estruturais.

Tendo como referência esse movimento e seus desafios, nossa pesquisa que deu origem a esta dissertação teve como objetivo geral: analisar as formas de organização e resistência do MST frente à questão agrária no Maranhão sob o neoliberalismo; e como objetivos específicos: a) analisar as relações entre questão agrária e questão social e suas expressões no contexto do Maranhão; b) identificar as formas de organização e mecanismos de resistência do MST frente à questão agrária no Maranhão neoliberal; c) configurar as implicações do neoliberalismo na questão agrária no Maranhão e no movimento de organização e resistência dos trabalhadores rurais sem terra.

O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico dialético, que nos possibilitou apreender elementos inerentes à questão agrária e a luta pela terra, com enfoque para os processos de organização e resistência dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão sob o neoliberalismo, na perspectiva de configurar a realidade, com destaque à ação dos sujeitos envolvidos em contextos históricos determinados.

[...] (o materialismo histórico dialético) é o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa delinea-se como qualitativa⁵, para uma melhor compreensão da realidade estudada, considerando que essa abordagem “[...] preocupa-se em compreender a experiência que eles (sujeitos) têm as representações que formam e os conceitos que elaboram [...]” (CHIZZOTTI, 2010, p. 84).

Assim, foram realizados levantamento e revisão de literatura (monografias, livros, artigos, teses, dissertações...), como importante fase da investigação, em fontes secundárias, com base nas palavras de Koche (1997, p. 122) presentes no estudo de Fernandes e Gomes (2003, p. 14), “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”, seja ela fundamentalmente teórica, com ênfase em fontes secundárias, seja ela fundamentalmente empírica, com ênfase em fontes primárias de realidades em movimento. Pois, a história escrita e o tratamento teórico sobre objetos históricos passam a ser parte constitutiva desses objetos.

Os sujeitos entrevistados, fontes primárias na investigação, foram 06 (seis) atuantes históricos no MST, sendo 05 (cinco) dirigentes e 01 (um) militante. O critério utilizado para escolha desses é o fato de serem os sujeitos que constroem historicamente a luta, enquanto centrais no processo de estratégias de resistência e por militarem no MST desde a formação, no Maranhão. “a boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2004 apud DESLANDES, 2007, p. 48).

Um dos procedimentos escolhidos para a coleta das informações empíricas foi a entrevista semiestruturada. Essa é definida por Honnigmann (1995 apud MINAYO, 2004, p. 108) como: “uma técnica que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

Utilizamos para a identificação das informações, a numeração correspondente à ordem em que as entrevistas foram realizadas, bem como a data e o local em que foram acessadas, considerando que dois dos sujeitos participantes desse processo solicitaram com ênfase o não emprego sequer das iniciais dos seus nomes.

⁵ “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1990, p. 22).

Os dados apreendidos na pesquisa foram organizados a partir de matrizes de análise a fim de se estabelecer uma interpretação coerente para viabilizar a produção de uma descrição analítica, num incessante processo de captar a realidade pensando-a teoricamente.

O resultado da análise do objeto exposto nesta dissertação encontra-se organizado em três capítulos e na conclusão, além desta introdução.

No primeiro capítulo, buscamos refletir as especificidades da relação entre questão agrária e questão social e suas expressões no contexto do Maranhão, com ênfase para os processos de inserção do capital no campo e as expressões da desigualdade impressas por essa dinâmica. Evidenciamos as configurações do agronegócio, enquanto um projeto disseminado pela ideologia dominante, como sendo a única forma de produção, bem como os dados de conflitos fundiários e concentração da terra. Destacamos o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como fonte de obtenção de dados.

No segundo capítulo, enfatizamos a organização política dos trabalhadores rurais, com ênfase para o caráter histórico das lutas camponesas e da sua necessidade mediante as condições objetivas e subjetivas da classe. A realidade dessas lutas no Brasil é tratada de forma a evidenciar como se constitui em um processo relacionado às particularidades histórico conjunturais no âmbito nacional e estadual, no caso do Maranhão. Elencamos os elementos que sinalizam para a formação do MST no Brasil e no Maranhão, considerando a gênese desse movimento como uma complexa e contínua articulação, indo além de um evento único.

O terceiro capítulo apresenta reflexões críticas sobre a ideologia neoliberal e suas principais implicações para a dinâmica social, destacando as ameaças reais para a organização política da classe trabalhadora. Apresentam ainda, as consequências no meio rural, as formas de atuação dos governos brasileiros sobre a questão agrária e no MST e as principais formas de organização do MST, frente às mazelas impressas pela estrutura capitalista.

Na conclusão, registramos aspectos relevantes abstraídos das análises feitas nos três capítulos que estruturam esta dissertação, dos quais destacamos: a reafirmação da questão agrária como expressão da questão social; a evidência de que a luta pela terra, no Brasil, se insere na dinâmica histórica, a partir de diversas manifestações de resistência e organização da classe trabalhadora; o acirramento da luta de classe no campo, suscitado pelas modificações introduzidas pelo agronegócio, no que refere às formas de produção e dinâmica de articulações

entre os grupos da classe dominante; a reorganização do MST em suas formas de intervenção, elencando às suas bandeiras de luta, entre outras reivindicações, a Reforma Agrária Popular, em face da complexificação da questão agrária.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL E SUAS MANIFESTAÇÕES NO CONTEXTO DO MARANHÃO

A burguesia agrária se apropria dos meios de produção, que no caso específico do campo, trata-se essencialmente da terra e do excedente que é socialmente produzido. Barros (2018, p. 186) situa esse grupo afirmando que:

A burguesia agrária é formada e identificada como a classe dominante, aquela que possui os meios de produção, ou seja, a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram direta e indiretamente a produção agrícola de monocultura e mantém um número considerável de trabalhadores assalariados, que sustentam o processo de acumulação e reprodução capitalista. Esta apropria-se do trabalho excedente e da mais-valia. Essa classe se opõe ao campesinato, seus movimentos sociais, suas lideranças e suas organizações, através dos mais diversos instrumentos ideológicos de coerção e violência. Vale salientar que a burguesia agrária não se vincula notadamente e apenas à produção agrícola direta, isto é, ao espaço da fazenda administrando a produção. Ela se amplia para todos os setores que estão articulados ao primeiro: fabricação de insumos, comercialização, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e ferragens agrícolas e, para, além disso, em bancos, conglomerados de empresas, transnacionais, agroindústrias, grupos econômicos em plena conexão de diferentes capitais, em âmbito regional, nacional e internacional. Parte dessa burguesia já tinha relação direta com o campo, seja por herança da família ou por fazer parte de algum grupo de fazendeiros locais; outra parte caracteriza-se pela integração de capitais, como um negócio para atrair melhores perspectivas de valorização e acumulação do capital, sem nunca ter tido aptidão para a agricultura.

Em contraposição a essa racionalidade, os povos do campo na sua práxis, ao consolidar a sua própria particularidade estão prontamente refutando a racionalidade capitalista, uma vez que as relações estabelecidas por este grupo social são distintas dos princípios que regem as estabelecidas sob o comando do capital. Considerando, assim, que: “[...] ‘sem-terra’, ‘quilombola’, ‘ribeirinho’, ‘boia-fria’ identifica o lugar dos oprimidos, dos espoliados, dos explorados e expropriados da propriedade da terra, dos recursos naturais, dos direitos sociais e humanos, da vida digna” (BRUNO, 2009, p. 114).

Para compreendermos a realidade agrária de forma crítica, analisamos, neste capítulo, as expressões de tais grupos na dinâmica do modo de produção capitalista, bem como suas estratégias de produção, que materializam lógicas distintas, no contexto das lutas de classes no campo.

2.1 A questão agrária como expressão da “questão social”: abordagens histórico-conceituais

Partilhamos da compreensão de que não há uma única acepção para o que seja “questão agrária”, pois: “O conceito de ‘questão agrária’ pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos da realidade agrária [...]” (STÉDILE, 2005, p. 17). Sendo a realidade agrária um universo de inúmeros fenômenos, passíveis de análises e interpretações multifacetadas, priorizamos por distinguir os elementos propícios à reflexão do nexos entre questão agrária e as expressões da “questão social”, bem como as manifestações dessa relação no estado do Maranhão.

Uma das construções conceituais de questão agrária, a deslinda como ramo do conhecimento que investiga o âmago das adversidades das sociedades concernentes ao uso, posse e propriedade da terra, isto é, de modo respectivo à maneira como o homem apodera-se do ambiente para estruturar a produção agrícola, quem são os sujeitos que residem e convivem em um território específico e a situação jurídica – alicerçado no capitalismo – da terra, assim como os meios que levaram sua propriedade (STÉDILE, 2012).

Sob esse ângulo, a acepção da questão agrária deve ser considerada indissociável da ponderação do processo de constituição do capitalismo, trama da acumulação primitiva. Sobre essa, Marx (2017, p. 785) elucida que se trata de “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Desse modo, dentre os princípios que subvencionam a emersão do dito sistema, evidenciamos a composição dos trabalhadores livres a contar da desapropriação destes de suas terras, o que resulta em extremas transformações no âmbito agrário.

O advento do modo de produção capitalista é delimitado pela designada acumulação primitiva. Com o início dessa fase, a insólita condição de arranjo da sociedade se desvela na diferenciação de duas classes sociais, a saber: burguesia e proletariado. Nesses termos, Marx (2017, p. 786) elabora que: “A assim chamada a acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

A acumulação primitiva no cenário europeu se caracterizou como o transcurso que converteu o trabalhador servil, porém detentor de seus meios de produção, em um trabalhador

destituído dos referidos meios, a não ser a sua força de trabalho. Com isso, a posse exclusiva dos meios de produção se aglutina com a classe burguesa, enquanto os trabalhadores ficam isentos de qualquer recurso de produção. Desta maneira, ao analisar as condições para que o possuinte de dinheiro obtenha no mercado a força de trabalho como mercadoria, Marx (2017, p.786) evidencia:

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos, etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desse meio de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições da realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Portanto, sucedeu gradualmente por mecanismo de supressão e expropriação da terra, bem como de outros meios de manutenção, a gênese dos trabalhadores que não dispõem de meios de produção. O proletariado, que emerge como nova classe social é quem oferecerá aos proprietários privados sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, numa vinculação de assalariamento. Para Marx (2017, p. 787):

[...] esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

Nessa conjuntura, os trabalhadores eram impelidos a irem para as fábricas que estavam se estabelecendo ou para as terras de outrem onde sua força de trabalho era comprada pelos salários. Essas alterações foram agudamente impactantes para o trabalhador, pois este precisou alienar sua força de trabalho, como mercadoria, em circunstâncias que lhe eram

plenamente discrepantes do que se encontrava avezado. À vista disso, o que distingue o estágio da acumulação primitiva são as feições vanguardistas que serviram de recurso à classe burguesa, afinal “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13).

Com a desagregação das vassalagens feudais, é difundida no mercado uma legião de proletários, e com o acréscimo da manufatura de lã, houve o requisito da conversão das glebas de lavouras em pastagens. Assim, não só os trabalhadores, mas também as terras lograram outras utilidades nesse exórdio do modo de produção capitalista, dado que deixou de ser usufruída para realização de trabalho e produção de alimentos, para tornar-se área de rebanho de ovelhas, centralizada em parca quantidade de trabalhadores. Com a expropriação, agrega-se outro préstimo a terra, o que resulta em transições na relação de valor desta, como base de poder e geração de riqueza, se dilata modificando-a em recurso de produção proveitosa e essencial para a acumulação.

Em meio a esse processo de expropriações ocorre a reforma protestante, que coloca em risco a supremacia da Igreja Católica, sendo que a hegemonia desta fora consolidada por meio dos princípios religiosos até o acervo eclesiástico obtido. Ao relacionar a importância da aludida reforma com as implicações ao poderio da Igreja, e por sua vez as inferências para a classe trabalhadora, Marx (2017, p. 793) explicita que:

Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violência das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos monastérios etc. lançou seus moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos repasses favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassalos hereditários e açambarcaram suas propriedades. A propriedade, garantida por lei aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada.

O governo da Inglaterra privilegiou os grandes proprietários de terra, dispensando-lhe a aquiescência de relegar os trabalhadores das terras de uso comum, assim esses processos foram auferindo maior ímpeto e suscitaram o êxodo rural. Segundo Seriacopi (2005, p. 242) as expropriações traduziram: “[...] um caso de roubo de classe feito sob amparo da lei”. No espaço rural inúmeras modificações ocasionadas pelas novas técnicas agrícolas originaram uma produção que deixou de estar intencionada somente para o sustento, sendo orientada também para

a exportação.

Portanto, aldeias e vilas foram depredadas e demolidas, para afugentar os sujeitos de suas terras, foram ainda obrigados a residir em outros lugares, em situações excessivamente pauperizadas e nocivas. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva, passa a buscar subsistência em qualquer lugar e sob quaisquer condições. (MARX, 2017). Por consequência, compreendemos que ao passo que o capitalismo propicia o aperfeiçoamento das técnicas e crescimento da produção, por outro lado controla a paupérie da classe trabalhadora, num acentuado fluxo inverso e estratégico.

Na realidade brasileira, a acumulação primitiva se deu com a sustentação da mão de obra de sujeitos escravizados, proveito de metais preciosos e produção agrícola. Os trabalhadores cativos foram requisitados pelo capitalismo no ciclo que antecede a fase industrial, uma vez que o tráfico negreiro despertou um setor desmedidamente lucrativo e considerável na acumulação de capitais.

Em 1808, a colônia conquista soberania política, quando Portugal fracassa o monopólio e são referendadas medidas que asseguram o abrimento dos portos brasileiros. Em 1822, a independência é reconhecida, cujas motivações estavam relacionadas a episódios como o colapso do sistema colonial. Tais eventos foram cruciais para o desdobramento da burguesia, assim como para a expansão das fazendas de café.

A proposta identificada para a ampliação das plantações de café, mediante a abolição gradativa do regime escravocrata, foi a imigração de trabalhadores do continente europeu. É com a chegada dos camponeses pobres da Europa para habitar e trabalhar na agricultura, que há um dos momentos da formação do campesinato brasileiro. Sendo que o outro momento consistiu no surgimento das populações mestiças que foram se formando ao longo da colonização. Discutindo sobre essa formação camponesa, Maestri (2005, p. 218) afirma que foram “[...] cinco as principais vias que levaram à formação do campesinato brasileiro [...] Ou seja: as vias nativas, cabocla, escravista, quilombola e colonial [...]”.

Os vocábulos: camponês e campesinato chegaram ao Brasil, no entender de Martins, pela via da relevância política. Para o referido autor:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais.

Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, pp. 22-23).

A delimitação da concepção de campesinato é imprescindível para a compreensão da questão agrária (GIRARDI, 2008). É, com base nessa elaboração conceitual que as acepções da questão agrária são norteadas por paradigmas desiguais, a saber, Paradigma da Questão Agrária – PQA e Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA (FERNANDES, 2005).

O PQA reflete o campo a partir da teoria marxista e o suporte medular de debate é a renda da terra, o processo de diferenciação e recriação do campesinato, o conflito e as repercussões danosas ao campesinato desinentes da progressão do capitalismo no campo. De forma antagônica, o PCA preconiza uma supressão do paradigma marxista e sustenta que a pertinência da agricultura familiar nos países desenvolvidos é decorrente da metamorfose do camponês em agricultor familiar (GIRARDI, 2008).

A questão do campesinato foi considerada de forma mais pertinente por alguns autores como Vladimir Lênin (1980), Karl Kaustky (1980) e Alexander Chayanov (1981), expoentes do PQA. Os estudos de Lênin foram empreendidos na Rússia, que se tratava de um país agrícola, com resquícios do feudalismo, e segundo o prisma marxista, sem as condições objetivas de ter uma consciência revolucionária. Todavia, Lênin reitera que a revolução pode ser viável em países atrasados e agrícolas, por meio da conjunção dos trabalhadores da cidade e do campo e mediante a teoria da vanguarda do partido comunista (LAZARETTI, 2007).

Para Lênin (1980) a economia camponesa era sinônima de decadência e estava fadada ao desaparecimento, a contar com a transformação do camponês em um fabricante de mercadorias, ou seja, da sua proletarização, considerando que:

Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura, contudo, esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas (LÊNIN, 1980, p. 45).

Nessa perspectiva de pensar sobre essas disputas desconformes determinadas pelo capital industrial *versus* o campesinato, as contribuições analíticas de Kaustsky enfatizam que:

Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso. Unicamente o sistema de comunicações da sociedade capitalista, com suas estradas de ferro, os seus correios e jornais podem transportar as idéias e os produtos urbanos até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo (KAUSTSKY, 1980, p. 31).

E, ao passo que o capital industrial sobrepõe à indústria camponesa, os recursos necessários que eram rendidos pelo campesinato, passam a ser fornecidos em ampla proporção pela indústria urbana, acarretando uma submissão do campo em relação à cidade. Sobre esse processo de variações no âmbito agrário em que gradualmente a produção capitalista expropria os camponeses de suas terras, Kaustsky (1980) entende que o campesinato é modificado em proletariado, e como um dos meios de sobrevivência dessa especificidade de produção sublinha o trabalho acessório realizado em determinadas épocas. Assim:

O pequeno camponês arranja o tempo necessário para realizá-lo, pois a exploração de sua terra só lhe reclama os cuidados em determinadas épocas. Ele enfrenta as suas necessidades de dinheiro vendendo não o excesso dos seus produtos, mas o seu excesso de tempo. Representa no mercado o mesmo papel do proletariado, que nada possui (KAUSTSKY, 1980, p. 187).

Enquanto nas interpretações de Lênin (1980) e Kaustsky (1980) o campesinato está determinado a uma desintegração, para Alexander Chayanov (1981) o campesinato segue existindo e avançando, ainda que na vigência do capitalismo. Nesse ângulo, a racionalidade camponesa se distingue da lógica capitalista, pois a produção e consumo limitam-se à família, assim sendo uma produção não capitalista em que:

[...] o camponês ou o artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. (CHAYANOV, 1981, p.138).

Ao passo que Chayanov (1981) analisa a existência do campesinato, autores, como Ricardo Abramovay (1992), um dos expoentes do PCA, defende que na contemporaneidade prevalece a agricultura familiar. Nessa concepção, o agricultor familiar equivale a uma profissão, contrária ao campesinato, que integra exclusivamente uma forma de viver. À medida que este

denota como trabalho fundamental a inclusão parcial a mercados incompletos, aquele significa um tipo de produção familiar absolutamente incorporado ao mercado. (ABRAMOVAY, 1992). Sodré (2017, p. 57) ao analisar a perspectiva de Abramovay critica que:

O autor diferencia a agricultura camponesa de agricultura familiar, supondo que a sociedade capitalista se apropriou dessa última. O que de certa forma é equívoco, pois toda agricultura camponesa é familiar. O inverso não se faz verdade se considerarmos o termo agricultura familiar como uma apropriação [...] A passagem de camponês para agricultor familiar, seria uma forma de integra-lo ao capitalismo, pois o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado para se desenvolver. A eliminação das bases objetivas e simbólicas do território camponês cede espaço para o capitalismo agrário em sua totalidade, e não considera a capacidade dos camponeses em se recriar por formas diversas, como a resistência ao capital.

Para Theodor Shanin (1980, p. 58), de forma incompatível a Abramovay (1992), mas em convergência com as formulações de Chayanov (1981), o campesinato persiste ainda que sob a égide do capitalismo, declarando que:

[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês [...].

O campesinato é ao mesmo tempo uma classe social e um modo de vida que perpassa a força de trabalho centrada na família, mas também abrange as relações pessoais e cotidianas, apresentando uma forma de ética camponesa. Concordamos com essa perspectiva que amplia o conceito de camponês o discernindo como um sujeito social, histórico e político, passando a ser apreendido em outras dimensões e não apenas na dimensão econômica. Sobre isso, Marques (2008, p. 1) vem dizer que:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como uma unidade social básica a comunidade.

Em suma, assentimos com o PQA que leva em conta os processos de recriação do campesinato, a concentração fundiária, os conflitos por terra, bem como a desigualdade nas

relações sociais no campo impresso pelo desenvolvimento do capitalismo. Assim, compreendemos que camponeses são todos os sujeitos que lutam pela terra e pelas condições objetivas e subjetivas necessárias para a sobrevivência através da produção e reprodução na terra. Logo, são camponeses: as quebradeiras de coco babaçu, assentados, meeiros, posseiros, agroextrativistas, foreiros, quilombolas, indígenas, sem terra, entre outros. No entanto, aqui adotamos a categoria de trabalhadores rurais, na concepção de que:

Embora o termo “camponês” esteja presente em muitas discussões e literatura acadêmica para designar o trabalhador do campo, o próprio Movimento sentiu necessidade de adotar a categoria de ‘trabalhadores rurais sem terra’ porque abrange melhor a diversidade desses sujeitos e unifica a luta dos trabalhadores com a terra. (SILVA, 2019, p. 167).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST compreende que o termo camponês é mais um conceito da esfera sociológica e acadêmica, que pode refletir a realidade do trabalhador do campo, mas não foi assimilado por estes trabalhadores. O homem do campo se define como trabalhador ou agricultor, e o próprio Movimento avança na perspectiva da luta, em comparação com os movimentos camponeses históricos que colocava a luta pela terra como única reivindicação (FERNANDES; STÉDILE, 2000).

Oposta a essa lógica de produção tem-se a agricultura empresarial, também nominada de patronal, que pode ser entendida como consequência da invasão massiva do capital no campo. As principais características dessa forma de produção agrícola são os monocultivos, grandes extensões de terra (latifúndio) e uma produção voltada para a comercialização e exportação, e ainda, o emprego de tecnologias que reduzem a força de trabalho.

Peculiaridades essas que remontam aos primórdios da história do Brasil, aos embriões da formação da questão agrária, logo quando os lusitanos fracionaram as nossas terras e organizaram uma produção para exportação. Assim, nos princípios da colônia havia elementos que favoreceram a concentração fundiária, como a outorga de terras aos nobres, quando o país foi logo fragmentado em amplas extensões, tituladas de capitânicas hereditárias e cada uma delas foi cedida aos aristocratas portugueses. Com isso, os donatários (nobres lusitanos) entregavam terras aos sesmeiros, ou seja, que passavam a deter a posse das sesmarias.

Seguido às sesmarias, houve a decretação da Lei 601, datada de 1850, também chamada de Lei de Terras e surgimento dos posseiros. Lei essa que se constituiu numa medida

que mercantilizou a terra, “[...] a Lei de Terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso” (MORISSAWA, 2001, p. 71).

Tanto as sesmarias quanto a Lei de Terras contribuíram de forma contundente para os dilemas enfrentados ao longo da história, com relação à utilização e concentração fundiária. Dilemas esses que incluem a disparidade entre as classes sociais, oriunda das relações antagônicas e interesses diversos existentes na luta pelo acesso e condições de sobrevivência na terra. Por isso, entendemos que a “[...] questão agrária está na base do processo constituinte da questão social no Brasil [...]” (DELGADO, 2010, p. 32).

Acerca da expressão “questão social”, evidenciamos que desponta no século XIX, especificamente relacionada aos eventos incitados pelas implicações iniciais da industrialização no ocidente europeu, no decurso da Revolução Industrial, que potencializou o processo de aprofundamento da pobreza, assim como o advento do movimento operário e de uma intensa correlação de forças que ressaltou uma tensão na dinâmica social. Não por acaso:

[...] o desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (CARVALHO; IAMAMOTO, 1998, p. 126).

À vista disso, para além do fenômeno da pauperização, as lutas sociais do operariado, são igualmente expressões da “questão social”, considerando que esta “[...] constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes” (MONTAÑO, 2012, p. 280). Por conseguinte, torna-se imanente ao transcurso de avanço do sistema capitalista, sendo:

[...] considerada em suas expressões no contexto da sociedade capitalista, como produto das contradições engendradas historicamente pelas relações capital versus trabalho, que se expressam no conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos e nas formas de intervenção do Estado e da sociedade civil sobre os mesmos (ABREU, 2002, p. 32).

No apogeu das reivindicações do movimento operário, a classe burguesa sentiu-se intimidada e valeu-se do Estado para o domínio do entusiasmo das esferas populares. Assim, foram designadas regulamentações jurídicas ao mercado de trabalho por meio da intervenção estatal. Enquanto, a Igreja Católica conferia uma naturalização às expressões da “questão social”,

utilizando-se de disposições mitigadoras, sobretudo intervenções de substância caritativa e benevolente. Assim sendo:

[...] a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), por exemplo, traz no seu epicentro a preocupação com as relações entre capital e trabalho, procurando conferir aparência de naturalidade à desigualdade fundamental na apropriação da riqueza social. O liberalismo dominante àquela época, não obstante as reservas críticas da Igreja Católica, inspirou, de sua parte, mecanismos predominantemente pautados na caridade cristã para amenizar o sofrimento desses “pobres imprevidentes” (SANTOS, 2008, p. 25).

Nessa perspectiva, sublinhamos que Estado e Igreja legitimavam a “harmonia” classista, entre os burgueses e a classe trabalhadora. Assim sendo, impossibilitaria quaisquer iniciativas de enfrentamento à ordem burguesa. Todavia, o que se projeta é que a classe trabalhadora vivenciando as manifestações do antagonismo de classe suscita uma prodigalidade de lutas históricas e sociais.

No tocante à realidade brasileira, esclarecemos que nos primórdios do século XX, os trabalhadores revoltados com as circunstâncias de trabalho traçaram formas de relutância. Essas lutas para além da exposta indignação, englobavam as reivindicações dos grupos não absorvidos no mercado, assim como a resistência aos estereótipos predispostos pela elite. Na análise dessas lutas, Duarte (2013) explicita a composição desses grupos, bem como sinaliza as manifestações da “questão social” no Brasil:

Os trabalhadores assalariados brasileiros se constituíam basicamente pelos imigrantes europeus e os libertos escravos africanos e mestiços. Estes dois últimos grupos não foram absorvidos diretamente ao mercado de trabalho assalariado, o que leva a se formar o início do que seria a parcela dos trabalhadores excedentes do capitalismo brasileiro. A elite brasileira os culpabilizava, os estereotipando como preguiçosos, irresponsáveis e indisciplinados e que não possuíam características necessárias para esse novo modelo de trabalho no Brasil. Por isso a distância, neste período, destes do mercado de trabalho. Desta forma os trabalhadores, indignados com as condições de trabalho que lhes eram impostas, não as aceitavam sem luta [...] como resistência às más condições de trabalho, se configuram como lutas entre classes. Aqui já consideramos as primeiras manifestações da “questão social” brasileira, surgidas no espaço rural, precisamente nas fazendas de café, espaço contraditório derivado do processo de acumulação primitiva iniciado desde os primeiros produtos ou matérias-primas explorados no Brasil colônia.

Acerca das especificidades das expressões da “questão social” no Brasil, Iamamoto (2013) enfatiza que a ampliação monopolista condicionou o domínio do imperialismo e a desigualdade interior do desenvolvimento da sociedade nacional. A autora agudizou as discrepâncias econômicas, sociais e regionais, na proporção em que vem suscitando a

concentração de renda, preponderância e poder ao nível social, étnico e regional. Aquela expansão resultou numa configuração peculiar de hegemonia política, em que o aparelho estatal apoderado historicamente pelo bloco do poder manifesta uma função categórica na centralização das propensões, valores e ideologias para a sociedade.

Especialmente a partir de 1990, em face do agravamento das manifestações da “questão social”, o Estado assentiu a indispensabilidade de compatibilizar um conjunto de medidas, expresso em programas sociais de cunho essencialmente focalizado, compensatório, atenuante e segmentado. Esses programas eram efetivados por meio de parcerias integradas pelo Estado e organizações sociais, revestindo uma lógica de desvio da responsabilidade estatal para a sociedade civil, competindo ao poder público uma função residual.

Na transição do século XX para o XXI, a contar do ponto da revisão tática dos preceitos estabelecidos pelos organismos financeiros internacionais, constata-se que existe necessidade de uma intervenção mais ativa do Estado, com o propósito de admitir sua responsabilidade com o resgate do crescimento econômico – tendo por sustentáculo o capital financeiro –, e com a promoção da equidade e da justiça social. Essas variações estratégicas associam-se, na prática concreta, com a redefinição dos eixos norteadores das políticas sociais (PASTORINI, 2012).

Com as metamorfoses do sistema capitalista realçam-se na atualidade vicissitudes na esfera política, social e econômica. Por conseguinte, podemos mencionar as alterações especialmente no âmbito da produção, com a vigência da designada “acumulação flexível”, conforme analisa Antunes (2010, p. 198):

A forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, trouxe consequências devastadoras para o mundo do trabalho, sendo as mais importantes as seguintes: a) a crescente redução do proletariado fabril estável, decorrente da reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo; b) o incremento do “novo proletariado”, do sub-proletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado e que se compõe de terceirizados, subcontratados, trabalhadores em part-time e várias outras formas assemelhadas em todo o mundo; c) o preenchimento dos postos de trabalho precarizados, inicialmente, por imigrantes (gastarbeiter na Alemanha, lavoro Nero na Itália, chicanos nos EUA, dekasseguis no Japão etc.) e hoje até mesmo por trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista; d) significativo aumento do trabalho feminino (mais de 40% da força de trabalho nos países avançados), que tem sido preferencialmente absorvido no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; e) incremento dos assalariados médios e de serviços, embora esse setor já presencie também níveis de desemprego acentuado; f) exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes se inserindo

em movimentos neonazistas e estes últimos, com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho; g) inclusão de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como os asiáticos e latino-americanos; e h) expansão daquilo que Marx denominou de “trabalho social combinado”, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços.

Nesse cenário de desmedidas transformações, eclodem debates alusivos à consolidação de uma “nova questão social”, argumentação esta que encontra em Robert Castel e Pierre Rosanvallon alguns de seus expoentes. Os referidos teóricos realizaram suas análises a partir da vivência na Europa Ocidental, de modo específico na França. Destarte, Castel (1998, p. 41) caracteriza a “questão social” por “[...] uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”, julgando que os grupos que precisavam das interposições sociais não estavam inseridos na lógica do trabalho. Na concepção do citado autor, a questão social perdurava desde a sociedade pré-industrial, visto que a sociedade ordenada estava comprometida pela intimidação empreendida pelos que nela não obtinham o seu lugar. Nessa perspectiva, Carvalho e Oliveira (2004) desenredam que:

Para Castel, o fenômeno da questão social antecede as sociedades pré-industriais da Europa ocidental (exercida enquanto pressão daqueles que não encontravam trabalho). Na contemporaneidade, a questão social é substituída por uma multiplicidade de “problemas sociais”, o que configura, no entendimento deste autor, **uma situação atual enquanto problemática inteiramente nova** – em nível teórico e prático (Grifo nosso).

Nesses termos, Pimentel (2007, p.140) interpreta que: “[...] Castel expõe como **eixo central da “nova questão social”** o fenômeno de precarização desencadeado pelo processo global de reestruturação capitalista, que resulta na desestabilização dos estáveis, levando à vulnerabilidade das massas” (Grifo nosso). No que tange à percepção denotada por Rosanvallon, distinguimos que se respalda na perspectiva do Estado Providência, uma vez que a conservação do referido estado pleiteia renovar a nação, na sua visão cívica, como ambiente de redistribuição e reconhecimento de um *déficit* social recíproco, sendo dado destaque sumo na reconstituição da nação social do que na nação econômica. Caso isso não transcorra, a desintegração do Estado de Providência mesclada com o avanço da exclusão social se juntará de modo inexorável (ROSANVALLON, 1998).

Assim, a “nova questão social” resulta como consequência de recentes eventos de

exclusão social, num quadro em que entra em crise o Estado Providência. Nessa perspectiva, o mencionado autor expõe que:

[...] desde o início dos anos 80, o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza parecem, ao contrário, levar-nos tempos atrás. Ao mesmo tempo, percebe-se que não há um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim, surgiu uma **nova questão social** [...] (ROSANVALLON, 1998, p.24, grifo nosso).

Ao problematizar as formulações expressa que expõe a existência de uma “nova questão social”. Santos (2004, p. 81-82) indica que:

[...] as proposições de Castel e Rosanvallon com relação à reinvenção do Estado com vistas a manter a coesão social não encontram sustentação em termos de resolutividade para o problema do pauperismo, enquanto expressão da denominada “nova questão social”. Na verdade, observa-se que o essencial da questão social na atualidade permanece, ou seja, a contradição existente entre capital e trabalho. Assim, o que se denomina hoje “nova questão social” se constitui numa nova forma de enfrentar um velho problema. A atualização histórica da questão social se expressa, de fato, na recente configuração econômico-mundial no contexto do desemprego, gerador de pobreza, no refluxo da luta dos trabalhadores pela subordinação ao capital, na retração dos direitos e garantias sociais ou na sua reformulação para adaptar-se à nova conjuntura. A tendência de redução das funções do Estado na reprodução da força de trabalho desloca parte de suas atribuições anteriores para setores da sociedade civil, convocando à parceria, à solidariedade e ao trabalho voluntário no combate aos efeitos do pauperismo.

Em consonância com o exposto entendimento, autores como Alejandra Pastorini e José Paulo Netto assumem a inexistência de uma “nova questão social”, entretanto apresentam se tratar de hodiernas manifestações, derivadas das metamorfoses do contexto social. Desse modo, Netto (2001, p. 48) afirma que: “a cada novo estágio de desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é sua razão de ser”.

Compartilhando da percepção de Netto, Alejandra Pastorini (2004, pp. 110-111) relaciona os pilares centrais que formam a mesma “questão social”, apenas com reconfigurações:

[...] a problemática da “questão social”, reformulada e redefinida nos diferentes estágios capitalistas, persiste substantivamente sendo a mesma. Sua estrutura tem três pilares centrais: em primeiro lugar, poderíamos afirmar que a “questão social” propriamente dita remete à relação capital/trabalho (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho assalariado ou com o “não-trabalho”; em segundo, que o atendimento da “questão social” vincula-se diretamente àqueles problemas e grupos sociais que podem

colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições da sociedade capitalista.

Para Yamamoto (2001), na contemporaneidade há uma “renovação” da “velha questão social”, estrita no domínio do capitalismo, que se retrata com atuais aspectos e situações de produção e reprodução da sociedade contemporânea, por meio do sistema de globalização da produção, da política e da cultura, sob a primazia do capital financeiro. Em conformidade com essa análise, Carvalho e Oliveira (2004) afirmam:

De fato, a “velha questão social” não se torna “nova questão social”, posto que a “nova” possui suas raízes de produção e reprodução ancoradas no mesmo sistema de acumulação que cria e recria a “velha”. De fato, a “nova” é a “velha”, que se apresenta “maquiada” pelas novas configurações conferidas pelo capitalismo deste final de século.

Logo, podemos perceber que há uma perspectiva do debate acerca da “questão social” que a delinea como concebida da relação antagônica entre o capital e o trabalho, seus modos de resistência, suas oposições de propensões e lutas de classes. A partir disso, ponderamos que a “questão social” compreende o movimento da sociedade constituída por classes sociais, em uma correlação de forças, que se transmuta na dinâmica do contexto econômico, político e social. É devido a esse movimento social que se entende que a questão em tela, vai assumindo diversas conformações de acordo com as particularidades dos modos de produção e da organização social.

Por entender a “questão social” nessa perspectiva, partilhamos da percepção de que a questão agrária, como expressão da “questão social”, também engloba as desigualdades existentes entre as camadas sociais. No caso brasileiro, tais desigualdades acontecem desde a colonização do país, como destaca Delgado (2010, p. 33): “[...] a questão agrária é uma categoria histórica, na sociedade brasileira, que tem se manifestado como resultante das relações sociais entre portugueses e indígenas, senhores de engenho e escravos, latifundiários e trabalhadores rurais, etc.”

Ao relacionar a questão agrária com os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, Fernandes (2001, p. 23) a define como: “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

Assim, a questão agrária é produto das discrepâncias fundamentais do capitalismo, que sincronicamente produz aglutinação de riqueza e pobreza, obstruindo a suplantação da questão. Pelo contrário, a sua perpetuação ocorre simultaneamente através da sua incoerência (SODRÉ, 2017).

Perpetuação essa que vem desde o cenário colonial, quando a produção de forma geral se encontrava organizada no sistema *plantation*, predominante nos latifúndios existentes, caracterizado pela utilização da força de trabalho escravo, o uso de grandes extensões de terra e a produção de monocultivos para o mercado externo. No caso da força de trabalho, registra-se a substituição da força de trabalho indígena pela força de trabalho africana.

Na época, o açúcar era o principal produto do setor de exportação do país, sendo seguido pela mineração e o café, que só chegou um pouco mais tarde ao solo brasileiro. Sobre esse produto, Seriacopi (2005, p. 352) destaca que:

Planta nativa da Etiópia, na África, o café chegou à Europa no século XVII e de lá passou para a América. Consta que, no Brasil, as primeiras sementes e mudas teriam sido trazidas da Guiana Francesa pelo sargento-mor português Francisco de Melo Palheta, em 1727. Plantado pelo militar na cidade de Belém, no Grão-Pará, meio século mais tarde o café já fazia parte da lista de produtos de exportação da região amazônica.

Após o apogeu da produção açucareira, o café tornou-se o líder da exportação até 1930, entrou em declive em virtude da crise de 1929, ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova York e suas fatídicas decorrências no Brasil. Pois, nessa ocasião com o aumento exorbitante da produção, milhares de sacas do produto foram queimadas, o que contribuiu para um declínio da economia. Com essa desvalorização do café, que era um dos principais produtos agrícolas, tem-se um episódio que pode ser considerado como coadjuvante, entre outros elementos, como um dos impulsionadores da industrialização no país.

Como explicitamos, a história do Brasil inicia-se entremeada pela questão agrária, porém só bem mais tarde que esta ocupará um lugar de destaque em meio a uma discussão nacional, especificamente no contexto entre os anos de 1940 e 1960, quando:

[...] o debate em torno da questão ganha ênfase no Brasil, pois, acreditava-se que a estrutura agrária de forma como se apresentava nesse período era um forte empecilho ao desenvolvimento do país, sobretudo no que refere à intensificação do processo de industrialização e à melhor distribuição de renda. Naquele período, o país vivenciava transformações intensas, especialmente no que se refere à sua base produtiva. Observa-se um maior inventivo do Estado, através de políticas públicas, ao processo de

industrialização, em contraponto à atenção que, até os anos 1930, era atribuída majoritariamente ao modelo agromercantil (DELGADO, 2010, p. 33).

Recordando, portanto que nesse período, o Brasil vivenciava intenso processo de industrialização da economia. Na ampla dinâmica nacional de urbanização e organização do proletariado emergente, o campo desempenhou importante papel, tanto com a produção de gêneros alimentícios quanto com a liberação de força de trabalho, o que acontecia com grandes fluxos migratórios do campo para os centros urbanizados. Porém, por conta da estrutura fundiária concentrada, o campo apresentava limites à expansão capitalista em voga, passando a vivenciar um agravamento dos problemas que permeiam as relações sociais camponesas, como os conflitos e as desigualdades sociais.

Exatamente nesse ínterim, no estado do Maranhão inúmeras famílias sofreram com a ação de grileiros. Essa unidade federativa rica em produção de arroz começou a registrar incontáveis conflitos, que tornaram o estado o primeiro em número de hostilidades existentes por questões fundiárias. (MORISSAWA, 2001). Na contemporaneidade, os índices maranhenses de conflitos por terra recebem destaque em âmbito nacional, bem como expressivos dados de violência no campo, provindos de uma estrutura fundiária cujas determinações encontram-se na formação sócio-histórica do referido estado.

Destarte, diante esses aspectos históricos e definições conceituais da questão agrária, e sua relação com a “questão social”, torna-se basilar refletir quais sejam os elementos prevaletentes da dinâmica agrária na realidade maranhense, bem como as particularidades da formação sócio-histórica do referido estado que influem na configuração hodierna das relações sociais no campo.

2.2 Configurações da questão agrária no Maranhão: a centralidade do agronegócio e da concentração fundiária

Até o século XIX, o estado do Maranhão e Grão-Pará equivalia à atual região Amazônica. E, anteriormente às conversões propiciadas pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a população maranhense era integrada pelo conjunto de indígena livre e parte do escravizado, a parcela rural era formada pelos criadores de gado, o clero e os militares (MESQUITA et al, 2015). Os comerciantes passaram a existir após as mudanças engendradas

com a atuação da referida companhia.

Com a propagação da monocultura algodoeira “Modifica-se a feição étnica da região [...] O algodão, apesar do branco, tornará preto o Maranhão” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 57). Segundo Assunção (1996 apud Pedrosa, 1999) às vésperas da Independência, o Maranhão revelava a mais elevada porcentagem de sujeitos escravizados do Império (55%). De modo efetivo, a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) encetou o tráfico que se aguçou cada vez mais nos anos seguintes.

Ao analisar o tráfico negreiro no estado do Maranhão Chambouleyron (2006) explana que em situação específica:

O navio Nossa Senhora da Conceição e São João Batista, que levaria os escravos ao Maranhão, ao que parece, saiu nos primeiros meses de 1693. O mestre da embarcação, Manuel Luís Macedo, conseguiu provisão de ‘preferência’ em março do mesmo ano. Além da provisão, o rei escrevia ao governador lembrando que favorecesse o navio. Usadas em várias partes do Império, as preferências, que, para Roquinaldo Amaral Ferreira, constituíam ‘mecanismos pré-capitalistas que significativamente diminuíam o avanço do comércio’, serviram no Estado do Maranhão para incentivar capitães e donos de navios que aportava na região. O fato é que o patacho chegara ao Maranhão, provavelmente em maio. Desembarcaram em São Luís 139 escravos, dos quais 101 ‘se repartiram pelos senhores de engenho e lavradores’ gerando uma renda de mais de 16 contos de réis, e 38 foram vendidos na praça gerando uma receita de mais de 6 contos de réis, de acordo com um recenseamento das receitas e despesas do almoxarifado do Maranhão, feito em 1696.

Não obstante, a aquisição de sujeitos escravizados da África para o Maranhão, foi uma alternativa frente às adversidades decursivas da utilização da mão de obra indígena. Afinal, desde o início da colonização no Maranhão e Grão-Pará, a serventia da mão de obra indígena foi contínua, e muitas vezes, a repressão e a escravização desvairadas aos índios eram fundamentadas devido a uma série de estorvos. Uma dessas dificuldades consistia em não possuir condições para realizar a comercialização de africanos, conforme Hawthorne (2010 apud Pelegrino, 2014, p. 6) observa com base em três pontos:

O primeiro deles é a estagnação econômica vivida no Maranhão até a segunda metade do século XVIII, uma economia baseada no extrativismo, pouco monetarizada e com uma produção agrícola que mais derrapava do que decolava era avessa a pagar grandes somas em escravos. Os traficantes também não tinham interesse no Maranhão, preferindo direcionar seus principais produtos para regiões economicamente mais dinâmicas. O segundo ponto que impedia o tráfico de escravos africanos era a distância que o Maranhão encontrava-se dos principais postos escravistas (costa central oeste africana) [...] dificuldades que cercavam a navegação até São Luís, portanto, os mercadores não acreditavam que valia a pena correr o risco de perder toda a carga para chegar num local

pobre e sem atrativos, melhor mesmo era terminar sua viagem em Pernambuco ou Bahia. O terceiro ponto diz respeito à falta de capacidade dos Portugueses de organizarem grandes levas de escravos dos portos da Alta Guiné entre 1650 e 1750. O tempo de viagem entre estas partes da África até o Maranhão era bem curto, mas somente a ligeira travessia não era suficiente, as condições para a exportação em massa de africanos da Alta Guiné para o Maranhão só estariam prontas na segunda metade do século XVIII.

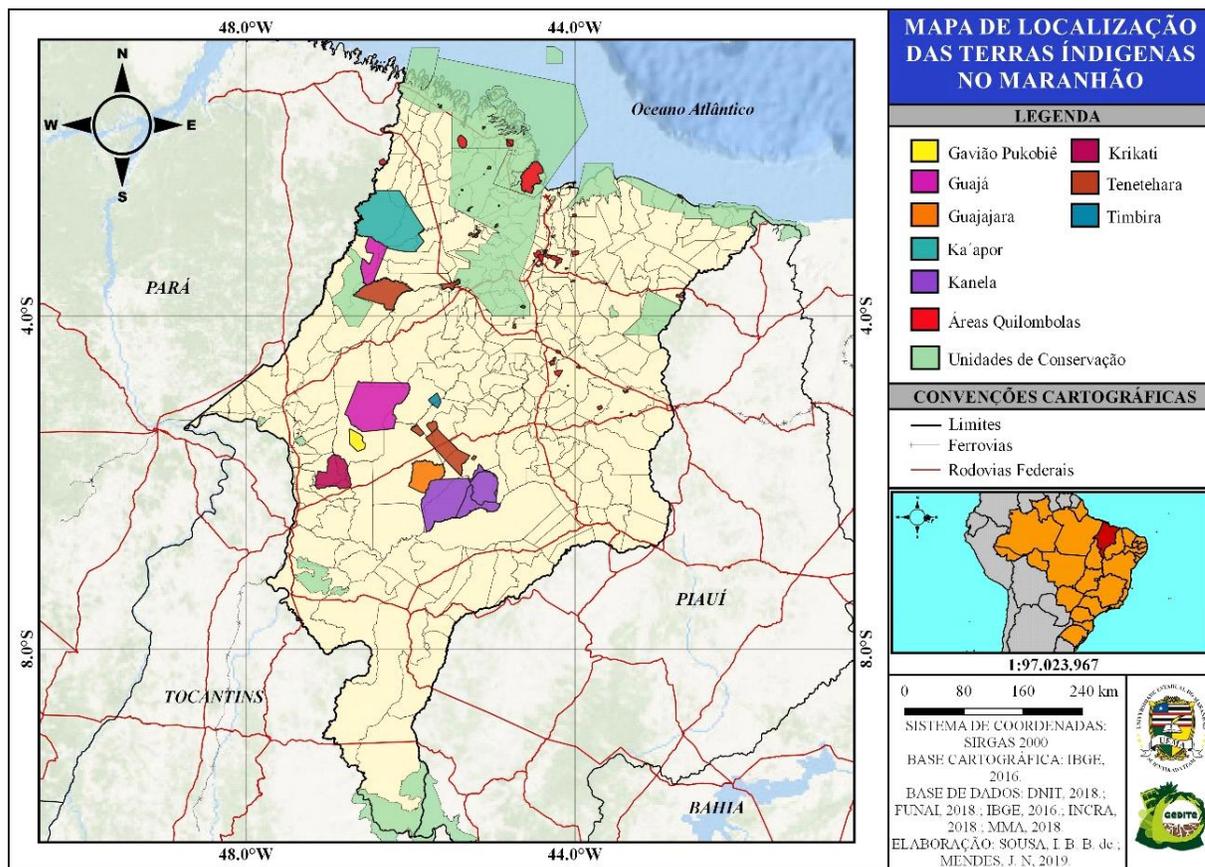
Mesquita et al (2015, p. 234) defendem que o modelo econômico de caráter mercantil-extrativista estimulou o aproveitamento abusivo e desumano dos indígenas amazônicos e a distorção das culturas tribais, pela incorporação de valores culturais europeus. Um dos mecanismos usufruídos nesse cenário foi o ideário evangelizador, que objetivava catequizar os índios, considerados “bárbaros” e “selvagens”, logo precisavam passar por um processo “civilizatório”.

Tais elementos são imprescindíveis para compreender o processo de formação socioeconômica do estado do Maranhão. Trata-se de um processo:

Fundamentalmente, do tipo escravista, elitista e marcado por uma forte religiosidade cristã. Essas características gerais são resultantes do modelo de exploração econômica que caracterizou o processo de povoamento da região. O modelo foi a economia agrário-exportadora escravista e mercantil definida, particularmente, a partir da segunda metade do Século XVIII. Assim, a condição jurídica: livre ou escravo e o padrão de renda das pessoas, somadas a elementos da tradição europeia do Ocidente, como os resíduos das relações de suserania e vassalagem ainda presentes na mentalidade do colonizador português, imprimiram, formalmente, os códigos das relações sociais no Maranhão (PEREIRA, 2001, p. 34).

O Maranhão contemporâneo possui 08 (oito) grupos étnicos localizados em 16 (dezesseis) territórios indígenas (FUNAI, 2018), a saber: Gavião Pukobiê, Guajá, Guajajara, Ka’apor, Kanela, Krikati, Tenetahara e Timbira. Esses compreendem uma população indígena total de 35.272 habitantes (IBGE, 2010), que se identificam em dois grupos linguísticos: Tupi – Guarani e Macrojê. No mapa abaixo, podemos visualizar a espacialização desses grupos étnicos no estado maranhense.

Figura 01 – Mapa de localização das terras indígenas no Maranhão



Fontes: DNIT, FUNAI, IBGE, INCRA, MMA – 2018. Elaboração: SOUSA, I de. MENDES, J. 2019.

Como ficam evidenciados no mapa acima, os Krikati habitam terras nos municípios de: Montes Altos, Sítio Novo, Lajeado Novo e Amarante, localizados na microrregião de Imperatriz, onde habitam os Guajá, compartilhando a Mesorregião do Oeste Maranhense, ainda, com o Gavião Pukubiê. Com relação ao grupo dos Kanela, localiza-se no município de Fernando Falcão, na microrregião do Alto Mearim e Grajaú, por sua vez mesorregião do Centro Maranhense.

Sobre os Timbira concentram-se em sua maioria na mesorregião do Oeste Maranhense, e uma exígua parcela em Barra do Corda, situado no Centro Maranhense, microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Os Tenetehara e os Guajajara se distribuem na mesorregião do Centro Maranhense, considerando que os Tenetehara se encontram também na mesorregião do Oeste Maranhense. As mesorregiões do Centro e Oeste Maranhense são territórios ainda dos Ka'apor.

A área indígena dos Guajá vem sofrendo atemorizações por empresas agropecuárias,

expressão de uma região de conflitos entre posseiros, empresários e mineradores. Ao mesmo tempo em que, a área indígena habitada pelos Ka'apor está sendo usurpada e devastada por latifundiários e madeireiros, essencialmente da região de Açailândia e Paragominas (PEDROSA, 1999). Por conseguinte, esses povos convivem com dilemas como a duplicação de ferrovia, extração ilícita de madeira, atividade de mineração, entre outros, que são derivados das investidas de grupos capitalistas de invasão de suas terras.

Além, dos grupos indígenas, os negros possuem essencial destaque no que refere à formação étnico-racial do Maranhão na atualidade. Afinal, segundo dados do IBGE (2010) 74% da população do estado em questão é constituída por negros, legado do sistema escravista. Uma das expressões desse grupo são os quilombos, que na contemporaneidade também são designados de “terras de preto”, e por sua vez:

[...] o Maranhão é o estado da federação com a maior presença de comunidades quilombolas em seu território [...] segundo dados da Fundação Cultural Palmares, até o ano de 2011 foram certificadas 400 comunidades quilombolas no Maranhão de um total presumido em torno de 800 quilombos (FURTADO, 2018, p. 29).

Ao relacionar a importância dos indígenas e negros para a composição étnico-racial contemporânea do Maranhão, bem como com a formação do campesinato maranhense, Sodré (2017, p. 81) afirma que:

O multifacetário conjunto de agrupamentos sociais que compõem o rico e diversificado campesinato maranhense, permanece em constante movimento de lutas por seus territórios. A composição étnica-racial formada por índios, negros e brancos deram origem ao conjunto de sujeitos sociais (indígenas, quilombolas, extrativistas, quebradeiras-de-coco-babaçu, trabalhadores, ribeirinhos, pescadores, meeiros, foreiros, sem-terra, assentados, entre outros) que através de seus vínculos societários de comunidade, desafiam o planejamento neoliberal nas suas investidas de apropriação de territórios.

Apesar de o posicionamento acima referencie o período neoliberal, que possui características específicas para os contornos da questão agrária, em toda sua história o estado do Maranhão engenha mecanismos para expropriações de famílias de suas terras, considerando que: “[...] a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual [...]” (AZAR, 2013, p. 26). Vale destacar que grileiros são os sujeitos que falsificam documentos a fim de tomar posse de terras, sendo que estas podem ser de terceiros ou devolutas. Por tais ações, pode-se dizer que o grileiro é um sujeito que se

constitui como central no acirramento da questão agrária, devido as suas articulações que culminam na expropriação de incontáveis famílias de suas terras. Nesses termos, Asselin (2009, p. 43) destaca que: “O grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do império, inventa guias de impostos, promove genealogias [...] embaça juízes, suborna escrivães”.

As relações históricas e políticas na trama maranhense impulsionaram a estruturação, ainda, de um arcabouço jurídico-normativo que exaspera a desigualdade no acesso a terra, o caso da Lei nº 2979, datada de julho de 1969, também conhecida por “Lei Sarney de Terras”, que favoreceu ainda mais a concentração fundiária, ao passo que se constituía de medidas que potencializaram a inserção e disseminação das empresas agropecuárias na realidade local. Com tal característica, podemos registrar com a constituição dessa lei, o papel do Estado em propiciar os direitos dos latifundiários. A respeito dessa lei, Pedrosa (1999, p. 18) contribui ao explicar que:

Nos anos 50 e 60, o Maranhão detinha cerca de 90.000 km² de terras devolutas. Somente na região pré-amazônica era 100.000 km² de terras sem ocupação. Tais terras deveriam ser utilizadas como ‘válvulas de escape’ para os conflitos das regiões de colonização antiga. Também deveriam funcionar como um polo de atração de grupos empresariais com a missão de promover a modernização no campo maranhense. O instrumental jurídico para as transferências das áreas era a Lei Sarney de Terras de 17 de julho de 1969.

Nessa conjuntura, o governador José Sarney representava o que Francisco de Oliveira (1981, p. 14) ao se basear na teoria Marxista intitula de *personas*, a saber: “[...] tais personagens como *personas* no sentido de Marx: representam forças sociais: seus nomes privados são nomes próprios de classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar”.

Logo, torna-se evidente como o Estado articulou ações que fortaleciam a estrutura concentradora de terras, e por outro lado pretendia evitar conflitos com projetos de colonização, considerando que no contexto da década de 1970 foram criados numerosos projetos agropecuários, que com o discurso de modernização do setor, receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Sobre tal processo, Azar (2011, p. 5) destaca que: “[...] esses grandes projetos agropecuários, na verdade, eram grandes corporações nacionais e estrangeiras que tiveram sua vinda para o Maranhão viabilizada através e consideráveis

incentivos fiscais concedidos pelo governo, principalmente estadual”.

Em 1971, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, que enriqueceu seu cabedal a partir de incorporação de terras maranhenses devolutas, que destacado por Pedrosa (1999, p. 20):

[...] a Companhia Maranhense de Colonização- a 6 de dezembro de 1971 (Lei 3.320), que logo incorporou ao seu patrimônio uma área de 1.700.000 hectares de terras localizadas no centro-oeste do Estado, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante e outra de 400.000 hectares na região de Maracaçumé atingindo o município de Turiaçu e limitando-se as terras da colonização.

Esses grandes projetos acabaram por beneficiar poucas pessoas e não foram os trabalhadores rurais. O então discurso da “modernização” veio beneficiar os latifundiários e as empresas agropecuárias. Afinal:

Todos os grandes investimentos que foram feitos pelos governos estadual e federal tiveram como foco o desenvolvimento pecuarista na região. E o que era entendido por modernização do setor acabou por se revelar um sistema de exploração danoso e violento contra as famílias camponesas [...] (AZAR, 2011, p. 5).

Inerente a esse quadro, entre os anos de 1964 e 1985, o período da ditadura civil e militar no Brasil, aconteceram algumas ações dos militares com vistas a “camuflar” os embates originários do campo. Salienta-se a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, decretada pelo então presidente Marechal Castelo Branco, a cognominada Estatuto da Terra, considerada “1ª lei de Reforma Agrária do Brasil” (MORISSAWA, 2001, p. 99).

O Estatuto da Terra versa, entre outras coisas, sobre o conceito de reforma agrária, das diversas tipificações de propriedade brasileira. Ademais, trata dos critérios para caracterização de minifúndio e latifúndio e introduz uma definição de função social da terra, porém além de não haver reforma agrária efetiva, o que ocorreu foi o desenvolvimento de ações pontuais por parte do Estado, como a criação de assentamentos, no entanto tais ações estatais não atendiam às necessidades e expectativas dos trabalhadores rurais, que compreendiam que problemas e desafios do campo eram advindos não somente da posse da terra, mas das condições necessárias para sobreviver na terra. Com a perspectiva de resolver tais questões, em 1970 foi criado um órgão federal com a finalidade de realizar a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir do Decreto nº 1.110, de 09 de julho.

Não obstante o Estatuto da Terra significou um avanço quanto à estrutura fundiária brasileira, era nítido seu caráter engenhoso de controle social, pois:

O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização [...] De 1965 até 1981, foram realizados 8 desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente. (MORISSAWA, 2001, p. 100).

As políticas, tanto agrárias quanto agrícolas, promovidas pelos militares alavancou a modernização dos grandes estabelecimentos rurais. Sobre essas políticas, Silva (1985, p. 11) as diferencia explicando que:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que se forma produz. É válido ressaltar que ambas estão interligadas, sendo estas definições um artifício analítico.

Sobre o Estatuto da Terra, percebe-se que o seu avanço de fato se limitou ao plano estratégico e a “modernização tecnológica” tornou-se uma brutal referência da não concretização do referido Estatuto, afinal:

[...] o Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais que, segundo o INCRA, possuem hoje milhões de hectares no Brasil. A modernização tecnológica da agricultura não significou a eliminação das formas tradicionais de relações de trabalho. O desprezo aos direitos trabalhistas chegou ao ponto de provocar o ressurgimento do trabalho escravo no campo. A violência para bloquear as formas de organização e representação também ganhou corpo, conseguindo paralisar as lutas. (MORISSAWA, 2001, p. 100).

Na realidade maranhense seguiram-se os incentivos ao desenvolvimento industrial, o que continuava a fomentar os latifúndios. Nos anos que se seguiram, 1980 e 1990, agravou-se o alastramento dos grandes projetos no âmbito rural e a intensificação da entrada do capital estrangeiro no estado. Dentre os grandes projetos, temos o Programa Grande Carajás – PGC considerado “marco efetivo do ingresso do Maranhão na rota do capital transnacional” (ALMEIDA, 2012, p. 61). Em relação ao capital transnacional e delinear o cenário dos grandes

projetos no Maranhão, Barbosa (2015, p. 24) explicita que:

[...] a inserção do Maranhão na dinâmica do capital transnacional foi marcada pela ação dos grandes projetos industriais (projetos minero-metalúrgicos e polos industriais que se desenvolveram no bojo do Programa Grande Carajás. O PGC, preliminarmente, visava demonstrar a vocação da Amazônia Oriental para o desenvolvimento de atividades minero-metalúrgico e de reflorestamento, notadamente na região do Projeto Ferro Carajás. A premissa fundamental era o aproveitamento econômico da região, com projetos de grande porte e investimentos de infraestrutura.

Com essa premissa de aproveitamento econômico da região amazônica, o PGC trouxe a expectativa da ampliação da economia e do desenvolvimento. Considerando que para o desdobramento do projeto tornou-se necessário alguns mecanismos de infraestrutura, como evidencia Almeida (2012, p. 62):

[...] viabilizou-se toda a infraestrutura de transporte necessária (construção da EFC, asfaltamento de rodovias, ampliação do porto do Itaqui) que visava atender às demandas de exportação dos minérios provenientes da Serra dos Carajás, para o qual foi destinado um grande volume de recursos obtidos através de financiamento e empréstimos, através de agências governamentais de desenvolvimento nacional, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento do Nordeste – BNDS, empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e internacionais como o Banco Mundial – BIRD.

Esses investimentos dispõem de todo um aparato jurídico e político para sua efetivação, pois concretizam o que o governo estadual tem privilegiado que é a expansão econômica. Portanto, pode-se afirmar que: “o governo estadual tem priorizado a implantação de grandes empreendimentos, agrários e industriais, sem considerar a realidade e os impactos sociais e ambientais” (ALMEIDA, 2012, p. 62). Um grande exemplo desses impactos foi o “processo de desapropriação da área Itaqui-Bacanga destinada às instalações porto-ferroviária, com vista ao escoamento e exportação do minério” (BARBOSA, 2015, p. 25).

A referida região do Itaqui-Bacanga, área pertencente ao município de São Luís, tornou-se espaço para implantação dos grupos empresariais ALUMAR e Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e onde conseqüentemente foram “efetuadas quase 20.000 ações de despejos, com irrisórias indenizações e farta truculência da polícia militar e jagunços fortemente armados. As famílias, compostas em sua totalidade por pescadores e pequenos agricultores, perderam suas moradias e suas atividades tradicionais” (BARBOSA, 2006, p. 106).

Essas famílias precisaram retirar-se de suas residências e “perderam seus territórios

tendo que fixar moradia em outros locais, geralmente destinados pelo empreendimento, lugares esses que não oportunizam as mesmas condições de vidas anteriores” (CARVALHO, 2009, p. 51). A perda do território não retrata somente deixar um espaço para trás, pois conforme Azar (2007, p. 133):

[...] os territórios se constituem na e da diversidade histórico-social, caracterizada por combinações que abarcam a origem territorial das famílias, as relações de trabalho, suas crenças religiosas, sua forma de luta pela terra e capacidade de organização política, ou seja, sua particularidade encontra-se na diversidade dos processos vividos pelo território.

No entanto, mediante a esse intenso processo de desapropriações a população da referida região não ficou estática, buscando diferentes formas de reivindicar suas demandas. Como analisam Carvalho e Cidade (2014, p. 119):

Parte dessa população aceitou propostas de deslocamento e realocização para áreas distantes. Outra parte, organizada, passou a agir: para manifestar-se e ser reconhecida, buscou comparecer às audiências públicas; na tentativa de recorrer a seus direitos de ocupação e acesso às terras, acionou o Ministério Público; com o apoio da mídia, realizou protestos. Pode-se considerar que tais manifestações, contrárias a ações de gestão do território e aos interesses dos promotores da implantação do projeto, configuram um conflito.

Podemos observar uma realidade em que há diversas situações de resistência e enfrentamento materializando expressões dessas famílias e comunidades, evidenciando conflitos sociais moldados pelas distintas lógicas na disputa por territórios. Nesse sentido, Antunes (2016, p. 285) explicita que:

No início dos anos 1980, foi constituído o Comitê de Defesa da Ilha, que assumiu como tarefa a contestação da instalação do Consórcio Alumar e que, envolvendo intelectuais, profissionais liberais, professores, artistas, religiosos e poetas, apoiou as comunidades que resistiam e, apesar de não ter conseguido frustrar a construção da indústria de alumínio, propiciou o acúmulo de experiências nesse tipo de mobilização.

Em tais processos de expropriações, as famílias não precisaram deixar somente suas moradias, mas todo um modo de viver. Sobre essa perspectiva, Azar (2007, p. 132) acentua que:

[...] o território, seja urbano ou rural, caracteriza relações conflituosas de interesses sociais e econômicos entre grupos e setores sociais, cujas relações são mediadas diretamente pelo Estado, nesse sentido, cabe identificarmos que em se tratando da perspectiva defendida pelo Estado, o que se prioriza é a continuidade do modelo

econômico atendendo ao processo de industrialização e implantação de grandes projetos, sendo que não apresenta neutralidade, mas sim influência junto às empresas instaladas e as que desejam se instalar no território em questão, explicitando confrontos ímpares de apropriação do território.

Nesse cenário, os interesses do Estado e grupos empresariais se concretizam também na construção da Estrada de Ferro Carajás, que atingiu as populações rurais de toda a Amazônia Oriental, em particular aquelas que estão envolvidas em conflitos de terra, fato gerador de confrontos entre índio, trabalhadores sem terra e agentes do capitalismo no campo (SAMPAIO et al, 2002).

Os impactos da Estrada de Ferro Carajás se ampliam, uma vez que o processo de duplicação foi iniciado pela Companhia Vale do Rio Doce, ou Vale como passou a ser denominada desde 2007 (CORREA, 2015, p. 12), expansão que aprofunda os conflitos existentes, tais como, de acordo com Almeida (2012, p. 63): “[...] conflitos como o agravamento da concentração fundiária, invasão de áreas de reservas e de terras étnicas, por onde passa o corredor, além da agudização do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de canteiro de obras”.

A Estrada de Ferro Carajás e os demais mecanismos de ação dos grandes projetos intensificam os processos de concentração fundiária, imprimindo particularidades na conformação da questão agrária no Maranhão, que o colocam em destaque no cenário nacional no que refere à desigualdade na distribuição de terras, conforme pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01 – Evolução do Índice de Gini na região Nordeste

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI		
	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

Os dados do censo agropecuário confirmam que nos anos 1985 e 1995, consecutivamente o Maranhão apresentava o maior índice de Gini, em relação às demais Unidades Federativas da região Nordeste, superando inclusive os números nacionais. Em 1985, o Estado apresentava índice de 0,923, liderando o *ranking* regional, sendo seguido pelo estado do Piauí, que apresentava índice de 0,896, enquanto a média nacional era de 0,857.

Em 1995, o Maranhão continua liderando com 0,903 o índice de desigualdade, enquanto o estado do Piauí e Alagoas ocupava a 2ª e 3ª posições com os índices, respectivamente, de 0,873 e 0,863 e a média nacional neste ano era de 0,856. Já no ano 2006, o referido estado passou a ocupar o terceiro lugar no *ranking*, apresentando índice de 0,864 que em números percentuais significou uma queda de 5,9% no índice de Gini, enquanto o estado de Alagoas assumiu a liderança com 0,871. O Maranhão ficou em segundo lugar das unidades federativas da região em tela com maior concentração. A média nacional cresceu em desigualdade para 0,872.

Assim, podemos observar que no íterim de 1985 a 1995 os índices do Maranhão sinalizaram uma tendência de expansão da concentração fundiária. No período de 1995 a 2006 houve uma variação, no entanto o estado mantém-se em patamares elevados de desigualdade. Dentre os elementos que contribuíram para essa variação, destacamos as políticas distributivas, uma vez que no período de 1996 a 2006 foram criados aproximadamente 769 projetos de assentamentos (INCRA, 2017).

Além da irresoluta concentração fundiária, outra conformação da questão agrária brasileira é o avanço da denominada globalização na agricultura que pode ser caracterizada pelo atendimento das exigências do capital no campo. Em um processo gradativo, o capital se inseriu no campo a partir de várias frentes, uma delas, a tecnológica, que tem na revolução verde um expoente e um marco histórico.

A referida revolução ocorreu em um contexto de significativas transformações no campo social, político e econômico, sendo o cenário do pós-segunda guerra mundial. Nesse momento, a indústria passou não somente a produzir, mas também a fomentar o uso de agrotóxicos, além da incorporação de máquinas para os processos da produção agrícola. Sobre esse aspecto, Rosa (1998) citada por Andrades e Gamini (2007, p. 45) afirma que:

Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a Rockfeller e a Ford, vendo na agricultura uma boa chance para a reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes [...] Além disso, e já findada a Guerra, muitas indústrias químicas que abastecem a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticidas e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas.

Por conseguinte, a revolução verde foi resultante de inúmeras articulações que pretendiam a ampliação do capital no pós-guerra, sendo o cenário em que se configuraram as modificações nas práticas agrícolas e favoreceu uma:

[...] avalanche do capital na agricultura em decorrência da sua crise desencadeada nos anos 1970, que forjou um novo ciclo de acumulação — a mundialização e a financeirização, integrando o capital em escala mundial, através das empresas multinacionais e transnacionais. Ou seja, o centro do capital não está mais centralizado nos países ricos, mas em todo lugar onde as empresas se instalam. Essa é a nova ordem do capital que gerou uma nova divisão internacional do trabalho e redesenhou a organização territorial da produção capitalista. Os interesses do capital se apropriam dos meios de produção nacionais e os internacionalizam. Em decorrência, a luta de classe ganha dimensão também internacional (BARROS, 2018, p. 176).

O objetivo central era alargar a produção e o lucro, e dentre as principais transformações estavam à mecanização e redução dos custos de manejo, alterações genéticas de sementes e os insumos industriais. Sobre essa revolução, Zamberlam e Fronchet (2001, p. 13) destacam em uma de suas produções que:

Primeiro: ‘Revolução verde’ – um jeito capitalista de dominar a agricultura [...] Segundo: é o período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia.

O avanço desse capital mundializado alcançou a agricultura e revelou uma cominação entre indústria e agricultura, entre extensas frações de terra e empresas transnacionais, entre proprietários de terras e capitalistas internacionais. Nesse decurso, o capital se territorializou e estimulou a expropriação e a expulsão das famílias do campo para as cidades, implantando os grandes complexos agroindustriais no campo, via monocultura, para exportação, compreendendo a dilatação e a reprodução do capital (BARROS, 2018).

Esse processo concebeu pacotes que materializaram modificações tecnológicas na produção agrícola, pretendendo alcançar uma melhor produtividade, em termos quantitativos, por meio de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes do solo, mecanização e aplicação de agrotóxicos. Segundo Miranda (et al, 2005), entre os anos de 1964 e 1991, a utilização de agrotóxicos no Brasil aumentou 276,2%, frente a um aumento de 76% na área plantada. Já no período entre 1991 e 2000, observou-se um acréscimo de quase 400% no consumo desses agentes químicos, frente a um aumento de 7,5% na área plantada. Nesse mesmo período, os gastos com a importação desses produtos aumentaram de U\$ 41,6 milhões para U\$ 265,8 milhões, correspondeu à metade do gasto de toda América Latina.

Os agrotóxicos foram inclusos na agricultura como uma investida para reparar as deficiências do solo e suprimir as pragas que deterioram a produção. Apesar disso, a utilização de agrotóxicos tem suscitado debates, tanto no âmbito ambiental quanto na área da saúde. Portanto:

A ampla utilização destes produtos, o desconhecimento dos riscos associados a sua utilização, o conseqüente desrespeito às normas básicas de segurança, a livre comercialização, a grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras e os problemas sociais encontrados no meio rural constituem importantes causas que levam ao agravamento dos quadros de contaminação humana e ambiental observado no Brasil. A estes fatores podem ser acrescentados à deficiência da assistência técnica ao homem do campo, a dificuldade de fiscalização do cumprimento das leis e a culpabilização dos trabalhadores como contribuintes para a consolidação do impacto sobre a saúde humana, decorrente da utilização de agrotóxicos, como um dos maiores problemas de saúde pública no meio rural, principalmente nos países em desenvolvimento (MIRANDA, et al, 2005).

A degradação ambiental e residual nos alimentos submete o contingente urbano, similarmemente, aos impactos nefastos dos agrotóxicos. De acordo com dados do Ministério da

Saúde em 2003, houve por volta 8.000 casos, sendo 30% desses em zonas rurais. (MIRANDA et al, 2005). Ao relacionar o contato com agrotóxicos e mortes no mundo e no Brasil Daher (et al, 2011, p. 208) afirma que: “De acordo com dados levantados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2006, a intoxicação por agrotóxicos foi causa de 220 mil mortes no mundo. Em 1985, ocorreram 1.749 casos no Brasil, número que aumentou para 5.945 ocorrências, em 2003”. Analisando os referidos dados no âmbito brasileiro, Lopes et al (2018, p. 524) verificou que:

No período de 1999 a 2009, foram registrados quase 10 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Nordeste do Brasil, e que o estado de Pernambuco foi o mais acometido. Nesse estado, entre os anos de 2007 a 2010, foram identificados 549 casos de intoxicações⁶⁸. São 2.052 óbitos por intoxicação por agrotóxicos no período de 2000 a 2009, e, somente no ano de 2005, foram mais de 1.200 casos de intoxicações no Nordeste brasileiro.

Lopes (et al, 2018) em seus estudos realça a relação da exposição aos agrotóxicos com alguns tipos de doenças como neoplasia no cérebro, linfoma não-Hodgkin, melanoma cutâneo, câncer no sistema digestivo, sistemas genitais masculino e feminino, sistema urinário, sistema respiratório, câncer de mama e câncer de esôfago. No que refere aos impactos da utilização de agrotóxicos no meio ambiente distinguimos o agravo causado sobre os recursos hídricos, os peixes, o solo, os insetos, refletindo que:

Agrotóxicos podem contaminar reservatórios de água, rios, recursos hídricos e bacias fluviais, podendo interferir nos organismos vivos aquáticos. Algumas substâncias já proibidas há décadas no país, como é o caso do Hexaclorociclohexano (HCH), ainda estão sendo detectadas em amostras de águas, poços e mananciais. Lagos urbanos, como um localizado na cidade de Cascavel, no Paraná, com intensa atividade agrícola, apresentaram contaminação recente por organofosforados. Situação semelhante foi encontrada em Fortaleza, onde foram detectadas as substâncias cipermetrina e malationa em dois rios da região metropolitana. Até mesmo na água da chuva, em regiões de produção de soja, foi detectada a presença de diferentes agrotóxicos (LOPES, et al, 2018, p. 522).

Além dos agrotóxicos, os pacotes da Revolução Verde incluíram os processos de mecanização da produção agrícola, que por sua vez concretizaram uma estrutura que favoreceu uma minoria e eliminou uma grande quantidade de trabalhadores:

[...] na estrutura produtiva pela multiplicidade de padrões tecnológicos entre indivíduos, empresas, ramos de produção e regiões formando um conjunto de situações que reproduzem-se como um mosaico de disparidades. Na estrutura social apresenta-se nas

relações de trabalho e de propriedade que conformam movimentos alargadores das diferenças de oportunidades, resultando numa realidade em que a exclusão consiste na marca mais visível da situação de desigualdades. Na estrutura política há a manutenção de hegemonia histórica de forças conservadoras que moldam uma ordem institucional que sanciona e garante a preservação de um sistema de privilégios (GONÇALVEZ E SOUZA, 2000, p. 35).

Assim, sucederam variações aceleradas e profundas na agricultura, motivando fenômenos como o êxodo rural, que possui conexão com o acirramento da questão urbana. Martine (1987, p. 10) destaca que:

[...] o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção per capita de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades.

Bolsadi (et. al. 2002, p. 24) ao refletir a agudização dos processos de modernização da agricultura através das tecnologias, conclui que:

[...] a agricultura brasileira registrou fortemente a introdução de modernas tecnologias, especialmente aquelas destinadas para a colheita e pós-colheita de grandes culturas: cana-de-açúcar, café e algodão são os principais exemplos. Além das colhedoras mecânicas, também podem ser citadas as novas máquinas agrícolas “inteligentes”, controladas por programação eletrônica e transmissão via satélite. Além da redução da demanda de mão de obra, a introdução dessas tecnologias traz consigo a exigência de um novo perfil de trabalhador rural, com novas habilidades para processos produtivos mais automatizados.

Esse caráter de globalização da agricultura imprime novas relações de trabalho no campo, considerando que:

Em termos de trabalho, tendo como objetivo a redução dos custos de produção, **há a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto**. Neste sentido, com a maquinaria moderna, **o agronegócio utiliza pouca força de trabalho**, a exemplo da máquina de cortar eucalipto que substitui cem homens força de trabalho (AZAR, 2015, p. 8).

Podemos perceber que com a globalização aumentam e se diversificam os modos de subordinação e precarização dos trabalhadores, bem como expropriação e expulsão desses de suas terras, e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em

produção de mercadorias. O conjunto dessas transformações introduzidas na agricultura será denominado de agronegócio.

A supremacia do agronegócio apoia-se no padrão agroexportador de produtos, em ampla proporção e com a utilização intensa de agrotóxicos e transgênicos, não propiciando outro modo de produção agrícola. São complexos agroindustriais com vastos investimentos em tecnologia e mecanização; modelos de gestão e domínio da força de trabalho assalariada; e ainda, um mecanismo midiático que propaga as convicções fundamentais para persuadir que esse é o único molde possível de produção de alimentos.

Considerando a inserção do capitalismo no campo e a ampliação de suas práticas, a produção agrícola sofre transformações profundas compondo a dinâmica da economia monopolista. Nesse sentido, este tipo de produção que deixa de produzir alimentos para produzir mercadorias, passa a ser controlado por grupos e empresas transnacionais. Analisando esse processo, Delgado (2010, p. 43) afirma que:

Na produção de soja, temos como exemplos a atuação das transnacionais Bunge, Cargill, ADM – Archer Daniels Midland, que juntas controlam 60% dessa produção no Brasil e mais de $\frac{3}{4}$ da indústria de processamentos na Europa, que fornece óleo e farelo de soja para o mercado internacional.

Ressaltamos que no contexto brasileiro, o processo de inserção do capital mundializado na agricultura obteve estímulo a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e no prosseguimento no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando nesse:

[...] funda-se uma estratégia de retorno no investimento em complexos agroindustriais (já realizados por ocasião da modernização conservadora no período de 1960 a 1980) associados a grande propriedade privada da terra para responder à balança comercial externa. Essa estratégia se consolida através da inserção do capital financeiro na agricultura, sob a prioridade do agronegócio, valorizando o mercado de terras e as exportações de produtos primários (BARROS, 2018, p. 176).

Assim, os governos brasileiros vêm constantemente gerando situações convenientes à propagação do agronegócio, assegurando o pacto da propriedade fundiária com o capital financeiro, de forma a avultar e salvaguardar as terras improdutivas para possíveis negociações e concentração do capital, o que impossibilita a reforma agrária.

Sob a égide desse sistema, a produção comercial ou empresarial intensifica a produção de *commodities*. Em termos nacionais, assumem destaque nesse tipo de produção,

produtos como a cana-de-açúcar, milho, soja, laranja, café, alumínio, minério de ferro e o petróleo, dentre tantos outros.

Na perspectiva de analisar o agronegócio desde sua inserção na realidade maranhense, Carneiro (2008, p. 88) afirma que:

[...] os latifúndios improdutivos, que até então eram determinantes na questão agrária no Maranhão, passam a figurar modernas propriedades gerenciadas por grupos empresariais, grandes proprietários ou pelos chamados produtores integrados, que são integrados a cooperativas subordinadas a empresas, vinculados a grupos capitalistas nacionais e internacionais, que incentivam a produção de itens necessários ao mercado do agronegócio.

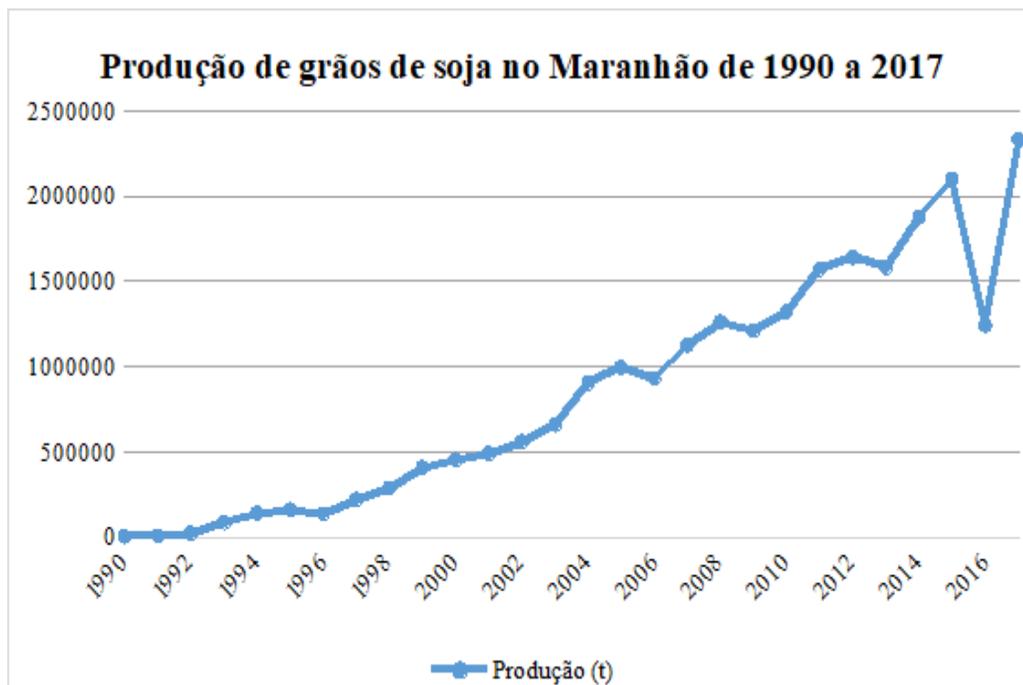
Nessa realidade específica, os monocultivos da soja e do eucalipto estão entre os grandes interesses do agronegócio. Miranda (2010, p. 82) falando acerca da ampliação da produção do agronegócio, no âmbito do estado do Maranhão, destaca que:

No Sul do estado, a expansão da soja; no Oeste maranhense, as empresas de ferro-gusa e monocultura do eucalipto; no Baixo Paranaíba, as empresas de papel e celulose e, atualmente, também a soja, que têm como consequência mais imediata o controle sobre a mão de obra desqualificada do pequeno trabalhador rural.

A soja enquanto um condutor do agronegócio na realidade maranhense inclui-se na lista dos principais produtos exportados pelo estado, perdendo apenas para a mineração e o ferro-gusa. Como assinalou Carneiro (2008, pp. 80-81):

[...] a expansão das áreas de produção da monocultura da soja alcançou um patamar importante entre os principais produtos exportados pelo estado do Maranhão, tem ficado atrás apenas de três commodities minerais, que são: ferro-gusa, minério de ferro e alumínio. As exportações da soja in natura têm respondido em média por 14% do valor anual das exportações estaduais nos últimos nove anos. [...] o valor das exportações da soja no Maranhão quase duplicou, pois saiu de US\$ 65, 4 milhões, em 1999, para a cifra de US\$ 235, 16 milhões, em 2007.

O referido crescimento da produção e valorização da soja no estado pode ser verificado no gráfico abaixo:

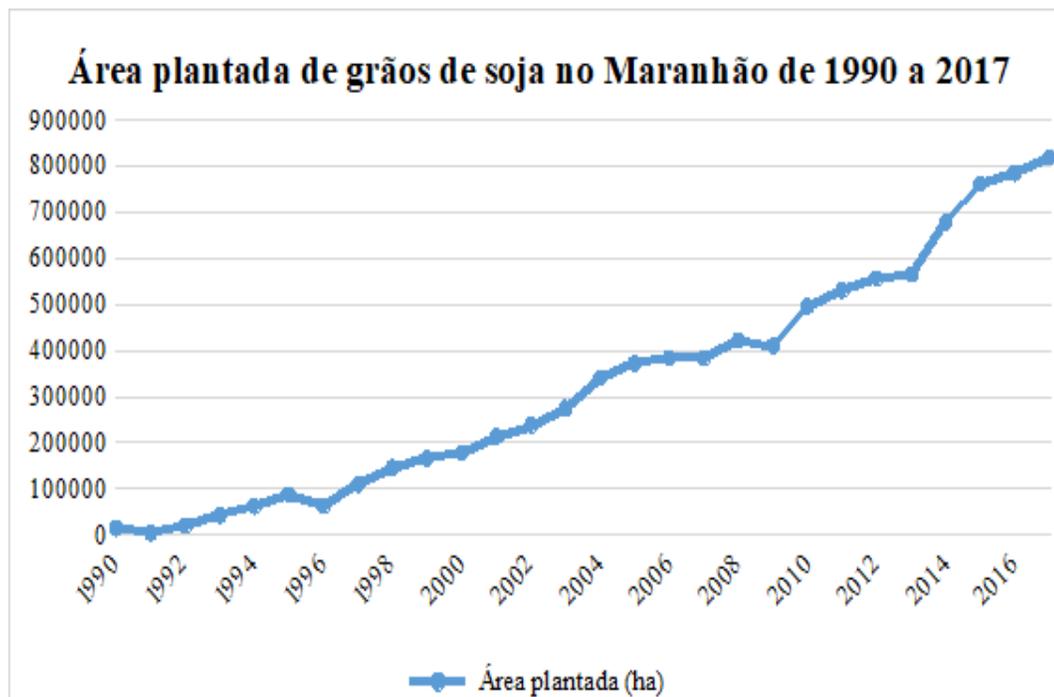
Gráfico 01 – Produção de grãos de soja no Maranhão de 1990 a 2017

Fonte: IBGE – SIDRA. Produção de grãos de soja (1990 - 2017).

De acordo com o gráfico, podemos observar que a participação da soja na produção nacional no ano de 1990 era de 4.176 toneladas, aumentando em 2000 para 439.432 toneladas, o que significa um aumento de 435.256 toneladas. Enquanto, no ano de 2010 essa produção aumentou para 1.322.363 toneladas, concretizando um aumento de 882.931 toneladas, em relação ao ano 2000. Em 2017, esses números avançaram para 2.331.688 toneladas, o que implica afirmar que de 2010 para 2017 o aumento na produção foi de 1.009.325 toneladas. Logo, de 1990 a 2017 a produção de soja no Maranhão aumentou em 2.327.512 toneladas.

No gráfico a seguir, podemos analisar o avanço da soja relacionado com a utilização de áreas para produção.

Gráfico 02 – Área plantada de grãos de soja no Maranhão de 1990 a 2017



Fonte: IBGE – SIDRA. Área plantada (ha) de grãos de soja (1990 - 2017).

Conforme podemos analisar no ano de 1990, a produção de soja utilizava 15.305 hectares, aumentando no ano 2000 para 178.716 hectares, o que equivale a um aumento de 163.411 hectares. Em 2010, a quantidade de hectares destinada para essa produção alargou para 495.756, considerando um aumento de 317.040 hectares, em relação a 2000. Enquanto, no ano de 2017 essa produção avançou para utilizar 817.719 hectares, o que implicou num aumento de 321.963 hectares em relação a 2010. Portanto, de 1990 a 2017 a produção de soja aumentou 802.414 hectares.

Essa demanda por terra evidencia uma das implicações sociais do aumento da produção de soja para o estado do Maranhão, uma vez que:

A territorialização do agronegócio quase sempre está relacionada a desterritorialização camponesa, que resulta no aumento do número de conflitos. No final dos anos 1980 a principal cultura do agronegócio maranhense adentra em grandes áreas de cerrado. A produção da soja se concentra na região Sul e a partir da década de 2000 se expande para municípios da região Leste como Anapurus e Brejo. O que explica o Leste ser a região do Maranhão com os maiores números de conflitos por terra nos últimos anos (SODRÉ; MATTOS, 2016, p. 251).

A intensificação da produção de soja no Maranhão está relacionada, ainda, com

investimentos em pesquisas, inovação e infraestrutura, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, que na atualidade tem se materializado, principalmente, a partir do plano de desenvolvimento do MATOPIBA.

A região do Matopiba é composta por 336 municípios de quatro estados fronteiriços, sendo 143 do Maranhão, 130 do Tocantins, 33 do Piauí e trinta da Bahia. A expressão Matopiba, criada a partir das iniciais dos respectivos estados componentes, serve para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos. Essa região vem passando por transformações tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência da expansão da agricultura, como produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão (PEREIRA, et al, 2018, p. 47).

O cultivo da soja nessas regiões ameaça o cerrado, tanto no que se refere a questões ambientais, considerando problemáticas, como o desmatamento, como sociais, ponderando as inúmeras comunidades tradicionais que são impactadas pela transformação do bioma. Ao analisar esses aspectos sociais, Almeida (et al, 2019, p. 251):

A Região é ocupada por um grande número de populações tradicionais, que em sua maioria, via de posse, compartilha territórios comuns. Dentro dos limites da Região há um complexo quadro agrário e um conjunto de problemáticas fundiárias formadas por Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Áreas Quilombolas e Assentamentos Rurais e de outras comunidades tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Segundo a EMBRAPA (2018) existem no MATOPIBA, 42 Unidades de Conservação em uma área 8.838.764 ha; 28 Terras Indígenas que juntas possuem 4.157.189 ha; 34 Comunidades Quilombolas divididas em 249.918 ha; e 865 assentamentos rurais cobrindo uma superfície total de expressivos 3.706.699 hectares de terra.

Portanto, tais regiões vivenciam novas dinâmicas territoriais, materializando um crescimento econômico que está voltado para interesses privados, contribuindo, assim, para o aumento dos conflitos fundiários, transformando-se em uma área que: “a disseminação do agronegócio ocorre de forma agudamente excludente, impulsionando históricas desigualdades sociais e territoriais do país” (ELIAS, 2015).

Além da soja, outra produção importante no cenário estadual é o eucalipto, seu cultivo é ampliado a partir de 1980 (BARBOSA, 2013), tendo como fim a produção de carvão vegetal e celulose. No qual “cerca de 80 mil hectares, tem sido utilizado para a sua plantação [...] desde 2005, tem produzido [...] 47 mil toneladas de carvão vegetal por ano” (DELGADO, 2010). O aumento do eucalipto responde uma procura direta de substancialmente dois setores: um que corresponde à produção de celulose por meio de modelos “sustentáveis”, e outro estruturado com

o capital financeiro mundial da mineração, o da produção de fontes renováveis para provimento de refinarias e carvoarias no Norte e Nordeste brasileiro.

Segundo dados do IBGE (2019), a produção de eucalipto no estado do Maranhão vem crescendo significativamente, em municípios como Açailândia chega a 40.923 ha, sendo, portanto a maior do estado. A segunda maior área é o município de Barra do Corda, com 24.695 ha, na terceira colocação temos Itinga do Maranhão com 20.786 ha. Dentre os municípios com áreas extensas do referido monocultivo se destaca, ainda, Imperatriz, com 7.438 ha. A região do leste maranhense vem também se distinguindo na produção de eucalipto, aonde em municípios como Anapurus chega a 3.567 ha.

Todavia, inúmeros são os impactos ambientais e sociais suscitados pelas florestas de eucalipto, considerando que:

[...] os efeitos ambientais adversos do plantio de eucalipto são: a retirada de água do solo, tornando o balanço hídrico deficitário, com o rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes; o empobrecimento de nutrientes no solo, bem como seu ressecamento; a desertificação de amplas áreas, pelos efeitos alopatóxicos sobre outras formas de vegetação e a conseqüente extinção da fauna; a ocupação de extensas glebas de terra, que poderiam estar produzindo alimentos; a criação de empregos apenas durante a implantação do plantio, mesmo assim para mão de obra desqualificada, com baixos salários, e o estímulo ao êxodo rural e o conseqüente inchaço das metrópoles (LEITÃO, et al, 2016, p. 08).

Sobre esses impactos provocados pelo sistema econômico ao meio ambiente, Mueller (2007, p. 7) afirma que:

[...] o meio ambiente, por sua vez, possui certa resiliência, ou seja, certa capacidade de se auto regenerar das agressões do sistema econômico. Entretanto, essa sua resiliência tem limite. Uma agressão muito forte pode produzir mudanças drásticas no meio ambiente, afetando a sua resiliência.

Assim, além das repercussões no meio ambiente, há as decorrências negativas na esfera social, afinal nos últimos anos as mesorregiões maranhenses tem sido ponto de variações nas propriedades agrárias correspondente ao avanço da plantação de eucalipto. Empresas de grande porte se inserem na região com a meta de amplificar a eucaliptocultura no estado. Essas atividades intensivas disputam com a agricultura de sobrevivência, restringindo as possibilidades de trabalho e ampliando o êxodo rural. (RIBEIRO JÚNIOR, 2013).

À vista disso, a motivação para o ressaltado índice de êxodo rural no Maranhão, é

observada devido a coações das empresas com o projeto floresta de eucalipto, que impõe aos trabalhadores rurais transacionar suas terras e residir nas cidades um desterrado em seu lugar de origem, ou seja, um sem terra. E tudo o que ele consegue realizar passa a não contar, e o mesmo é submetido a moldar-se a uma recente forma de vida, em incipientes moradias (BOTELHO, et al, 2012).

Azar (2015, p. 6) ao citar Botelho (2010, p. 30) retrata como o estado do Maranhão se insere na rota do capital mundializado a partir da produção de alguns desses produtos elencados:

[...] se encarregado de produzir os produtos primários e destiná-los ou ao exterior ou ao mercado interno (nacional ou regional) e comprá-los depois de industrializados. Foi assim com o algodão, com o arroz, com o gado e está sendo com os minérios, com vários outros produtos e especialmente com a soja. Nem os processos de produção e nem as formas de exploração da agricultura são os mesmos, mas obedecem à mesma lógica da acumulação e reprodução.

O capital no Maranhão inclui ainda, bambu, petróleo, gás, carcinicultura, calcário, pecuária bovina, dentre outros e por conta de tais produções, vivencia graves e intensos conflitos de terra, tornando-se cenário de um fenômeno que ocorre a nível global, como afirma Alier (2007, p. 34):

[...] a fronteira do petróleo e do gás, a fronteira do alumínio, a fronteira do cobre, as fronteiras do eucalipto e do óleo de palma, a fronteira do camarão, a fronteira do ouro, a fronteira da soja transgênica... Todos avançam na direção de novos territórios. Isso gera impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais que muitas vezes protestam e resistem.

Tais práticas produtivas resultam em um progressivo processo de industrialização da agricultura, pois “[...] o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz ‘industrializando’ a própria agricultura” (SILVA, 1985, p. 14). Tais elementos contribuem para danos incomensuráveis oriundos da complexificação da questão agrária, tanto do ponto de vista ambiental quanto humano, afinal o intuito primordial é o lucro. Falando desse aspecto, Andrades e Gamini (2007) destacam que:

[...] apesar do aumento da produtividade, fatores como: deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e de biomassa, são alguns elevados custos sociais,

econômicos e ambientais provocados [...].

Dentre esses custos, está ainda, o desmatamento de extensas áreas para a realização de monocultivos, retirada do carvão vegetal e a produção madeireira, com fundamental intenção de atender a indústria, a dilatação populacional nas cidades, destruição dos recursos hídricos, violência urbana e impactos nocivos nas relações de trabalho, inclusive aumento do trabalho escravo.

O Maranhão passou a fazer parte da rota do trabalho escravo, principalmente pela pobreza existente no estado. Segundo Coelho (2017), no Maranhão as atividades que regularmente recorrem ao trabalho escravo estão relacionadas à questão agrária. Nessa perspectiva, o estado sempre se destacou negativamente. Dessa forma, pelo menos 49 municípios já foram pontos de fiscalizações, com libertações de 3.095 pessoas escravizadas, desses 52% localizam-se na região oeste do Maranhão.

Sobre o trabalho escravo no Maranhão, Santos (et al, 2015) sublinham que:

Os casos de trabalho escravo no Maranhão começaram a aparecer com mais incidência a partir de 2003, com destaque para o município de Açailândia. A maioria dos trabalhadores é oriunda do próprio Maranhão (...). As atividades realizadas pelos trabalhadores estão ligadas a pecuária (roço da juquira, construção de cerca, bater veneno e etc.) à lavoura (catação de raiz), e a produção de carvão (carvoarias), sendo que a pecuária se destaca com maior número de denúncias neste período (SANTOS; SILVA; NASCIMENTO, 2015, p. 75).

Em uma abordagem sobre a exploração da mão de obra escrava no referido estado, Almeida (1975, pp. 40-41 apud FEITOSA, 2014) enfatiza que:

[...] De alguns municípios da Baixada Maranhense, então, têm saído camponeses para trabalhar como assalariados nos desmatamentos dos projetos agropecuários da região de Buriticupu, Pinheiro, Guimarães e Bequimão. Foram áreas alcançadas por empreiteiros, que se encarregam de recrutamento ilegal e transporte de mão de obra para as grandes empresas rurais. A trajetória predominante dos camponeses que migram, porém, tem sido rumo ao Estado do Pará, pela BR 316 (Rodovia Pedro Teixeira, Pará-Maranhão). Há os que se dirigem para as pensões e hotéis de Zé Doca, Santa Inês e Gurupi, onde existe um recrutamento contínuo desde os anos de 1968/1969 de trabalhadores rurais para o Pará. Os trabalhadores de desmatamento nos projetos agropecuários do rio Acará, PA – 70 absorvem tais contingentes de mão de obra. Um dos principais absorvedores é o projeto Jari Florestal, na região fronteira do Estado do Pará com o território do Amapá, junto ao rio do mesmo nome. Os encarregados diretos destes recrutamentos são denominados Gatos, que contam com a “sociedade” dos donos de hotéis e de outros recrutadores menores. São eles que se encarregam do transporte destes camponeses e da distribuição deles pelos projetos, segundo contratos firmados com os grandes empresários ou seus gerentes, que só mantêm com estes trabalhadores vínculos indiretos.

Logo, trata-se de processos que consistem no aliciamento de mão de obra para trabalhar em regiões distantes, comumente em cidades exíguas e situadas em zonas fronteiriças, onde os empreiteiros, afamados como gato, são os responsáveis pela aliciação. Esses possuem a missão de ofertar propostas estimulantes, com propagações como alimentação e condições de trabalho adequadas. Contudo:

[...] ao chegarem na localidade, os trabalhadores começam a tomar contato com a triste realidade: salário não condizente com a promessa, pressões impostas pelo fazendeiro e seus pistoleiros, instalações desumanas, condições sanitárias precárias, falta de água potável, incidência de doenças, ataque de animais e eterna dependência pelas dívidas contraídas no armazém [...] (PARO, 2003, p. 61).

Na região Sul do Maranhão, em especial na cidade de Açailândia, onde, nos anos 1980, foram inseridas indústrias que elaboram ferro-gusa, matéria-prima do aço, motivadas pela abundância de madeira e pelo aproveitamento da jazida de ferro do Carajás, encontra-se um dos maiores pontos de pessoas em situação de trabalho escravo. Esses trabalhadores comumente residem em cidades humildes do interior do Maranhão e são orientados pelos empreiteiros para trabalhar nas carvoarias, onde não são asseverados direitos essenciais, tendo sua saúde prejudicada pelas condições insalubres de trabalho.

José de Souza Martins (1997, p. 101) elabora uma reflexão primorosa das origens do trabalho escravo moderno:

[...] o fenômeno da escravidão moderna surge no seio do sistema capitalista de produção, onde predomina a racionalidade econômica do cálculo que visa à otimização e maximização de seus lucros. Ou seja, os trabalhadores, aqueles que vivem no limite do assalariamento normal, são aqueles que trabalham em atividades inseridas, ainda que marginalmente, em setores e processos modernos da economia capitalista, nos quais há grande investimento de capital, seja nas plantações ou nos equipamentos necessários. Teoricamente, esses empreendimentos deveriam ter uma alta composição orgânica de capital, isto é, o montante de capital variável (o capital empregado na compra de força de trabalho), deveria ser proporcionalmente inferior ao montante de capital constante (o capital empregado em máquinas, equipamentos e tecnologia). Devido à inserção dessas novas atividades nos setores propriamente dinâmicos da economia, como o capital industrial e o capital financeiro, a rentabilidade das atividades agrícolas, assim vinculadas, é determinada por uma taxa de lucro acima do que seria a taxa normal de lucro do empreendimento. Isso porque a composição orgânica do capital dessas novas empresas é, de fato inferior, à composição que deveria ter ou inferior à composição média. Justamente, é por isso que ao setor mais débil no conjunto dos fatores econômicos envolvidos, o da força de trabalho, atribui-se uma remuneração residual em relação à do capital, cuja taxa de lucro fica assim assegurada, como se fosse um setor moderno, organizado segundo composição orgânica mais alta do que a norma [...].

Assim, os estímulos governamentais à agroindústria e às fazendas agropecuárias fomentaram a invasão do território amazônico, quer seja a partir da aquisição de terras, quer seja a partir dos processos de grilagem. O estado do Maranhão, seguido pelos estados do Pará e Tocantins, localizados na Amazônia Legal, registrou intensas situações de expulsões de posseiros e a fixação de grandes fazendas e madeireiras. Ao analisar a atuação desses projetos, em especial a SUDAM, Breton (2002, p. 64) desvela que:

Os projetos ficavam isentos do pagamento de imposto por dez anos, mas o dinheiro assim economizado, em vez de ser aplicado no projeto, era usado para especulação; qualquer mecanismo destinado a verificar se o projeto estava andando era totalmente ignorado e a SUDAM não tomava nenhuma providência a respeito. Somente depois do relatório de 1985 a agência cancelou os primeiros projetos, mas, mesmo assim, nenhum passo sério foi dado para reaver o dinheiro e, em um caso a agência levou dezessete anos para abrir um processo contra um projeto fracassado. Mesmo se decidissem reaver o dinheiro, teriam pouca chance de conseguir um pagamento em valores atualizados e os fazendeiros e empresários sabiam perfeitamente bem que o sistema da justiça brasileira estava tão engarrafado que os processos dificilmente chegariam a julgamento e que, mesmo que chegassem, o Estado raramente os condenaria.

Logo, na contemporaneidade, com as grandes empresas, a composição da produção no campo padece com novos meios e condições de trabalho, mecanismos que modelam a condensação das expressões de precarização, a título de exemplo, as subcontratações e o trabalho escravo. Além de que essa expansão do agronegócio implica em outro aspecto, que é a demanda deste crescimento produtivo por terra. Isso resulta no contexto estadual em graves consequências para as famílias camponesas. E, por conta de tais produções, o Maranhão hoje vivencia intensos conflitos de terras.

No Gráfico a seguir, podemos analisar os dados de conflitos por acesso a terra no Maranhão:

Gráfico 03 – Conflitos no campo no Brasil de 1990 a 2017



Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (1990 - 2017).

No quantitativo de conflitos, o Maranhão se encontra na segunda posição em âmbito nacional, com 2.287 conflitos, estando o Pará ocupando a primeira posição com 2.356 conflitos, sendo que a diferença entre ambos é de apenas 69 conflitos. Em termos comparativos, o Distrito Federal, que se encontra entre os estados com menor quantidade, sendo 107 conflitos, se distancia do Maranhão por uma diferença de 2.180 conflitos. Na região Nordeste, o Maranhão ocupa o primeiro lugar, sendo seguido por Pernambuco, com um total de 1.958 conflitos e Bahia com 1.685 conflitos. Na região Nordeste, o estado que se encontra com o menor quantitativo é Sergipe, com 175 conflitos. Logo, a diferença em termos comparativos do Maranhão para Sergipe consiste em 2.112 conflitos.

Na região Sudeste, o estado de São Paulo lidera o *ranking* com 1.474 conflitos, imprimindo uma diferença de 1.206 conflitos, em relação ao Estado com o menor índice, Rio de Janeiro, com apenas 268 conflitos. Ao passo que na região Sul, o estado do Paraná lidera com um quantitativo de 1.022 conflitos, garantindo uma diferença de 397 conflitos de Santa Catarina, que possui a menor quantidade a nível regional.

O estado do Mato Grosso do Sul, lidera a região do Centro-Oeste brasileiro, apresentando 1.040 conflitos, enquanto o Distrito Federal, por efeito, expõe o menor número da região. Na região Norte, quem lidera é o estado do Pará, conforme citado com 2.356 conflitos, seguido pelos estados de Rondônia, 922 conflitos e Tocantins, 732 conflitos. A diferença entre o

Estado do Pará e o Estado com menor quantidade, Roraima, que apresenta apenas 117 no total, é de 2.239 conflitos.

Os conflitos fundiários são apenas algumas das implicações do sistema organizativo de agronegócio, que se insere nos preceitos do neoliberalismo, ideologia que será analisada adiante, que intensifica e supervaloriza este tipo de produção, e cuja preocupação não é o atendimento das necessidades da sociedade. Concretamente “As políticas neoliberais adotadas pelo Estado vem consolidando o modelo de desenvolvimento rural que privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa [...]” (AZAR, 2011, p. 7).

Por consequência, a expansão do agronegócio acirra os processos de luta de classes no campo, fundamentalmente por ser um projeto imposto pela classe dominante. Ao analisar o agronegócio como modelo determinado pela classe burguesa (CARVALHO, 2014, p. 26) afirma que:

O próprio modelo de agricultura dominante é a expressão da dominação burguesa sobre as concepções de mundo de produção agrícola dos camponeses. Essa dominação burguesa no campo, rebuçada da ideologia neoliberal, nega explicitamente não apenas a socialização da posse e uso da terra como considera os camponeses e suas propostas de modelos de produção baseados na agroecologia, como uma negação da modernidade e um retorno ao obscurantismo de um passado remoto.

Logo, as expressões da questão agrária no Maranhão, se materializam na demasiada concentração de terras e a adesão ao agronegócio. Além dos conflitos violentos que marcam a história estadual, seja com a grilagem nas décadas de 1960 à atualidade com os investimentos do capital estrangeiro e o discurso ideológico do “desenvolvimento”, um desenvolvimento que alimenta a desigualdade, enriquecendo uma minoria e trazendo miséria para a maioria, afinal “[...] o sistema capitalista produz riqueza de um lado e miséria de outro” (SILVA, 1985, p. 18).

A ideia de “desenvolvimento” que é propagada pelos veículos de comunicação burgueses e disseminada como verdade absoluta e irrefutável confronta as forças naturais, causando danos perversos ao meio ambiente e a vida humana, ao atingir negros, indígenas, quilombolas, a classe trabalhadora como um todo.

A ideologia dominante baseia-se em uma busca colossal pelo lucro, utilizando-se de elementos como a ilusão de ofertas de empregos para os jovens, de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento com inclusão, que nada ultrapassam “armas” da elite para consolidar seus projetos excludentes e devastadores. São projetos que além de

beneficiar uma mão de obra externa a do estado, exporta as riquezas locais para o mundo afora, para regiões em que há pessoas que nem mesmo conhecem a origem das matérias primas dos produtos consumidos.

Portanto, torna-se essencial refletirmos como o sistema hegemônico, que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo, se configura no movimento das correlações de forças, conferindo desafios e tendências às lutas sociais.

2.3 As implicações da ideologia neoliberal na questão agrária

Iniciamos estas considerações tomando como referência o pensamento de Perry Anderson (1995) como basilar, que concebe o neoliberalismo como uma reação teórica e política ao Keynesianismo e ao Welfare State, promovida pelos liberais no final dos anos 1970 e 1980, expandindo-se na década de 1990 por todo o mundo.

Welfare State é a designação inglesa de Estado de Bem-Estar, uma espécie de Estado assistencial que assevera os direitos sociais necessários à subsistência humana, tais como seguridade social, saúde, educação, habitação e renda. Tal assistência é reconhecida como direitos sociais porque legalmente garante condições necessárias para refinar os padrões de qualidade de vida populacional.

No caso do Welfare State, a assistência consistia no campo dos direitos e houve uma magnífica expansão dos serviços públicos. No entanto, não podem ser compreendidos como mera dádiva ou prebendas oriundas da “bondade” dos governantes, mas das “[...] lutas do operariado europeu contra a exploração econômica e a opressão política, na perspectiva da emancipação, constituíram fator decisivo na formação do Welfare State” (ABREU, 2002, p. 72).

Quanto ao Keynesianismo destacamos que eram as ideias de John Maynard Keynes e sua necessidade de reformulação das teorias liberais lançadas por Adam Smith, ou seja, Keynes propunha uma observância do consumo e investimento do governo, das empresas e dos consumidores. Suas ideias, ao contrário dos liberais clássicos, defendiam a necessidade do Estado intervir na economia, para tentar encontrar saídas para a crise capitalista.

Assim como Keynes discordava da teoria liberal clássica, Keynes também era contestado em suas proposições e um dos principais contestadores da economia Keynesiana e do Welfare State foi Friederich Hayek, que possuiu como principal obra “O caminho da servidão”.

Na concepção de Perry Anderson (1995, p. 9) essa obra trata de “[...] um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

Outros ideólogos aliaram-se a Hayek, tais como Walter Lipman, Salvador de Madariaga, Ludwig Von Mises, Karl Popper, Milton Friedman, Lionel Robbins, Walter Eupken, Michael Polanyi, formando uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, excessivamente esforçada e estruturada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu escopo era impugnar o keynesianismo e o solidarismo prevalentes e organizar as orientações de outro tipo de capitalismo, duro e livre de preceitos para o futuro (ANDERSON, 1995).

As ideias de tais teóricos ganharam vitalidade com a crise do capital que caracterizou os anos 1970, quando “[...] o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação [...]” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Segundo o referido arcabouço ideológico o que motivou a crise foi a pressão reivindicativa por parte dos sindicatos sobre os salários dos trabalhadores, e o Estado apensar mais e mais os gastos com os direitos sociais. Sobre esse contexto, Anderson (1995, p. 10) afirma que uma forma de medicar a situação e prevenir novas crises seria segundo os teóricos neoliberais “[...] manter um Estado forte, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas [...]”.

O neoliberalismo foi abrangentemente, posto em prática pioneiramente no mundo contemporâneo, no Chile, sob a ditadura de Pinochet. Na realidade chilena começaram os programas de maneira vigorosa: desregulação, desemprego massivo, coibição sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi iniciado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra (ANDERSON, 1995).

Ao analisar o processo de implantação do neoliberalismo no Chile, Boito Júnior (1999, p. 84) inferiu que:

O neoliberalismo foi implantado no Chile por uma ditadura militar que havia destruído todas as organizações populares. Isso permitiu que, lá, a política social neoliberal avançasse mais que no Brasil. O governo estimulou o crescimento das empresas de saúde, ensino e previdência social. O que permaneceu estatal nas áreas de saúde e educação foi descentralizado. O setor de saúde pública não recebe mais contribuições das pessoas que optam pelos planos privados, encontra-se no limite da pauperização e é

utilizado exclusivamente pela população pobre. O setor privado, financiado e utilizado pela população de renda alta e média e auxiliado por subsídios governamentais, dispõe de pessoal, instalações e equipamentos de nível superior. A previdência social pública paga uma pensão de aposentadoria mínima que é irrisória, inferior ao salário mínimo brasileiro, e abriga a maioria da população trabalhadora. O sistema privado de aposentadoria que, tal ocorre na saúde, transformou-se num dos negócios mais lucrativos para a nova burguesia de serviços chilena, paga altas pensões para a população de renda elevada com base no princípio da aposentadoria por capitalização.

O neoliberalismo foi amplamente efetivado, também no governo inglês que tinha como primeira ministra Margareth Thatcher (1979-1990), membro do partido conservador, dos anos 1979 a 1990. Segundo Anderson (1995, p. 12), as medidas tomadas pelos defensores das políticas lideradas por Thatcher que viriam consolidar a ideologia neoliberal:

Contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais [...] se lançaram num amplo programa de privatização começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Posteriormente, o neoliberalismo disseminou-se por outros países, por exemplo, os Estados Unidos da América, que tinham como presidente Ronald Reagan (1981-1989) e que segundo Anderson (1995, p. 12) possuiu suas peculiaridades, como:

A variante norte-americana era bem distinta. Nos EUA, onde quase não existia um estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a união soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão [...].

Medidas essas que de fato fizeram as economias supracitadas crescerem, no entanto, as expressões da “questão social” também cresceram e o seu trato tem sido cada vez mais transferido para as empresas privadas, o chamado “terceiro setor”. O Estado está cada vez mais se eximindo de suas responsabilidades para que estrategicamente cada cidadão “responda” as suas próprias demandas, ainda que sem condições objetivas e subjetivas para tal, e sob o discurso de solidariedade, uma solidariedade entre classes e não intra classes, que por consequência se torna um discurso que perde de vista os complexos que compõe a totalidade da dinâmica social

burguesa. Nesses termos, Soares (2002, pp. 79-80) afirma que:

O esvaziamento do setor público e o conseqüente desmantelamento de seus serviços sociais fizeram-se acompanhar por um retrocesso histórico, qual seja *o retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como agentes do bem-estar social*. Isto vem implicando a renúncia explícita do Estado em assumir sua responsabilidade na prestação de serviços sociais (sobretudo saúde e educação) em bases universais. A opção pelos mecanismos de autoajuda se dá mais pela ausência de impacto financeiro sobre o setor público do que pelos méritos organizativo-participativos da sociedade. O problema da utilização desses mecanismos está no seu caráter *substitutivo* dos serviços públicos e *não* na sua possível atuação complementar, sobretudo na democratização, fiscalização e controle desses serviços, que passam a ser precários ou inexistentes.

No âmbito dos direitos sociais, é perceptível a desigualdade entre os países de centro e periferia. A investida contra os direitos sociais é um fenômeno internacional e logrou revogar os direitos da classe trabalhadora. No entanto:

[...] na maioria dos países da Europa Ocidental, a política neoliberal, embora tenha feito recuar o Estado de bem-estar, não logrou eliminá-lo. Para exemplificar com casos conhecidos, ele é maior na Inglaterra e na Holanda do que na Alemanha e na França. Foi a resistência operária e popular à tentativa de desmontagem do Estado de bem-estar que impôs limites às pretensões do neoliberalismo [...] Nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. A diferença é que, na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema (BOITO, 1999, p. 36).

Portanto, podemos compreender que o neoliberalismo confere diferentes implicações nas diversas realidades sociais, o que está relacionado não somente com as distinções de elementos da conjuntura, mas também com a formação sócio-histórica de cada país e da posição ocupada no modo de produção vigente. Nesses termos, Harvey (2008, p. 4) afirma que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui

informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Ainda sobre as configurações dessa ideologia, Boito Júnior (1999, p. 23) afirma que:

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos.

Soares (2002) ratifica que o “ajuste neoliberal” não se limita somente à esfera econômica, ele inclui a reorganização global da dimensão política e das instituições, bem como a recombinação das relações sociais.

Esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão constitucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um *novo Estado*, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social (SOARES, 2002, p. 13).

O neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), que logo ao assumir a presidência da República anunciou o Plano Collor, que consistiu em: “[...] um conjunto de medidas econômicas que, segundo ele, extinguiria a inflação com ‘um só tiro’ (SERIACOPI, 2005, p. 522). Dentre tais medidas, pode-se destacar: o acréscimo dos impostos e tarifas, o desemprego em massa de funcionários públicos e o bloqueio de contas bancárias que possuíssem saldo superior a 50 mil cruzeiros (SERIACOPI, 2005, p. 522). Logo, o governo Collor iniciou um processo que caracterizou as primícias da implantação das medidas neoliberais no Brasil que foi o de privatização das empresas estatais.

No que tange à questão agrária, o governo Collor investiu na repressão, pois “para a questão agrária a política de Collor foi ‘porrete neles’, os sem terra. Durante seu curto período na presidência, os trabalhadores rurais em luta só conheceram a repressão”. (MORISSAWA, 2001, p. 109).

Embora a ideologia neoliberal tenha passado a ser implantada no Brasil com

Fernando Collor de Melo, é somente com Fernando Henrique Cardoso (1995/2003), presidente que o sucede, que tem a sua efetiva consolidação. Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao processo de privatização das empresas, e ainda “[...] disseminou a ideia de que as estatais são um escoadouro do dinheiro público, de que o governo gasta muito para mantê-las [...]” (MORISSAWA, 2001, p. 111).

Ao analisar as privatizações nesse contexto no Brasil, Boito Júnior (1999, p. 52) explicita que:

[...] a política de privatização, favorece o imperialismo e uma fração da burguesia brasileira, o capital monopolista, e marginaliza o pequeno e o médio capital. A política neoliberal de privatização das empresas públicas tem ampliado o patrimônio das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grandes grupos arremataram, a preço vil, e pago em grande parte com as chamadas “moedas pobres” e empréstimos favorecidos do BNDES, empresas lucrativas dos setores siderúrgicos, petroquímico, de fertilizantes e de mineração, além das empresas de serviços urbanos – como as empresas de energia elétrica e de transporte. Ademais, adquiriram concessão para explorar o transporte ferroviário e as rodovias, a telefonia celular e outras atividades. O processo de privatização no Brasil vem se ampliando desde o governo Collor. O preço do patrimônio das empresas privatizadas, segundo números do governo, foi de 4,66 bilhões de dólares durante o governo Collor, 7, 21 bilhões sob o governo Itamar e saltou para o montante 21,15 bilhões nos primeiros dois anos e meio de governo FHC.

As privatizações das empresas estatais consistem em um reforço ainda maior do individualismo em desvantagem das prerrogativas coletivas. Soares (2002, p. 78) sustenta que ao privatizar os serviços sociais tem-se, por conseguinte, “a introdução de uma *dualidade discriminatória*: serviços melhores para quem pode pagar (privados), e de pior qualidade ou nulos para quem demanda o acesso ‘gratuito’. Introduce-se a falsa ideia do ‘autofinanciamento’ dos serviços”.

No mandato de Fernando Henrique Cardoso, além das privatizações, foram inúmeras as conflagrações fundiárias e furtos a supermercados em regiões do Nordeste atingidas pela seca. No referente à política agrária no país, durante tal governo pode-se destacar que foram de fato criados vários assentamentos, cerca de “[...] 264.625 famílias, 70% deles no Norte e no Nordeste [...]” (MORISSAWA, 2001, p. 112). No entanto, foram também inúmeras as famílias que perderam suas terras, cerca de “[...] 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras para os bancos [...]” (MORISSAWA, 2001, p. 112).

No estado do Maranhão, no período compreendido entre os anos de 1985/1995

semelhante ao contexto nacional houve a criação de inúmeros projetos de assentamentos, conforme destaca Carneiro (2012, p. 79):

O período compreendido entre os anos de 1985- 1995 revelou um crescimento importante da área de assentamentos rurais, que, no final de 2009, ocupavam cerca de 4,5 milhões de hectares, ou seja, 34,96% da área total dos estabelecimentos agropecuários registrados no último censo agropecuário (12,99 milhões de hectares), nos anos subsequentes assistimos uma drástica redução das ações de desapropriação de terras por parte dos órgãos fundiários.

Importante destacar que os assentamentos, apesar de conquistados por meio da luta e da resistência acabaram por se tornar uma espécie de divulgação do governo FHC, sendo que na realidade o interesse era de desmobilizar os trabalhadores rurais, como afirma MORISSAWA (2001, p. 113):

Os assentamentos conquistados pelos sem-terra, a duras penas, por meio de suas lutas, acabam se tornando, na propaganda oficial e na própria imprensa, resultado das ações do governo pela reforma agrária. A verdade é que o governo tem realizado desapropriações e/ou aquisições de terras pressionadas pelas iniciativas dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, ele cria novos mecanismos para atender aos interesses econômicos e políticos das classes dominantes e desmobilizar o movimento dos camponeses.

Além de “propagandear” a política de assentamentos, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou reformas no movimento sindical, conforme explicita Pinheiro (2007, p. 87):

[...] Fernando Henrique criou umas quatro modalidades precárias como o trabalho parcial, enfim. Alguns, felizmente, inclusive não emplacaram; a questão do banco de horas - para tanto, devemos nos reportar ao artigo 44 da CLT, que, desde Getúlio, dizia que a hora extra tem que ser paga 50% a mais e a jornada não pode ser mais que oito horas, com apenas, no máximo, duas horas extras. O governo Fernando Henrique Cardoso permitiu que as horas extras, ao invés de serem pagas em dinheiro, fossem transformadas num banco de horas. O problema é quem vai decidir o dia que o trabalhador vai gozar suas horas extras é o patrão, em função das necessidades da produção.

A propaganda do governo FHC em torno da realidade agrária do país, também foi explanada por Alentejano (2004, p. 4) que afirmou:

[...] o governo tenta colocar a reforma agrária como grande realização. Três exemplos desta tática propagandística são: (1) a publicidade veiculada na televisão em que um ator famoso afirmava que o governo assentava 1 família a cada cinco minutos. Ora, considerando que há 4,8 milhões de famílias sem-terra, seriam necessários 48 anos para

resolver o problema, caso não surgisse mais nenhuma família no país...; (2) a afirmação de que esta é a maior reforma agrária da história, com 16 milhões de hectares desapropriados. Ora, isto representa apenas 14% de todas as terras ociosas do país, segundo o próprio INCRA e somente 5% de todas as terras em poder do latifúndio no Brasil. Bela reforma agrária...; (3) A afirmação de que o crédito oferecido aos assentados é amplamente subsidiado não se sustenta, pois, conforme cálculos do economista Fernando Homem de Melo (1999) comparando-se os custos de financiamento e a evolução da inflação observamos que a taxa de juros para os agricultores familiares que era 20% inferior à inflação em 1995 passou a ser 260% maior em 1998. Além disso, a oferta de crédito tem diminuído [...].

No governo em tela, foi estabelecido o programa de crédito intitulado de: Reforma Agrária de Mercado, com o Banco da Terra, atualmente Cédula da Terra. Ao analisar esse programa, Girardi e Fernandes (2008, p. 96) explicitam que:

Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a “reforma agrária”, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Desta forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações, que neste caso são ditadas pelo mercado de terras.

Quando FHC assumiu o seu segundo mandato, a quantidade contínua de ocupações fez com que o Presidente promulgasse a Medida Provisória 2.027-38 de 04 de maio de 2000, significativo mecanismo de criminalização dos processos de luta pela terra. Houve, então, uma segunda Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, que evidenciou os mecanismos de criminalização da luta. Girardi e Fernandes (2008, p. 78) ao analisar tais medidas expõem que:

O texto dessas Medidas Provisórias prevê o impedimento, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais onde tenham sido realizadas ocupações de terra e também exclui os trabalhadores que participam de ocupações de terra dos programas de reforma agrária. Com essas medidas coercitivas às ações dos movimentos sociais camponeses, o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda. Isso quer dizer que o governo atingiu seu objetivo: diminuir a quantidade de novas famílias assentadas.

O governo FHC tratou a questão da Reforma Agrária como tema obsoleto e respondeu a ela com medidas paliativas para atenuar a condição de pauperismo dos trabalhadores e reprimir os conflitos sociais no campo. Logo, continuou sendo a política fundiária e a reforma agrária política compensatória de cobertura restrita, que não possibilitou variações importantes em sua estrutura fundiária. Contudo:

A estratégia do governo FHC de isolar politicamente a Reforma Agrária foi interrompida em virtude de duas fatalidades que ceifaram a vida de 24 trabalhadores ligados ao MST. A primeira se refere ao Massacre de Corumbiara, em Rondônia, em 1995. Nesse episódio a polícia invadiu o acampamento de sem-terra à noite para realizar uma ação de despejo e deixou 12 mortos, sendo 10 sem-terra e 2 policiais, além de uma centena de feridos, entre eles, crianças e idosos. A segunda fatalidade diz respeito ao Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de Abril 1996. Nesse dia cerca de 1000 trabalhadores sem terra - ligados ao MST - bloquearam a rodovia PA-150, numa manifestação política e foram cercados por aproximadamente 150 policiais, a mando do governador do estado, Almir Gabriel (PSDB). Do enfrentamento resultou na morte de 19 sem-terra. As cenas foram filmadas por um cinegrafista amador e distribuídas dentro e fora do país. As imagens provocaram protestos de diversas entidades de defesa dos direitos humanos e de organizações internacionais (ALBUQUERQUE, 2006, p. 68).

O Massacre de Eldorado dos Carajás se tornou simbólico na década de 1990, basicamente pela intensidade da truculência empregada pela polícia. A perícia mostrou que os trabalhadores rurais foram mortos com tiros à queima-roupa, golpes de machado e facão, e subjugados à tortura. O depoimento de Rubenita Justiniano da Silva, ao jornal Folha de São Paulo de 17/04/2003, elucida de maneira crítica o dia 17 de Abril: “Levei um tiro de revólver no pescoço e perdi sete dentes. Não trabalho desde o massacre, preciso tomar remédios e me alimento basicamente de líquidos por causa dos ferimentos”. Rubenita, assim como outras vítimas do Massacre, afirmaram que foram mortos mais de 19 sem terra naquele dia. (ALBUQUERQUE, 2006).

Porém, a partir de 1995 há um avanço do quantitativo de ocupações no campo, evidenciando um progresso que estava relacionado a inúmeras razões, entre elas o aumento do desemprego no país e à evidência política do MST, que convocou um sólido assentimento da sociedade para a questão da Reforma Agrária. No quadro abaixo, podemos observar os referidos números.

Quadro 02 – Brasil – A luta pela terra e sua conquista – 1979-2006

ANO	OCUPAÇÕES DE TERRA	FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES	ASSENTAMENTOS CRIADOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS
1994	163	23.016	42	10.346
1995	186	42.746	409	63.622
1996	458	78.263	505	64.964
1997	513	69.453	710	92.296
1998	828	111.396	757	79.481
1999	897	118.620	599	51.379
2000	528	83.790	426	38.463

Fonte: Dataluta (organizados por Eduardo Paulon Girardi, 2008).

Esses dados evidenciam que a quantidade de ocupações entre os anos 1994 e 2000 aumentou significativamente, em torno de 365 ocupações e passou a incluir cada vez mais pessoas, chegando ao ápice de envolver mais de 80.000 famílias. Em contrapartida, FHC concebeu o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), que mais tarde foi modificado no atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ao passo que o governo assegurava disposições de efeito, o MST delineava:

A Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que partiu de diferentes regiões do país em 1997, reuniu trabalhadores sem-terra e assentados e chegou a Brasília, depois de três meses de caminhada, no dia em que o massacre de Eldorados de Carajás completou um ano. A Marcha teve um caráter pedagógico, na medida em que foi um instrumento de diálogo com a sociedade, rico de simbolismos em torno do significado da terra, do trabalho e da cultura do homem do campo, conseguindo colocar, durante todo o tempo em que se realizaram as demandas dos sem-terra nas primeiras páginas dos jornais e nos principais noticiários da televisão. A chegada a Brasília catalisou insatisfações de diversos segmentos - inclusive do urbano - e se constituiu na primeira manifestação popular expressiva contra o governo FHC, que, até então, parecia estar imune às críticas, em razão do impacto econômico do Plano Real e da queda da inflação. Após a Marcha, a Reforma Agrária retomou lugar de destaque no debate político e o MST aumentou sua visibilidade nacional e internacional. (ALBUQUERQUE, 2006, pp. 70-71)

Em outras palavras, Fernando Henrique Cardoso de forma demasiada contraditória com o processo de redemocratização do país, efetuou reformas que foram de encontro aos direitos sociais, principalmente pelo fato de estarem nos conformes com a política neoliberal e a corrida desmedida por produção e lucro. Além de propagar os ideais neoliberais, principalmente o que considerava como aspectos positivos das privatizações, entre outros, esse governo afirmava realizar uma ampla reforma agrária, que como podemos analisar mais se baseava em uma ampla

propaganda governista do que uma reforma agrária de fato.

Após esse governo, tem-se a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Lula, que deu continuidade ao modelo econômico neoliberal. Lula, membro do Partido dos Trabalhadores foi eleito no ano de 2002 e sua eleição significou um avanço para a democracia brasileira, pois segundo Seriacopi (2005, p. 524):

Pela primeira vez na história do país, com a posse de Lula, em janeiro de 2003, a Presidência da República era entregue a uma pessoa oriunda dos meios operários e não das elites. Mais do que isso, pela primeira vez, a população elegeu um candidato de esquerda para conduzir os rumos do país. Embora, oriundo do meio operário e pertencente à esquerda brasileira Lula definiu enquanto eixo primordial do seu governo, a política econômica, e essa forma de condução foi duramente criticada pela esquerda (ALBUQUERQUE, 2006, p. 80).

O posicionamento do então presidente da República implicou em algumas dinâmicas no meio político:

[...] Alguns chegaram mesmo a romper com o governo. Eles argumentaram que, uma vez no poder, Lula adotou os mesmos princípios do neoliberalismo que o Partido dos Trabalhadores criticava no tempo em que se encontrava na oposição e que os avanços na área social estavam muito aquém das expectativas geradas no início do mandato de Lula (ALBUQUERQUE, 2006, p. 80).

Lula chegou ao poder sustentando estabelecer um teto para a aposentadoria dos servidores e extinguir os “marajás”, um discurso que segundo Almeida (2007, p. 71) era o de “ajudar o cortador de cana e acabar com os marajás”, no entanto, ainda segundo este mesmo militante o que aconteceu foi que:

Os ‘marajás’ permaneceram todos, o teto dos salários dos altos cargos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário continua em 24.000 reais. Enquanto isso, o cortador de cana, um pobre desgraçado, tem a mesma dificuldade de antes, para acessar a aposentadoria, e quando consegue, não recebe nenhum real a mais por isso.

Desde 1989, quando concorreu pela primeira vez à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva revelou o compromisso com a Reforma Agrária, que seria ágil, sólida e pacífica. Em discurso na campanha de 1994, na região do Pontal do Paranapanema (SP), Lula declarou que: “numa canetada só” distribuiria tanta terra que não haveria famílias suficientes para ocupá-las. E na campanha de 2002, assegurou ser ele o único candidato habilitado a realizar uma

vasta Reforma Agrária.

No ano de 2003, ocorreram 391 ocupações abrangendo 65 mil famílias, ou seja, cerca de 260 mil pessoas. Além de ocupações, houve 258 processos de acampamentos, incluindo aproximadamente 60 mil famílias, ou 240 mil pessoas (CPT, 2003).

No quadro abaixo, podemos analisar os números de acampamentos e ocupações nos anos de 2001 a 2003:

Quadro 03 – Ocupações realizadas de 2001 – 2003

ANO	ACAMPAMENTOS	OCUPAÇÕES	FAMÍLIAS ACAMPADAS	FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES
2001	65	194	10.311	26.120
2002	64	184	10.750	26.985
2003	285	391	52.082	65.552

Fonte: CPT (2003).

Ponderando todas as intervenções temos um conjunto de 676 ações no ano de 2003, sendo 57,9% equivalente às ocupações e 42,1% equivalente aos acampamentos, como evidencia o quadro. No que se alude ao total de famílias mobilizadas, 53% envolveram-se com ocupações e 47% com acampamentos.

Os referidos números validam que as ocupações e os acampamentos se firmaram como mecanismos legítimos de luta pela terra. Ademais, manifestou a expectativa da realização da Reforma Agrária pelos sem terra no governo Lula. Um dos dirigentes do MST, João Pedro Stédile, explicitou que:

[...] os sem-terra iriam continuar ocupando propriedades rurais agora que o PT estava na Presidência, ‘não para afrontar o governo Lula, mas para ajudá-lo a fazer a Reforma Agrária no país’. Afirmou também que a direção nacional do movimento suspendera a ocupação de prédios públicos, pois, “mudou a orientação do governo e agora temos um governo simpático a Reforma Agrária”, justificou Stédile. Para ele, o governo do presidente Lula contribuíra para alterar a correlação de forças na questão da Reforma Agrária (ALBUQUERQUE, 2006, p. 102).

Assim sendo, a luta dos trabalhadores em prol dos seus direitos conquistados historicamente fez-se necessária mesmo sob a presidência de uma figura de destaque para a militância operária do país. No estado do Maranhão, destacou-se a mobilização contra o trabalho

escravo, uma das consequências da efetivação do neoliberalismo, que traz em seu conjunto uma série de ações que degradam o meio socioambiental, causando entre outras questões: o aumento dos conflitos fundiários; comprometimento dos solos, água e ar e desmatamento; além da interferência na cultura dos povos tradicionais.

No que refere às implicações da ideologia neoliberal para a classe trabalhadora, Boito Júnior (1999, p. 86) afirma:

Os trabalhadores não formam, e nunca formaram um bloco homogêneo, e por isso, o neoliberalismo não os atinge por igual. As diferenças existentes nas classes trabalhadoras são importantes para se entender as respostas que os diferentes sindicatos apresentam diante do neoliberalismo, e para analisar o processo que permitiu a constituição da hegemonia ideológica do neoliberalismo sobre as classes populares. Mas o que interessa destacar agora é que tais diferenças não invalidam uma constatação geral: a política neoliberal contraria os interesses da grande maioria dos trabalhadores. O caráter antipopular da política econômica e social da ditadura militar foi visivelmente agravado pelo neoliberalismo ao longo dos anos 90.

Uma expressão concreta de investida da ideologia neoliberal à classe trabalhadora, ainda é o processo de criminalização das organizações e movimentos que materializam as demandas e reivindicações históricas dessa classe. Conforme analisa Duriguetto (2017, p. 110):

O caráter jurídico-político da criminalização dos movimentos sociais também se acentua no contexto de implementação das medidas ofensivas do capital para a sua valorização. É nesse contexto que ganha força um novo momento de criminalização da “questão social”, que toma forma na judicialização dos conflitos sociais e na criminalização dos processos de organização e de lutas das classes subalternas. Em outras palavras, a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações das classes dominantes vêm utilizando, de maneira intensa, para ocultar a lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas e seus processos políticos-organizativos de lutas. Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento, mormente usado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito de propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se constituir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais.

Como síntese, podemos afirmar que as conjunturas dispõem de elementos que determinam a tessitura para as mobilizações do campo e da cidade, uma luta que deve articular os interesses e direitos da classe trabalhadora, bem como as demais expressões do antagonismo da relação entre o capital e o trabalho. As lutas ao longo da história adquiriram configurações diferentes, devido às expressões da dinâmica social.

Diante da análise exposta, prossegue-se na reflexão e configuração da organização dos trabalhadores rurais ao longo da história frente aos ataques ininterruptos de supervalorização da produção de riqueza em detrimento da vida humana.

3. A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA E AS EXPRESSÕES POLÍTICAS DO MST

A necessidade da luta camponesa é histórica e é impulsionada pelas condições objetivas que esta classe vivenciou ao longo da dinâmica da sociedade capitalista. Sobre essa luta, Marx em sua obra intitulada: “O dezoito Brumário de Luís Bonaparte” descreve a agitação e a forma com que os sujeitos do campo questionaram a fome, as mortes no campo francês e a mendicância causadas pelo êxodo rural no contexto do século XVIII, quando a Europa se caracterizava pelo desenvolvimento do capitalismo e a intensificação das desigualdades sociais, principalmente no campo. Por conta disso, “[...] os camponeses fraudados em todas as suas esperanças [...] começaram a agitar-se nos departamentos” (MARX, 1987, p. 71).

Podemos perceber que o próprio homem, o sujeito da ação, coloca-se enquanto protagonista de possíveis mudanças e transformações, porém entende-se que o homem necessita de condições, de instrumentos para tal realização, pois “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a própria vontade [...] mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam [...]” (MARX, 1987, p. 15).

Portanto, esse item refere-se às formas de resistência dos trabalhadores do campo no Brasil, com realce para as particularidades dessa luta no Maranhão e na sua tessitura histórico-político, englobando os elementos que sinalizam para a eclosão e atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

3.1 As formas de organização dos trabalhadores rurais no estado do Maranhão

Em 1838, o estado do Maranhão já vivenciava uma de suas primeiras formas de resistência camponesa, a Balaiada (1838 – 1841), considerada um movimento ocasionado pelo descontentamento da população, frente à extrema desigualdade social. Embora, tenha iniciado composto pela classe média, mais tarde absorveu os sujeitos escravizados, vaqueiros e trabalhadores rurais, que pleiteavam melhores condições de vida e impugnavam o despotismo das autoridades, as regalias dos comerciantes portugueses e dos latifundiários. Acerca da composição dessa revolta Dias (1995, p. 73) explana que:

De um lado grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) **sem direito à cidadania e acesso da terra**, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários [...] (Grifo nosso).

Ainda sobre a formação da Balaiada, Assunção (2008, p. 172) analisa que:

Os vaqueiros representavam uma porção pequena, porém significativa, da população livre e pobre do interior maranhense. Alguns rebeldes exerciam outras atividades especializadas, sobrevivendo como remeiros ou artesãos. Mas quase todos – incluindo muitos vaqueiros – trabalhavam a terra, para colher milho, feijão, arroz ou mandioca. Em outras palavras, **eram camponeses**. E quase todos caçavam, pescavam e colhiam as muitas frutas que amadureciam na mata ou seu redor. (Grifo nosso).

Assim como o Maranhão, o estado do Pará, também foi cenário de um dos maiores movimentos do país, a Cabanagem (1835 – 1840). Um grupo idealizado por moradores pobres da região, incluindo indígenas, mestiços e negros, desapontados com a sua condição de desamparo se amotinaram contra o governo regencial. Segundo Morissawa (2001, p. 67), os cabanos (designação dos militantes do movimento) constituíram assim um novo governo, de natureza mais decisiva e popular. Uma de suas primeiras realizações foi despojar armazéns e depósitos de alimentos para reparti-los entre os necessitados.

Contudo, a partir da década de 1950 despontaram novas formas de organização na luta pela terra no âmbito nacional e consigo traziam inovações no que tange à amplitude e propósito dessa luta, pois passaram cada vez mais a compreender a realidade nacional e a almejar a reforma agrária de fato, dentre essas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER.

O MASTER nasceu no final da década de 1950 no estado do Rio Grande do Sul, inicialmente composto por algumas famílias de posseiros do município de Encruzilhada do Sul. Como uma forma peculiar de organizar suas ações, o MASTER iniciou os acampamentos, pois a sua luta consistia no desejo de adentrar a terra. *A priori* possuía o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que tinha como uma de suas lideranças Leonel Brizola. Mas, logo após o i enfraqueceu, tendo inclusive como um de seus elementos a derrota do mencionado partido.

Alguns anos depois, em 1954, no estado do Maranhão iniciaram-se as primeiras organizações de trabalhadores rurais, então chamados de lavradores e trabalhadores agrícolas. Nesse contexto, foi criada a Comissão Estadual de Reforma Agrária, que tinha como um de seus objetivos: criar comissões municipais, de onde surgiu a Associação de Defesa dos Lavradores e

Agricultores do 3º Distrito de Caxias, além de outras associações que foram surgindo a partir da bandeira da Reforma Agrária.

A Comissão Estadual de Reforma Agrária, cujos integrantes transitaram diversas regiões do Estado, com objetivo de compor comissões similares, essencialmente nas áreas do Vale do Itapecuru e Mearim fomentou a germinação de demais associações, que aglomeravam parceiros, arrendatários e os pequenos proprietários. As movimentações eram estimuladas pelos conflitos relacionados à posse da terra, onde em algumas regiões eram mais acentuados. Conforme aponta Miranda (2003, p. 107):

[...] durante os anos de 1954 e 55, foram agravadas as situações que envolviam foreiros e grandes proprietários; grileiros e pequenos proprietários. **Na margem esquerda do Rio Itapecuru, Pirapemas, Rosário, Vargem Grande, Codó, Caxias, e em Coroatá, ao longo da margem direita da estrada de ferro São Luís-Teresina**, os grileiros intimidavam os lavradores através de jagunços a não venderem o coco babaçu sem a sua permissão, a não tirarem madeiras e a pagarem o foro. Com isso, muitas famílias foram expulsas e forçadas a se deslocarem em direção ao oeste, para os chamados “vales férteis” do Mearim e do Pindaré (Grifo Nosso).

A comissão estadual de reforma agrária no Maranhão percorreu: [...] o interior do estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim formando comissões semelhantes. As comissões estavam articuladas com a campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária (MIRANDA, 2003, p. 106). O exercício da comissão maranhense foi decisivo para a formação de inúmeras associações de trabalhadores por todo o Estado. A sua composição se dava de modo bem diverso por trabalhadores rurais, advogados e estudantes, e pretendia propiciar um espaço de reflexões entre os trabalhadores no que refere às suas questões coletivas.

Segundo Conceição (1980), ainda na década de 1950 iniciou-se o decurso de organização dos trabalhadores na microrregião do Pindaré-Mirim. Processo estimulado pelos assíduos confrontos entre lavradores e pecuaristas, assim sendo, a organização dos trabalhadores decorreu para a defesa das roças e por liberdade de escolha do local onde plantar.

Outro exemplo de luta que se iniciou em 1950, foram as Ligas Camponesas, que eclodiram no cenário pernambucano, cenário esse que era de crise nos preços do açúcar, sendo que, além disso:

Manteve-se a concentração fundiária e acentuou-se o caráter monocultor da economia, bem como o baixo nível de renda da população, expropriando e proletarizando o produtor direto que foi perdendo, com a expansão da cana, os espaços ocupados pela cultura de subsistência (LIMA, 2005, p. 28).

Diante dessa expropriação acentuada das desigualdades e conflitos que caracterizavam o Nordeste e em especial o estado de Pernambuco, um determinado deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião, iniciou um trabalho de representação dos foreiros expulsos pelos proprietários de um determinado engenho, o Engenho Galileia. Somado a tal fato, deu-se início a mobilizações em prol dos foreiros, o que culminou na organização conhecida como Ligas Camponesas.

Nesse contexto, eram profusas as transformações no campo, onde se destaca que: “[...] a relação entre o agregado e proprietário foi se tornando mais clara, deixando de existir determinadas mascaramentos que a encobriam [...]” (LIMA, 2005, p. 28). Diante dessas “novas relações”, a partir do momento em que muitos trabalhadores do campo foram perdendo suas terras foram desconstruindo a concepção de um “universo” permeado por solidariedade mútua. Assim, no início de 1957 foram criadas e devidamente registradas em cartório, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também denominadas de União dos Trabalhadores Agrícolas em Rosário, Santa Rita, Bacabal, Pedreiras e em outros municípios. (MIRANDA, 2003).

Esse quadro de gênese das Ligas Camponesas é bem mais amplo que apenas a necessidade de mobilizações frente à expulsão de foreiros, mas origina-se de uma crise política oriunda da consciência burguesa de que o governo federal atendia às suas demandas de forma paliativa, dentre elas as consequências da seca e passaram a exigir uma política de desenvolvimento econômico efetiva, uma industrialização do Nordeste, o que resultou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 (MARTINS, 1981).

As Ligas Camponesas logo se espalharam pela região Nordeste, ampliando sua articulação tanto em escala geográfica quanto em quantidade, ao ponto de “em 1961, as ligas congregavam cerca de dez mil associados e quarenta delegacias no Estado [...]” (LIMA, 2005, p. 31). A mobilização impulsionada pelas ligas camponesas foi caracterizada por Martins (1981, p. 76) como: “[...] o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro [...]”.

As Ligas passaram a avançar tanto em termos geográfico-territoriais quanto políticos-

organizativos, pois estruturaram diversas mobilizações, congressos, passeatas, encontros, a fim de divulgarem suas propostas no âmbito rural. Segundo Motta e Esteves (2006), afere-se que no ano de 1963, em 18 unidades federativas estavam presentes inúmeras Ligas. Pernambuco era o Estado com o maior quantitativo, sendo 64 ligas organizadas, de um montante de 218 pelo país.

Em consequência de disputas internas, a perda de controle da organização por parte de Francisco Julião e a violação dos espaços dos trabalhadores pelas Forças Armadas, razões que contribuíram no processo de declínio das ligas, foi constituído terreno favorável para uma nova forma de organização emergir no campo brasileiro, o sindicalismo.

Ao refletir a atuação dos sindicatos, no âmbito urbano, Lenin (1977) destaca a importância da luta concreta, a exemplo das greves, para elevação da consciência dos trabalhadores. Assim, “o proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização, da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população [...]” (LENIN, 2005, p. 55).

Para Trotski (2004) os sindicatos possuíam importância na luta proletária, mas possuíam limites, não sendo um fim em si mesmo, mas um dos meios para a revolução. Sendo, portanto, imprescindível à luta contra a burocracia sindical e a construção do partido revolucionário para a mobilização permanente dos trabalhadores. Para tanto, o sindicalismo deve consistir em: “[...] um sistema de reivindicações transitórias que parta das atuais condições e da consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado” (TROTSKI, 2004, p. 13).

Os sindicatos e as Ligas Camponesas marcaram a história da luta pela terra no Brasil a partir dos anos 50, conforme Martins (1981, p. 67):

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 as ligas camponesas e os sindicatos serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do banditismo e com outras formas de luta e de resistência.

No entanto, o movimento sindical enfrentava significativos entraves como objeção por parte dos proprietários rurais, que não aceitavam qualquer forma de organização oriunda dos trabalhadores, o que ameaçava as inúmeras formas de organizações. Para impedir essa organização, a repressão era prática recorrente, sendo que inúmeras vezes “[...] a polícia era

acionada sempre que preciso, de tal modo que ‘ a lei e a ordem’ não corressem o risco de serem alteradas”. (LIMA, 2005, p. 37). A década de 1950 foi marcada por perseguições e investidas violentas contra as diversas entidades reivindicatórias, inclusive foram inúmeras as ações repressivas contra a organização dos congressos e conferências, de acordo com Lima (2005, p. 39):

A realização de Congressos Camponeses também era dificultada. Em outubro de 1949, houve uma tentativa, impedida com a prisão de membros da comissão organizadora pertencentes à Liga Camponesa de Iputinga, da Liga da Boa Ideia e da Liga da Gameleira. Um congresso Camponês em Palmares foi novamente tentado, em 1950.

Apesar das incalculáveis coibições, o movimento amadurecia, esse crescimento materializava na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB em 1954. A União possuía por intento “[...] coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais” (MORISSAWA, 2001, p. 94). As ULTABs funcionaram basicamente entre 1954 e 1962.

As associações maranhenses faziam parte da ULTAB, no entanto, é importante sublinhar que estas associações possuíam autonomia política e suas lutas não estavam somente orientadas pelo viés partidário (ALMEIDA, 1981). A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM) que era constituída por lavradores participou do I Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas, onde estavam também a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MASTER) e as Ligas Camponesas.

O processo de sindicalização rural sob a tutoria do Ministério do Trabalho – MT ocorreu a partir de 1960. Em janeiro de 1964, foram engendradas a Confederação Nacional na Agricultura (CNA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG que se tornaram representantes oficiais dos proprietários e trabalhadores agrícolas e foram conduzidas por legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Tendo sido esse assentido em 1963 e expandiu para o meio rural a estrutura sindical corporativista, bem como os direitos trabalhistas, já considerado no meio urbano através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Na realidade maranhense conforme explicita Conceição (1980, p. 89), somente no ano de 1962 que “[...] aparece a história do sindicalismo rural [...]” por meio da atuação do

Movimento de Educação de Base (MEB) que ordenou cursos de sindicalismo, considerando que:

O pessoal do MEB fez toda uma estrutura do ponto de vista político, ligando o município com o Estado, com a Presidência da República. Na região nós classificamos o curso de seminário para analfabetos, porque não precisava ler. Você via através do retrato das coisas pintadas lá no quadro, na cartolina. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 91).

Com a assistência do MEB foi fundado ainda, o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do estado do Maranhão, em 18 de outubro de 1963 em Santa Inês (CONCEIÇÃO, 1980). O referido sindicato despontara com propósito de resguardar as propensões dos trabalhadores e uma das suas essenciais demandas foi contra o gado. Acerca desse contexto, Santos e Tavares (2016, p. 363) afirmam que:

Na busca pela solução para o impasse causado pelo gado solto o sindicato consultou as leis e todos os percursos legais (consultando até o governador do Estado em São Luís). Mas, sem conseguir nenhum avanço, foi obrigado a radicalizar e como contrapartida a essa radicalização veio a repressão do Estado e, logo, a prisão do presidente do sindicato, assumindo o seu lugar Manuel da Conceição. Nesse momento ele e o sindicato passaram por uma das mais importantes provas de fogo com a repressão policial de um lado e a pressão dos trabalhadores que esperavam por uma ação do sindicato contra os pecuaristas, do outro.

A ação do sindicato foi “[...] Fogo no gado. O gado está comendo roça, fogo no gado e mais ainda: a carne é para distribuir em pé de igualdade com os trabalhadores que tiverem prejuízos. (CONCEIÇÃO, 1980, p. 111)”. Porém, com o início do golpe de 1964, houve um processo de intensa violência contra as diversas formas de organizações dos trabalhadores e os sindicatos que remanesceram foram subordinado ao arquétipo burocrático estatal.

Com a ditadura militar, a diretoria da CONTAG procurou agir de forma consoante aos interesses do governo, sendo uma estratégia no intuito de atenuar as repressões dos militares, somente 1968 com a vitória da oposição que a CONTAG passa novamente a efetuar esforços em prol dos trabalhadores rurais.

Na ditadura militar as lutas do campo sofreram um retrocesso por conta do processo repressivo, quando inúmeras lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas. Em seus estudos, Teixeira (2010, p. 125) que bem retrata as dificuldades das lideranças da época, em especial Bráulio Rodrigues da Silva, que viveu sob constantes ameaças:

Eu sai e subi uma serra na fazenda São Pedro, onde há uma pedra que é quase uma casa. Ela é funda, não tem saída, só tem entrada. Eu passei ali quatro noites, sem poder comer, sem poder beber, sem nada. De vez em quando, eu saía para apanhar uma banana, uma coisa assim, escondido, com medo de ele achar que eu era ladrão de banana e me dar um tiro, porque eu não tinha nem como entrar em contato com ele.

Outro líder de destaque que também sofreu com a repressão na época da ditadura militar foi Manoel da Conceição, líder das lutas camponesas do estado do Maranhão. Manoel ficou desaparecido, foi julgado criminoso e ficou preso, durante a prisão precisou ter a perna amputada devido a um tiro que levou dos soldados e até os dias atuais luta em prol de uma sociedade que seja mais justa (CARDOSO; PEREIRA, 2012).

Durante o regime militar, com apoio da Igreja Católica, a CONTAG respaldada legalmente pelo Estatuto dos Trabalhadores instalou uma Delegacia Regional no Maranhão. Nesse momento, a referida Delegacia objetivava a organização dos trabalhadores rurais o que contribuiu para a fundação de muitos sindicatos no estado e em 1972 especificamente, houve a formação de uma Federação Estadual dos Trabalhadores do Vale do Pindaré.

Em 1972, precisamente no início, o Maranhão contava com 12 sindicatos de trabalhadores rurais, sendo que após a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA somavam 87 sindicatos, 37 reconhecidos e 50 em processo de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Naquele período, havia um total de 64.728 trabalhadores rurais associados ao sindicalismo (CARDOSO; PEREIRA, 2012).

Em 1975, em âmbito nacional despontou a Comissão Pastoral da Terra – CPT, conexas à Igreja Católica, com escopo de prestar auxílio aos trabalhadores do campo durante o regime militar. *A priori* suas ações possuíam como escopo somente os posseiros das regiões do Centro-Oeste e Norte. Todavia, com o desenvolvimento de conflitos pela terra em todas as regiões do país, se transformou numa entidade de abrangência nacional. Nesse contexto, diversos religiosos assumiram a luta pela terra, tais como Dom Tomás Balduino, em Goiás, Dom José Gomes, em Santa Catarina e Dom Pedro Casaldáliga, em Mato Grosso.

Em suas análises sobre a atuação da CPT, Morissawa (2001, p. 105) destaca que:

[...] a CPT foi importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. Essa postura foi resultado de decisões tomadas pela Igreja após o Concílio Vaticano II (1965) e reforçada pela II e III Conferência Geral do Episcopado

Latino-Americano, em Medellín (Colômbia, 1968, e Puebla, México, 1979, respectivamente).

Em 1981, foi criado o Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim, que se realçava por ser um arquétipo de espaço de luta e resistência. Dentre as peculiaridades que sinalizaram a atuação do referido sindicato, foi o enfrentamento mais localizado e o embate que se estabelecia de modo direto com os fazendeiros e os criadores de gado. A deslocação do conflito deixava de ser realizada pelos grupos familiares para preencher um espaço mais vasto (MIRANDA, 2003). No entanto:

[...] os poucos sindicatos que permaneciam numa linha de autonomia e independência política, no que diz respeito a dar continuidade às lutas dos trabalhadores rurais, foram fortemente reprimidos, tanto através da intervenção policial, como privada (como ocorreu com os STR's de Imperatriz e Santa Luzia), culminando em espancamentos, prisões e mortes de suas lideranças (como foi o caso do ex-presidente do STR de Imperatriz, João Palmeiras Sobrinho, assassinado em janeiro de 1975) (MIRANDA, 2003, p. 120).

Podemos compreender o sindicalismo como produto de uma construção gradativa que expressa à organização das lutas da classe trabalhadora, organização que caracteriza um processo de resistência e construção de alternativas frente ao avanço do capitalismo e os mecanismos de espoliações.

Além do movimento sindical da CPT e demais formas de luta existentes, a partir de 1980, o cenário maranhense passa a contar com a atuação de outro movimento social que possuía a bandeira da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, conforme é evidenciado por Delgado (2010, p.22):

O MST se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados de 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo país. Constitui-se no enfrentamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a transformação social.

Azar (2018, p. 1.196) enfatiza o processo de constituição do MST enquanto relacionado às demais organizações e lutas populares em prol da terra. Afinal:

[...] o MST considera-se herdeiro das lutas populares, recuperando aspectos importantes de marcos como **Contestado, Canudos e Ligas Camponesas**, mas também se articula com as organizações sociais camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e instâncias políticos importantes na América Latina e nos outros continentes, com papel destacado na Via Campesina, que busca congrega as lutas camponesas no mundo (Grifo nosso).

É no campo de embates na busca pelo direito a terra e por direitos humanos em sua complexidade, que o MST se insere, a partir de estratégias de luta no contexto em que há um processo de acirramento da questão agrária. E, por sua vez, assinalando o campo enquanto um espaço de conflitos de classes. .s sociais como esse, cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito a terra, e para além dessa garantia busca uma sociedade que assegure as condições necessárias de sobrevivência através da produção e reprodução na terra. Pois:

[...] em sua trajetória construiu uma concepção de luta pela terra articulada, de forma vital, com outras lutas, como a luta pela educação, soberania alimentar, cultura, produção. Acrescenta-se a este elemento, a particularidade do Movimento questionar e construir conceitos referentes aos aspectos que compõem sua luta. Isto significa que a luta pela terra feita pelo MST assume caráter para além das políticas que caracterizam a reforma agrária de modo geral (AZAR, 2018, p. 1.196).

Por conseguinte, em seu processo de organização os trabalhadores do campo sempre desafiaram os coronéis, latifundiários e grileiros, eles se contrapuseram ao Estado representante da classe dominante. Dessa maneira, a resistência camponesa revela-se em incontáveis estratégias que suportam formas diversas e se convertem em seu movimento. Novos traços e novas formas de organização foram gestados na luta pela terra e pela reforma agrária. Por esse motivo, na racionalidade do modelo de desenvolvimento nacional, sempre estiveram mantidas e contidas a luta pela terra e a objeção ao assalariamento (FERNANDES, 2000).

Nesses termos, é importante compreendermos os processos de gênese e formação do MST no cenário brasileiro e particularmente maranhense, enquanto movimento de reconhecimento nacional e internacional, e enquanto esfera de organização da luta e forma de resistência da classe trabalhadora.

3.2 A luta pela terra: gênese do MST no Brasil e suas particularidades no estado do Maranhão

Para análise das relações de forças, nos diferentes contextos histórico-sociais, que determinaram a gênese e atuação do MST, relembremos o contexto da ditadura militar, compartilhando do entendimento de Fernandes (2000) ao analisar que os militares sempre estiveram presentes em múltiplas fases da cena política nacional. No entanto, somente em 1964 os militares confiscaram ou reclamaram o poder através de um golpe que exonerou o presidente João Goulart. Sendo assim:

O golpe acabou com a democracia e, por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seu espaço político, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o país. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do país estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “milagre brasileiro” (FERNANDES, 2000, p. 41).

O Marechal Castelo Branco foi o primeiro presidente da ditadura militar, e entre suas basilares providências políticas estavam a ingerência junto aos sindicatos com o objetivo de torná-los subjugados, interdição de greves, formação do Serviço Nacional de Informação – SNI, que possuía a finalidade de vigiar as atividades que representavam alguma ameaça às propensões do governo e a anulação de partidos políticos.

No íterim de 1967 a 1969, o governo do general Costa e Silva, o movimento estudantil e as greves operárias despontaram com todo entusiasmo no país, enquanto no campo, a expansão do capitalismo fez dilatar a miséria, a acumulação e a aglutinação de riqueza. Esse processo modificou o meio rural com a mecanização e a industrialização, concomitantemente a modernização tecnológica de algumas esferas da agricultura. Também desapropriou e repeliu da terra os trabalhadores rurais, culminando no crescimento do trabalho assalariado (FERNANDES, 2000).

No governo de Emílio Médici, o país tinha a sensação de viver um “milagre”, uma

vez que o progresso econômico combinado ao declínio da inflação causou uma exaltação. Todavia, o “milagre” beneficiou somente a elite e uma fração da classe média. No que refere à questão agrária:

Os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação do seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrojava os salários, estimulava a expropriação, a expulsão, multiplicando o despejo das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária, modificando completamente a estrutura fundiária (FERNANDES, 2000, p. 41).

Ainda sobre o referido “milagre” ou processo de modernização conservadora, Miranda (2003, p. 42) ressalta os elementos que o impulsionaram:

[...] fatores que impulsionaram esse modelo de modernização conservadora foram o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação da estrutura produtiva; o crescimento das demandas por créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno e, finalmente, o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados aos grandes projetos agropecuários, às quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, ao desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno e ao protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados aos grandes projetos agropecuários.

Com a expansão da concentração fundiária, os referidos governos alargaram também o processo de inibição das lutas sociais no campo. A desmobilização era indispensável para os militares, considerando que necessitavam oportunizar seus projetos de reforma no campo. Sendo um desses projetos o Estatuto da Terra, mencionado anteriormente.

Acerca do Estatuto da Terra, no que refere à implementação da Reforma Agrária, Morissawa (2001, p. 100) afirma que:

O Estatuto da terra não saiu do papel e a política agrária real do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais que, segundo o Incra, possuem hoje 30 milhões de hectares no Brasil.

Ainda nessa época, iniciou-se uma política de colonização da região Amazônica, pois

o discurso oficial era que havia terras em abundância no aguardo de colonizadores. Assim, “os governos militares prepararam inúmeros planos para a “ocupação” da região, com isso matava dois coelhos: ocupava espaços vazios e ‘resolvia’ os conflitos” (MORISSAWA, 2001, p. 100). A política de colonização foi motivada, ainda pela preocupação do governo com a guerrilha do Araguaia.

Contudo, a região já se encontrava sob o domínio de grupos empresariais estrangeiros que realizavam largas aplicações. E a política de “ocupação” ainda desconsiderava as populações que ali habitavam, como os indígenas e os caboclos. Além dos grandiosos projetos governamentais como usinas hidrelétricas, utilização de minérios e construção de rodovias que envolviam uma articulação com empresas privadas, engendrava um exorbitante processo de expropriação de terras. Sobre os processos de colonização, Fernandes (2000, p. 45) reitera que:

Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária. Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária.

A ausência de assistência técnica, financeira, médica, escolar e o obstáculo para escoar a produção, motivaram o insucesso dessa política. Os projetos acabavam por atrair milhares de migrantes, que após ficarem sem lotes, passavam a integrar mão de obra ociosa para os grandes proprietários e das empresas agropecuárias e do ramo de minerais. Ao analisar esses projetos, Tavares dos Santos (1993, p. 169) entende que:

Camponeses de diversos estados do Brasil, especialmente os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização. A maior parte desses projetos transformou-se em escândalos nacionais, por causa do tamanho da corrupção e da forma como foram geridos. Forma mais de 50 projetos particulares de colonização, em que empresas se apropriaram de terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem-terra. Também parte dos projetos de colonização oficial fracassou. As razões do fracasso são: falta de assistência técnica, falta de alimentos, falta de financiamentos, falta de assistência médica, etc. Tudo isso mostrou a ineficácia das empresas de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sem condições de sobreviver muitos voltaram para o Sul ou migraram para outras regiões. Muitas famílias tiveram que vender terras pelos preços das passagens de ônibus para retornarem aos seus estados. Essa situação contribuiu para que muitos latifundiários “comprassem” as terras, aumentando a concentração fundiária.

No governo de Ernesto Geisel, esses projetos de “ocupação” foram esquecidos e

cederam espaço à colonização pelas grandes empresas. O governo federal ofertava oportunidades a elas, que não tinham que pagar impostos, obtinham empréstimos em longo prazo e taxas de juros baixas, além de disporem de incentivos fiscais. Com isso, espaçosas frações de terra foram ofertadas a grandes grupos.

Esses grandes projetos agropecuários na Amazônia equivaleram a grande devastação do meio ambiente. Foram violentos e frenéticos desmatamentos. Diversos segmentos saíram lesados desse processo, como: os pequenos proprietários, os posseiros, os castanheiros, garimpeiros e seringueiros, além dos indígenas, que perderam uma significativa quantidade de suas terras. Tribos foram deslocadas, ou até mesmo expostas a doenças infectocontagiosas levadas pelos novos habitantes, alguns até convertidos em mão de obra banais pelos latifundiários, outros até mesmo tendo sido executados.

Os pequenos agricultores foram absorvidos pelas grandes empresas agropecuárias: os posseiros foram excluídos de suas modestas roças, os seringueiros e os castanheiros entraram em confronto com as madeiras, pelejando para resguardar as florestas, pois elas são a base de seu sustento.

Nesse contexto, ampliaram-se os conflitos por terra, considerando a necessidade de organização dos sujeitos afetados pela não realização de uma reforma agrária e as relações concebidas com as empresas e os fazendeiros. Fernandes (2000, pp. 44-45) traça uma configuração dessas lutas nesse cenário:

O recrudescimento da questão agrária promovido pela expansão do capitalismo no campo e pela realização da reforma agrária gerou igualmente a expansão dos conflitos e das lutas. A luta dos assalariados por melhores condições de trabalho e reivindicações salariais. As lutas de resistência dos posseiros contra a grilagem e rapinagem dos latifundiários e das grandes empresas capitalistas [...] na realização das greves, os trabalhadores foram perseguidos, presos, arrancados de dentro de suas casas, assassinados em nome da ordem. Desde o nordeste ao Sudeste e ao Sul do país, os assalariados enfrentaram a polícia na reivindicação das condições de existência. Organizaram-se em sindicatos e, por meio das greves, negociavam com os capitalistas o padrão de condições básicas de vida. Os posseiros lutam para garantir a terra como condição de sua existência. É a luta contra a expropriação. É a luta contra o grileiro que usurpa a lei e por esta é protegida. A seu favor, o posseiro tem a resistência e a persistência, determinadas pela lógica de sobrevivência [...].

Assim, “[...] a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastra em 1979 o total de 715 conflitos, sendo que 88,1% iniciaram-se com mais frequência a partir de 1973”. (MIRANDA, 20003, p. 46). As lutas travadas em todo o país eram contra todas as expressões da exploração

vivenciadas pela classe trabalhadora e pelos sujeitos das regiões mencionadas, que passam a padecer com a intensa concentração fundiária acirrada pelas políticas governamentais que favoreciam o capital monopolista.

Em 1980, o governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), que funcionaram como órgãos responsáveis pela administração dos conflitos no campo. Fernandes (2000, p. 42) enfatiza que:

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão, que é jagunço da força privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. Aumentaram os números da violência e colidiram com a relutância camponesa, que não se estragou e a cada dia realizava novas lutas. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias.

Havia um gradativo processo de militarização da questão agrária no país, cujos expoentes, também foram:

[...] a criação do Ministério de Assuntos Fundiários (dirigido por um general que era também, Secretário do Conselho de Segurança Nacional), além da criação de instituições controladas pelo poder central e manipuladas pelos militares (como é o caso da Ação Cívico-Social (ACISO), criada na época do combate à guerrilha), da Operação Rondon (criada pelos militares por intermédio do Ministério do Interior) e do MOBRAL (projeto de alfabetização criado com o objetivo de controlar as comunidades no campo) (MIRANDA, 2003, p. 46).

Assim sendo, os militares atingiram suas metas, no que refere à política agrária, uma vez que conseguiram estimular a modernização no espaço rural, não alteraram a propriedade fundiária, estimularam as terras da burguesia, e ainda, colonizaram a região Amazônica, o que provocou a expansão de latifúndios. Em termos quantitativos, Miranda (2003, p. 51) analisa a intensificação da concentração fundiária sob o regime militar:

[...] em apenas 15 anos, 48 milhões de 400 mil hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios. Esse tamanho é quase duas vezes a área total do estado de São Paulo. Foram 50.105 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, representando menos de 1% do número total, controlando 43,9% da superfície agrícola do país, ou seja, 164.684.300 hectares. Os estabelecimentos de 1.000 a menos de 1.000 hectares representavam 9% do número total (518.618) e controlavam uma área de 131.892.557

hectares (35%). Por outro lado, tinha-se 5.252.265 estabelecimentos com menos de 100 hectares, representando 90% do número total, ocupando 21% da superfície agrícola. Estes dados mostram, portanto, o aumento da intensidade do caráter concentrador da estrutura fundiária no Brasil, durante o regime militar.

Logo, as políticas e estatutos gerados nos governos militares foram respostas às correlações de forças existentes naquele cenário. Os mecanismos engendrados trataram-se de repercussões de longos processos que culminaram a partir de lutas sociais e políticas. Com isso, a modernização conduzida pelo Estado, expressou um sistema de industrialização da agricultura, com efeitos sobre a mão de obra disponível no campo, bem como com efeitos na propriedade da terra.

Entretanto, mesmo perante excessiva coibição das organizações políticas camponesas, a luta pela terra permaneceu em todo o território brasileiro. E, foram essas lutas, em diferentes regiões que colaboraram e culminaram na formação do MST, sendo assim a gênese desse movimento: “É fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...]” (FERNANDES, 2000, p. 46).

Uma das referências históricas dessa luta aconteceu em maio de 1978, quando índios Kaingang da Reserva indígena de Nonoai, que vinham resistindo desde 1972 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI deram início ao processo de retomada do seu território, e para isso “[...] resolveram expulsar as 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras.” (FERNANDES, 2000, p. 51).

A referida reserva, com aproximadamente 15 mil hectares, foi reconhecida pelo governo federal desde 1847. Na década de 1960, contava com aproximadamente 400 famílias de arrendatários, sendo que esse quantitativo aumentou em torno de 1200 famílias, na década de 1970. Para os trabalhadores expulsos pelos Kaingang restavam parcas alternativas, a saber:

1. Migrar para os projetos de colonização da Amazônia.
2. tornar-se assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, migrando para as cidades e
3. Lutar pela terra no Rio Grande do Sul. Esta última alternativa era a aspiração de maior parte dos colonos sem-terra. A questão é que não existia nenhuma forma de organização social de que pudessem se valer para realizar seus intentos. Dessa forma, ocorreu a dispersão de maior parte das famílias que passaram a vagar pelos municípios do noroeste rio-grandense. Algumas acamparam nas beiras das estradas, outras passaram mesmo a viver em chiqueiros juntos com os animais, e ainda muitas famílias perambulavam pela região sem terem onde ficar (FERNANDES, 2000, p. 51).

Algumas dessas famílias foram para as glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta,

terras estas pertencentes à fazenda Sarandi. As ocupações iniciaram de forma modesta, contando com em torno de 30 famílias. Logo após, chegando próximo de 300. No entanto, “[...] frente ao fato o Governo enviou o Secretário de agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las [...]” (FERNANDES, 2000, p. 51). A outra parcela das famílias foi deslocada para o Parque de Exposição de Esteio, adjacente a Porto Alegre.

As famílias optaram por colaborar nos inúmeros acampamentos existentes na região. E, através de reflexões sobre suas condições, constataram que a saída seriam ações e organizações dos próprios trabalhadores. Afinal:

[...] Essa era a única forma de mudarem suas realidades. Cada família tinha um trabalho a realizar: deveria discutir com as outras famílias acampadas qual seria a saída, e voltar um membro de cada família para se reunirem e decidirem o que fazer. Quinze dias depois, encontraram-se na casa paroquial e resolveram realizar assembleias nos acampamentos para construírem uma forma de organização e lutarem pelos seus direitos (FERNANDES, 2000, p. 52).

Morissawa (2001, p. 124) analisa esse momento como o início da organização dos sem terra e afirma que:

O resultado mais importante desse início de organização dos sem-terra foi que, em seguida, começaram a discutir, realizar assembleias em cada acampamento e analisar quais seriam as saídas. Nesse processo de conscientização, eles se juntaram aos acampados militantes da CPT e da reforma agrária, passando a buscar soluções coletivas. Esses grupos de discussão e conscientização foram a semente de um novo movimento social.

Os trabalhadores conseguiram uma audiência com o governador, em agosto de 1979. E, diante às suas solicitações, o governo pleiteou um prazo de 30 dias para responder às questões postas. Conquanto, não houve intervenção alguma, restando aos sem terra a ocupação. A partir daí iniciaram o processo de mobilização dos acampamentos e discussões sobre os pormenores da ocupação. Assim:

Entre as decisões tomadas, estavam a formação de comissões de base e de representantes e um abaixo-assinado ao governador reivindicando o assentamento no estado, nas glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga fazenda Sarandi e haviam sido griladas. Caso não fossem atendidos, os sem – terra fariam a ocupação (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Esse cenário expressa as estratégias adotadas pelas famílias na perspectiva de garantir

a terra para sua sobrevivência, assim os trabalhadores “[...] se organizam, aprendem, lideram, resistem, buscam parcerias e alternativas e possibilidades na luta [...]” (SILVA, 2019, P. 176). Para tanto, observamos esforços que materializam dimensões de resistência, evidenciando um percurso de organização. Sobre alguns aspectos da ocupação, Fernandes (2000, p. 53) expôs que:

Resolveram realizar a ocupação no dia 6 e madrugada do dia 7 de setembro. A data escolhida possibilitava um maior tempo para organizar a ocupação e a resistência. As lideranças dos acampamentos espalhados pela região iniciaram os trabalhos de mobilizações na noite do dia 6, os caminhões transportando 110 famílias de colonos sem-terra entraram pela gleba Brilhante e acamparam na gleba Macali. Era madrugada do dia 7 de setembro de 1979, a lua cheia clareava o caminho da terra prometida e em pouco tempo a Macali era terra ocupada. Haviam decidido nas reuniões que assim que entrassem na terra fincariam uma cruz, que significa tanto o sofrimento quanto a conquista. E na cruz colocaram a bandeira do Brasil, porque era o dia da pátria e porque lutavam para serem cidadãos.

Porém, com o passar do tempo, as famílias ao perceberem a ausência de resolução por parte do governo, colocaram as mulheres para impedir a atuação do maquinário do grileiro. Assim, lograram êxito, obtendo o consentimento do governo para assentar parte das famílias. Para além dessas famílias, havia ainda, aquelas que não conseguiram assentamentos em lutas forjadas anteriormente. Logo, resolveram acampar num local denominado: Encruzilhada Natalino. Tratava-se de uma região estratégica, próxima das glebas Macali e Brilhante. E, assim:

Parceiros, meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores vieram juntar-se a elas [...] Cerca de sete meses depois, já eram 600 famílias, reunindo cerca de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada. Boa parte delas já tinha experiência das coisas do movimento. Apesar da precariedade das condições do acampamento, trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de se eleger uma coordenação (MORISSAWA, 2001, p. 125).

Apesar disso, o governo estadual na investida de desmobilizar o acampamento intimou um comitê para ofertar empregos aos sem terra, consistindo em uma tentativa mal sucedida. Desse modo:

[...] superando desafios, persistia o processo de gestação do acampamento, que era resultado da consciência construída pelos camponeses, de que somente por meio da luta mudariam suas realidades, e também pela articulação feita pela CPT e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que ajudavam na organização dos sem-terra. Começaram a fazer o levantamento dos latifúndios nos municípios próximos, classificados pelo Inca como latifúndios por exploração, provando ao governo que a questão poderia ser resolvida na própria região. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana fez um levantamento e mostrou que, próximo ao acampamento, havia 4000 ha de terras à venda,

contrariando os argumentos do governo que continuava afirmando não haver terras disponíveis no Rio Grande do Sul e, portanto, era necessário transferir as famílias para outros estados do Norte e Nordeste (FERNANDES, 2000, p. 56).

Uma missa ministrada pelo Bispo D. Pedro Casaldáliga foi realizada no local. A referida celebração contou com mil pessoas e a luta recebia significação nacional. Houve uma comemoração do dia dos trabalhadores rurais, 25 de julho, que reuniu 10 mil pessoas e contou com a participação de D. Tomás Balduino. O referido bispo relacionou o significado da resistência e da luta pela terra com as greves do ABC, no sentido de que aquela estava para os trabalhadores rurais, como esta estava para os trabalhadores urbanos. Mediante as inalteradas propostas governamentais:

[...] os acampados decidiram, em assembleia, que acampariam na frente do Palácio do Governo, na Praça da Matriz, em Porto Alegre para pressionar. Quatro ônibus saíram em direção à capital. Encontraram várias barreiras pelo caminho. Em Sarandi foram barrados pela Brigada Militar. Chegando em Porto Alegre, enfrentaram outro batalhão da Brigada com mais de cem brigadianos e vinte viaturas que fizeram os ônibus desviarem da rota. Os sem-terra resolveram seguir a pé até o local da manifestação. Com o apoio da CPT, da comissão direitos humanos e de dois deputados, conseguiram uma audiência com o governador, que reproduziu a mesma proposta. Se os trabalhadores não viam perspectiva junto ao governo estadual, a situação era pior com relação ao governo federal (FERNANDES, 2000, p. 57).

Após alguns dias, o exército, a política federal e polícia rodoviária estadual rodeavam o acampamento, sob a chefia do Major Curió. As ordens dadas eram de que ninguém poderia adentrar ao acampamento, nem mesmo os religiosos. Então:

Assim, o governo federal demonstrava total descaso para com a questão. Não respeitava o homem religioso, ao privá-los da presença dos padres. Omitia-se o fato de que os trabalhadores que foram tentar sobreviver nas cidades haviam sido expulsos do campo. Não reconhecia que eles estavam ali lutando para voltar para a terra, e não por considerarem tudo aquilo uma festa em que iria ser feita uma distribuição de presentes. O objetivo central da intervenção era desorganizar os sem-terra, desmanchar o acampamento, desfazer o mal-estar que ele trazia para o governo diante da sociedade. Formavam longas filas para distribuição e alimentos, ameaçando não os dar aos que se recusassem a transferir-se para os projetos de colonização (MORISSAWA, 2001, p. 127).

Ao dia 31, final do mês de agosto, os interventores saíram do local, ainda que tenham assolado parte do acampamento, foram vencidos pela luta e resistência dessas famílias, evidenciando uma “[...] prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o

modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer” (FERNANDES, 2000, p. 59). Em fevereiro de 1982, a CPT realizou sua V Romaria da Terra, os acampados sugeriram à CNBB a compra de uma área em Ronda Alta. Após tanta resistência, o governo desapropriou inúmeras áreas para assentar as famílias. E, uma parca quantidade ficou assentada na área adquirida pela Igreja, que ficou sendo chamada de Nova Ronda Alta.

Logo, o MST surge no Sul do Brasil, por encontrar um local propício ao seu desenvolvimento, visto que nessa região do país se encontrava a maior concentração de trabalhadores rurais e estava sobre a influência da modernização agrícola por conter várias extensões territoriais e latifúndios. Sendo assim:

[...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STÉDILE, 2000, p. 17).

Mesmo que o embrião do MST tenha sido no Sul do país, o Movimento não ficou restrito a essa região específica. Os processos organizativos se expandiram para estados como o Maranhão. Pertinente à gênese do MST no Maranhão, Delgado (2010, p. 22) destaca que:

O MST se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados de 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo país. Constituiu-se no enfretamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a transformação social.

Iniciou-se na década de 1980 a constituição do MST nesse estado, sob a influência de lideranças que estavam presentes no primeiro congresso do MST, sendo alguns desses: Manuel da Conceição, Vila Nova, Denise Leal e Mara Góes, bem como lideranças nacionais, com objetivo de contribuir na construção do movimento, vieram para o Maranhão, tais como: Ademar Bogo, João Pedro Stédile (MIRANDA, 2003).

O contexto da época apresentava os elementos necessários para o processo de reorganização dos trabalhadores rurais, uma vez que:

O MST nasce num contexto de efervescência das lutas, na região Nordeste, a CPT e

outras instituições atuavam no acompanhamento dos conflitos, havia a luta dos posseiros, aqui na região Nordeste, especificamente Maranhão, qual era a situação socioeconômica, desse período, as lutas dos sindicatos que eram muito fortes, que tava vinculada à questão da posse da terra, da luta pela terra, a terra era um elemento forte. Foi uma região que sofreu muito no período da ditadura militar, por conta da repressão aos camponeses, e também aos indígenas. Essas lutas que vão impulsionar o surgimento do MST (TAL, 2019. Informação verbal⁶).

O surgimento do MST no Maranhão não foi um evento inesperado e aleatório, mas um processo gradativo, que em meio a um contexto de lutas do movimento sindical e demais movimentos sociais, transformaram-se num processo coletivo, demandando por contradições estruturais e pelos fatores objetivos e subjetivos vivenciados pela classe trabalhadora naquele período.

Dentre as motivações dos trabalhadores rurais para a retomada da luta e organização política, estavam as apropriações de significativas frações de terra situadas na região da Amazônia Legal maranhense por grupos empresariais, tais como: VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras; financiamentos da SUDAM para inserção de projetos na região de Buriticupu, que contribuiu para a expulsão de famílias de suas terras; a organização dos latifundiários na União Democrática Ruralista (UDR) que na região Sul do Estado, se utilizava de meios para impedir as ocupações de terra.

Segundo Miranda (2003), o grupo SHARP, possuía uma propriedade de 5.000 ha, nominada de Fazenda Itacira, reputada popularmente como “fazenda criminosa”, devido aos inúmeros assassinatos de posseiros que resistiam aos despejos. A violência, também era estratégia na região de Buriticupu, onde na propriedade denominada Fazenda Terra Bela, com 9.734 ha, os trabalhadores além de expropriados, foram presos e torturados. Assim, as ocupações enquanto expressões de resistência se expandiram para o Sul do Estado.

Em outubro de 1988, 144 famílias sem-terra ocuparam a fazenda Gameleira, de 2.000 ha, em Imperatriz. Foi uma luta árdua que duraram vários anos. As famílias sofreram três despejos, ocuparam a sede do INCRA em São Luís. Segundo as lideranças do MST, o trabalho de base da ocupação da Gameleira começou ainda em 1987, junto com o movimento sindical e chegaram a articular em torno de 800 famílias. Porém, com as dissidências em torno da autonomia do Movimento, discutida anteriormente, houve uma desarticulação dos trabalhadores, mas o MST decidiu seguir sozinho na ocupação. Sofreram, passaram por três despejos, passaram muita fome. A ocupação da Fazenda Gameleira, entre outros fatores, marcou de fato a autonomia do MST no Maranhão. Foi

⁶ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

uma atividade iniciada desde a formação de base, a ocupação e a resistência. Com esta ocupação, o MST/MA conquista a sua autonomia política e organizativa, quando passa a surgir uma militância mais de base (MIRANDA, 2003, p. 126).

As regiões que foram cenários de inúmeros conflitos, tais como Santa Luzia e Imperatriz, fomentaram a articulação do MST. Conforme Elias (2008) no ano de 1986 ocorreu:

A primeira ação que simbolizou a inserção do MST no processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Maranhão foi a participação na ocupação da Fazenda Capoeira, um grilo de aproximadamente 60.000 hectares situado no município de Santa Luzia. Essa ocupação e posterior organização do respectivo acampamento foram organizadas em conjunto pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e por líderes do MST que haviam se deslocado para o Maranhão. O MST tinha como objetivo principal organizar a luta pela terra e por reforma agrária no estado, junto posseiros, trabalhadores camponeses e camponeses que haviam perdido suas terras para várias empresas e para grileiros que estavam se instalando principalmente na região da Amazônia Legal.

Mas em 1989, o MST se estende para o Norte maranhense:

[...] ocupando, com 500 famílias, a Fazenda Diamante Negro, de 8.400 ha, no município de Vitória do Mearim, dando origem ao assentamento Diamante Negro/Jutay, localizado, hoje, no município de Igarapé do Meio (criado recentemente). Houve confronto com os pistoleiros, mas os sem-terra resistiram aos ataques e se organizaram para trabalhar a terra e criaram os setores, como forma de resistência e de sobrevivência (MIRANDA, 2003, p. 127).

Observamos que são diversas ocupações, mediante a uma série de represálias, que coadunam para a construção do MST no Maranhão. Mesmo que o nível de violência seja alto, os trabalhadores rurais não recuaram, ao contrário avançaram para um intenso movimento de reorganização.

Nesse período nós vamos ter aqui a violência, a repressão, contra os camponeses, vai ser muito forte, com as milícias, os jagunços, onde os grupos de empresa vão ter jagunços. A gente percebe o nível da violência. A violência é um componente presente desde a gênese do movimento, tanto por parte do estado quanto do latifúndio (TAL, 2019. Informação verbal⁷).

As diversas expressões de violência estão presentes em toda história nacional, no

⁷ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 02**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

entanto, quando se trata das suas especificidades no espaço agrário, observamos uma realidade que evidencia diversos atores sociais, como a figura do “pistoleiro” ou “jagunço”, que é o sujeito responsável por executar um “serviço”, sempre solicitado por uma melindrosa trama de relações sociais e políticas de uma região. Na contemporaneidade, as formas de violência se expressam, ainda, a partir de ações dos grandes grupos empresariais que são expoentes do agronegócio.

Embora, cada contexto apresente elementos que exigem um molde de pressão reivindicativa, a violência, enquanto elemento fundamental da relação do Estado e burguesia agrária para com os trabalhadores resiste através dos tempos a partir de diversas formas de repressão que se materializam com o objetivo de desvigorar a luta, a defesa enfática da propriedade privada e das classes dominantes.

O Movimento em tela, no Maranhão, inicia articulado a organizações com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU, sendo que a partir de 1988 segue de forma desvinculada. Inclusive “[...] a percepção política de que o Movimento deveria ter sua própria organização foi a base das divergências internas” (MIRANDA, 2003, p. 124). A reivindicação do movimento era que os trabalhadores rurais deveriam se organizar de forma autônoma.

As divergências são intrínsecas aos processos de organização, quando nos referimos a um Movimento que é composto por um grupo específico, não estamos necessariamente nos referindo à homogeneidade de ideias e concepções, ao contrário há uma diversidade nas formas de pensar e agir, que pressupõem inúmeras contradições.

O CENTRU e as pastorais foram organizações que nós estávamos dialogando naquele momento. E, as contradições existentes com as instituições no surgimento do MST, podem ser analisadas e visualizadas de diversas formas, mas nós podemos dizer que nos fortalecemos com essas contradições (TAL, 2020. Informação verbal⁸).

Refletir, inclusive, esse percurso realizado propicia visualizar como os diálogos desempenhados, as articulações estabelecidas e os rompimentos em busca do processo de autonomia foram necessários para o desenvolvimento do Movimento. Analisar na atualidade esse trajeto possibilita uma visão mais sensível e crítica aos processos do passado, que contribuem fortemente para a dinâmica na contemporaneidade.

⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

Além das mais variadas organizações e entidades, que estiveram presentes na formação do MST, há os sujeitos que construíram a luta cotidiana, como: “O Manuel da Conceição teve um papel importante. Teve o Luís Preto, o da Gameleira, seu João Gomes, lá na Conceição Rosa, tivemos o sindicato muito forte, tivemos ali Querubina, são tantos” (TAL, 2019. Informação verbal⁹).

O MST sempre destaca o caráter coletivo da luta, evidenciando como não existe processo de reivindicação que seja individual, por isso torna-se fundamental pensar a força e o papel dos sujeitos que estão imersos nessa dinâmica. Trabalhadoras e trabalhadores que se dedicaram a uma luta mais ampla, indo além dos seus interesses e demandas mais particulares, sujeitos estes que sofreram inúmeras repressões, mas atuaram ativamente na construção de espaços e debates essenciais para a classe trabalhadora no campo.

Assim, enquanto um movimento que luta por acesso a terra, por reforma agrária e mudanças na sociedade, o MST estabelece seus objetivos consoantes a suas bandeiras. Conforme Morissawa (2001, p. 153) esses escopos são:

- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- A terra é um bem de todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Segundo Delgado (2010, p. 102), no que refere à sua organização, o Movimento encontra-se estruturado através de:

Núcleos de famílias: reúne a base assentada no processo de discussão e decisões da organização; **Setores:** núcleos de trabalhos relacionados às áreas temáticas ou linhas políticas de atuação da organização, como: setor de saúde, setor de educação, etc. **Direções Estaduais e Direções Nacionais:** formadas por pessoas dos assentamentos escolhidas nos núcleos de famílias; **Coordenação Estadual e Coordenação nacional.**

E ainda, as Regionais que observam além do aspecto geográfico, os aspectos políticos, econômicos e culturais da região onde estão os assentamentos e acampamentos. Assim,

⁹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03.** [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

as regionais no Maranhão são: Lageado, Açailândia, Amarante, Imperatriz, Pindaré, Médio Mearim, Itapecuru e Baixada (MST, 2019).

Dessa forma, o referido movimento se apresenta como fruto do processo de modernização e industrialização que assolou o país na era desenvolvimentista e contribuiu de maneira significativa para o crescimento dos grandes latifúndios resultando em consequências nefastas para os trabalhadores. Sendo assim, entre as grandes reivindicações do Movimento estão: a consolidação da política de Reforma Agrária Popular e a constituição de um novo tipo de sociedade, onde a justiça social, a liberdade e emancipação humana sejam os pilares.

Essa forte influência faz com que o MST não se restrinja ao sul do país, onde surgiu, mas se difunda por todo o território, por entender que a reforma agrária era e é necessária em toda a República Federativa do Brasil. É no prisma de um projeto societário que contemple os referidos princípios e objetivos que o movimento em questão desenvolve processos de luta e no enfrentamento ao sistema hegemônico, que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo, imprime desafios e tendências às lutas sociais.

3.3 Formas de organização e resistência do MST como referência nas lutas populares

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, assim conceitua-se como herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como: Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (AZAR, 2018). Assim, podemos perceber a relação da gênese do Movimento com o caráter coletivo da luta e suas especificidades articuladas aos legados de inúmeras bandeiras das lutas populares anteriores.

O MST não nasce sozinho, sua gênese está pautada nas lutas e resistências anteriores. Então, você tem a luta da população indígena como um exemplo de resistência e de luta, a população negra, os quilombos e sua luta pela liberdade, Canudos e Contestado. Você tem, também, as Ligas Camponesas, as mais diversas revoltas da sociedade. A luta não se constrói sozinha, assim o MST foi buscar parceiros. A própria CPT, a nível nacional foi muito importante e o movimento sindical, também foi um dos nossos maiores aliados

(TAL, 2019. Informação verbal¹⁰).

O MST como um movimento social específico que emerge no contexto em que já havia diversas outras formas de luta pela terra e pela reforma agrária, passou a trilhar passos que o caracterizam com traços determinados. Assim:

[...] inicialmente o MST abraça o que é chamado em seu programa agrário, os pressupostos de uma reforma agrária burguesa, avançando a proposição da luta pura e simples da terra, no sentido da compreensão de que articulada a ela seria imprescindível a educação, a formação, a saúde, a produção, o trabalho, a cultura, enfim, a garantia dos direitos humanos e sociais, como uma responsabilidade do Estado. Neste sentido, a educação, por exemplo, passou a ser um aspecto da estratégia de ocupação adotada pelo Movimento, sendo a criação da escola uma das primeiras providências na formação de um acampamento, mas não só isso, pois aí, se institui, também, os grupos como o de saúde, segurança, cultura, educação, comunicação e produção, o que vai dar base para a organicidade interna do MST (AZAR, 2018, p. 1.204).

Para além do âmbito nacional o Movimento se articula em nível internacional com a Via Campesina, elemento que expressa um comprometimento de classe, defendendo os interesses de classe, passando a conceber que a luta dos trabalhadores vai para além do campo e da cidade do próprio país. Portanto, podemos observar que como uma construção imersa na história e no movimento da realidade, o MST foi ao longo do tempo apreendendo a abrangência e a heterogeneidade da luta pela terra, buscando perceber os trabalhadores a partir do prisma da totalidade. O trabalhador rural não é uma figura passiva, mas um sujeito crítico, reflexivo e político, que ainda que limitado pelas condições objetivas e materiais de suas condições de vida, estampa novas formas de perceber e questionar a sociedade capitalista, assim como pressionar as devidas instituições.

No que se refere aos objetivos do Movimento em questão, podemos destacar o programa de Reforma Agrária Popular, que considera que:

Na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária. Agora, luta pela Reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação

¹⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 02**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais (MST, 2013, p. 31).

Os debates e reflexões do MST acerca do programa de Reforma Agrária passaram por atualizações, considerando as lógicas diferentes da agricultura na realidade vigente. Desse modo, a Reforma Agrária Popular põe em ênfase o conflito agronegócio *versus* trabalhadores rurais, sem desassociar da trajetória dos trabalhadores na luta pela desconcentração da terra. Assim, face ao domínio do agronegócio torna-se necessário:

[...] defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbana industrial [...]. O conceito ‘popular’ busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores (MST, 2013, p. 32).

Percebemos que se trata de um programa que questiona problemáticas centrais e estruturais do sistema hegemônico e suas expressões na sociedade brasileira, incluindo diversas bandeiras de luta, considerando ainda, os direitos humanos em sua complexidade, e como garantias essenciais para a reprodução da vida material dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Dessa forma, o MST tem buscado:

[...] diálogo com o debate, as formulações e as práticas de diferentes organizações camponesas, e também indígenas, do Brasil e do mundo, em curso já há alguns anos, apreender as tendências do movimento desse confronto e que exigências formativas se colocam aos trabalhadores para que protagonizem a superação dessas contradições de modelos de agricultura desde o polo do trabalho. Análise e síntese propositiva é que passam então a compor nosso programa de Reforma Agrária Popular (CALDART, 2003, p. 3).

Sobre os princípios organizativos do referido movimento realçamos a direção coletiva, que consiste em não centralizar a dirigência. Outro princípio organizativo é a divisão de tarefas, que propicia o crescimento da organização e a absorção das competências pessoais. Além do estudo da educação de forma ampla, refletida entre outros elementos, na preocupação com a formação do seu próprio quadro técnico (STÉDILE; MANÇANO, 2000).

Compreendemos que os princípios e objetivos do Movimento exigem uma

determinada forma de organização, logo seria demasiado contraditório haver uma organicidade que materialize fragmentação ou hierarquia, quando estes são cotidianamente questionados. Compreendendo, ainda, que no âmbito do movimento a organicidade é necessária para a intervenção concreta na realidade, bem como nas ações que resultarão em êxitos e fracassos na dinâmica da luta de classes.

Na construção da luta popular, os sujeitos vão constituindo a consciência e a identidade na luta e no Movimento (STÉDILE; FERNANDES, 2000), nesse entendimento os sujeitos que constituem o Movimento em tela precisam ir para além da percepção de suas condições, enquanto excluídos da terra, buscando as estratégias de reivindicações em convergência com os princípios de um projeto mais amplo, que almeja uma transformação social.

À vista disso, concebemos que a forma de pensar e de se organizar na dimensão política prevê um trabalho minucioso e de caráter político e educativo que fomenta a consciência da posição de subalternidade em que se encontra, para assim aspirar sua suplantação. Logo, as formas de organização são materializadas a partir desse processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social. Nesses termos, Cardoso e Lopes (2009, p. 147):

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias [...] A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pelas classes subalternas. Assim, o MST se constitui como uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

Os mecanismos estratégicos de luta, tais como as manifestações, as marchas, os mais variados espaços de debates e reflexões, possibilitam a formação política. No entanto, ao passo

que os trabalhadores rurais, na sua maioria, não tiveram acesso à educação crítica, tornou-se essencial criar mecanismos que possibilitassem a análise crítica da sociedade capitalista, considerando a relação da questão agrária com os elementos inerentes aos sistemas políticos e econômicos. Nesses termos:

O enfrentamento é permanente, é através da formação política, da educação, ampliação dos debates nas escolas do campo, porque se tem falado que a Educação do Campo é para formar guerrilheiros, então não é verdade, nossas escolas estão ligadas as secretarias de educação dos municípios e nossa pedagogia é crítica e emancipadora, onde possibilitamos o sujeito discutir com base no seu contexto social, econômico, cultural, política, permitindo sair desse universo da inércia, tornando-o sujeito da sua história (TAL, 2019. Informação verbal¹¹).

A formação política torna-se um dos elementos fundamentais para o processo que é denominado por Gramsci (1978, p. 53) de catarse:

Pode-se empregar a expressão catarse para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Para tanto, ressaltamos a importância da formação política, enquanto partícipe dos espaços que concretizam a dimensão educativo-organizativa, essencial para que os sujeitos ultrapassem a concepção corporativa e caminhem para a construção de um ideário mais amplo, como um projeto societário, que está para além de interesses individuais ou demandas imediatistas e focalizadas e comporta uma dimensão ética, moral e de princípios.

A educação, também, por sua vez, sempre foi uma preocupação do MST, tanto as famílias quanto os educadores, desde a gênese do Movimento, pleitearam e organizaram escolas nos acampamentos e assentamentos, desde as primeiras ocupações.

Nas primeiras ocupações de terra, antes mesmo da organização formal do MST, já se registra a presença de escolas nos acampamentos, culminando também na organização do Setor de Educação do Movimento. A tarefa desse setor vai além da conquista de escolas para as áreas de reforma agrária, buscando manter uma relação de coerência entre o Projeto Político-Pedagógico das escolas, as necessidades dos sujeitos do campo que ali estudam e os objetivos estratégicos da organização coletiva que se vinculam (CALDART, 2003, p. 21).

¹¹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 01**. [15/06/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Encontro Regional de Mulheres Sem Terra. Imperatriz – MA, 2019.

A luta pela educação consistiu ao longo do tempo, ainda na tentativa de contornar a problemática do êxodo rural, que se expressa na saída de jovens de suas casas para irem para regiões longínquas, com objetivo de acessar a educação. Com base nisso, o MST buscou o EJA (Educação de Jovens e Adultos), supletivos e cursos que pudessem profissionalizar os jovens assentados. Logo, as crianças e os jovens tornaram-se a preocupação do Movimento, na perspectiva de lhes garantir a formação necessária, para que pudessem ser sujeitos críticos e transformadores. Ponderando que:

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra (CALDART, 2003, p. 62).

No estado do Maranhão, Cavalcanti (2009) evidencia as articulações que marcaram esse processo de luta pela Educação do Campo, enfatizando que:

Mais precisamente em 1998, quando entidades e movimentos de camponeses como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), FETAEMA (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão) e a ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão) se organizaram em torno da implantação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) no Maranhão, em ação articulada com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (CAVALCANTI, 2009, p. 169).

Uma dos avanços alcançados a partir das diversas articulações dos movimentos sociais do campo no referido estado foi a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA no ano de 1999. Acerca desse processo, Miranda e Rodrigues (2010, p. 19) asseguram que:

O PRONERA começou suas atividades no Maranhão em julho de 1999 atendendo 3.200 alunos de 59 projetos de assentamento localizados em 37 municípios. Desde então, atendeu 20.411 trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados, sendo 19.240 em curso de alfabetização e escolarização e 1.171 nos cursos de Magistério, Técnico em Saúde Comunitária e Técnico em Agropecuária. [...] as ações do PRONERA no Maranhão começaram a ser desenvolvidas em parceria com a Fundação Sousândrade, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Maranhão (FETAEMA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo Mendonça et al (2017, p. 6), a implantação do PRONERA implicou em gradativo avanço, no significado de conquistas para os povos do campo do Maranhão, inclusive acerca dos números de analfabetismo, por meio dos projetos desenvolvidos pelas parcerias constituídas pelo PRONERA/INCRA, movimentos sociais e universidades, no caso UEMA e UFMA. Porém, a luta pela educação não cessou, uma vez que, ainda era necessário articular esforços para conquistar as graduações e o ensino superior. A respeito desse cenário, Menezes (2013, p. 67) elucidou que:

No que diz respeito à educação em nível superior, houve um avanço de acordo com o Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, que deu ênfase à educação do campo, desde a educação infantil à educação superior. Essa legislação deu embasamento para as reivindicações dos movimentos sociais que articulam uma parceria com o MST e universidades, para a criação de cursos de graduação de formação de educadores, que atualmente envolve instituições de ensino e estados, incluindo o Estado do Maranhão, que já tem duas turmas em execução desde 2010, com curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra (PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA), e outras duas turmas que iniciaram em 2011. MST/ASSEMA/ACONERUQ, que funciona no Campus de Bacabal.

Ao analisar a Educação do Campo, Caldart (2012) reitera que essa intenciona incidir sobre a política brasileira de educação desde as demandas sociais e comunitárias dos povos do campo, precisando ser considerada como um projeto, que reporta a elementos como cultura, trabalho, conhecimento e luta política dos trabalhadores rurais no seu embate de classes. Para tanto, na reflexão da referida autora, trata-se de uma conceituação que está em construção no Movimento, na realidade produzida socialmente pelos povos do campo.

Logo, podemos compreender que a luta pela educação no âmbito do Movimento não esteve restrita aos desafios apenas das suas áreas de ocupação e assentamentos, mas ponderando a importância da educação na dinâmica mais ampla de luta por direitos e defesa das políticas públicas, diante suas ações revolucionárias.

Assim, a Educação do Campo emerge no MST como mecanismo de interpelar o modelo educacional vigente no Brasil e mais especialmente, imposto ao campo. Nesse entendimento de Educação, há uma necessidade de reflexão da totalidade, visto que se refere ao contexto do trabalhador rural e em consequência, à demanda de uma pedagogia que caminhe para a transformação. Paulo Freire analisou que:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. Todo o empenho do Autor se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria em uma sociedade também sujeito. Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. (FREIRE, 1967, p. 36).

A importância da educação na luta pela Reforma Agrária Popular consiste na compreensão que:

O conhecimento deve ser um processo de conscientização, libertação e de permanente elevação cultural de todos e todas que vivem no campo. a) Garantir à população que vive no campo, o acesso aos bens culturais e o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis; b) Incentivar, promover e difundir a identidade cultural e social da população camponesa. c) Assegurar o acesso, a produção e controle dos mais diferentes meios de comunicação social no campo. d) Desenvolver a formação técnica-científica e política, de forma permanente, para todos que vivem no campo. e) Combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, etc. (MST, 2013, p. 37).

Dessa maneira, o Movimento compreende que os processos de educação precisam estar fundamentados nos diversos saberes e práticas, bem como priorizar a realidade social das crianças e jovens. Refletindo que todo processo de problematização da dinâmica do real e as possíveis soluções das problemáticas são frutos que necessitam ser socializados objetivando a qualidade social da coletividade.

O MST possui como uma de suas referências no âmbito da educação o próprio Paulo Freire, considerando as contribuições desse pensador para uma proposta de reconstrução do processo de ensino-aprendizagem. A pedagogia freiriana dispõe de uma percepção crítica, ponderando a educação como elemento para a emancipação política e mecanismo de transformação da realidade. Tal proposta evidencia a indissociabilidade dos contextos e das histórias de vida na formação dos sujeitos, numa relação dialética entre aluno e professor. Portanto, a educação deixa de ser encarada meramente como ações que buscam a passagem de conteúdos e passa a ser compreendida a partir de uma postura ativa dos sujeitos envolvidos, com estímulo de consciência crítica e política da realidade.

Freire recomendou a tática da ação-reflexão-ação, usando ferramentas como o

impulso à curiosidade, à postura ativa e à experimentação do aluno, estimulando a análise crítica da realidade, sendo o professor o sujeito que pode viabilizar as problematizações e indagações necessárias para as reflexões. Buscando sempre agir com respeito às diversidades em suas mais variadas expressões.

Nas imagens abaixo, podemos observar um dos espaços específicos do Movimento onde acontecem os processos de formação dos seus membros:

Figura 02 – Ilustração de Paulo Freire na parede do Centro de Formação Maria Aragão no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues).



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2019.

Figura 03 – Entrada do Centro de Formação Maria Aragão no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues).



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2019.

O centro de formação Maria Aragão, das imagens acima, está situado no Assentamento Palmares II, Município de Nina Rodrigues, localizado no oeste maranhense e assim foi nominado para referenciar uma mulher médica e professora que oriunda da extrema pobreza, conseguiu superar inúmeros obstáculos impostos por uma sociedade racista e patriarcal. Esse centro consiste em um espaço onde diversos sujeitos podem construir suas atividades políticas e culturais, buscando materializar os seus ideais e lutas construídos coletivamente.

Nessa perspectiva, podemos compreender que a educação proposta pelo Movimento está para além de uma criticidade, mas na adaptação dessa criticidade, voltando-a para a análise da realidade dos sujeitos. Buscando trabalhar a autonomia, bem como as possibilidades dos processos construídos na esfera coletiva, a força evidenciada é a das ideias e de como as escolas nessa busca de efetivar suas demandas precisam construir estratégias e uma pedagogia de emancipação.

Na compreensão de Gramsci (1982), a educação se inclui como uma acepção geral de vida, nas dimensões éticas, políticas e práticas, que deve proporcionar uma dignidade aos sujeitos sociais que lhes possibilitem serem dirigentes, ao passo que se impugnem as ideologias autoritárias e conservadoras, sendo necessária como princípio político e pedagógico na

construção da luta, em interesse da construção de outra sociedade. Para tanto, a educação se materializa enquanto uma estratégia de organização, considerando que é por meio desses processos que os sujeitos passam a ter elementos para refletir de forma crítica a realidade, bem como construir estratégias para transformações na sociedade e em si mesmos.

Além da educação e da formação política, mas sempre articuladas a elas, estão outras formas de resistência e construção da luta do MST, uma vez que:

A luta também se constrói a partir da produção orgânica, da agroecologia, das feiras de reforma agrária, das atividades nas universidades, dos espaços de formação política, mostrando que nosso processo é maior, é de compromisso com a emancipação humana, a construção de uma visão crítica, política, para além de uma sociedade de exploração, mas uma sociedade livre (TAL, 2019. Informação verbal¹²).

O MST diante do desafio de determinar novas relações de produção iniciou os debates para o desenvolvimento da cooperação agrícola, como forma, inclusive, de resistência.

Assim:

De acordo com o MST, os principais objetivos do Sistema Cooperativista dos Assentados giram em torno do econômico, do social e do orgânico. Por isso, com o intuito de expor de forma mais abrangente as metas que permeiam tais objetivos:

Econômicos: a) Ajudar a resolver os problemas de todas as famílias assentadas; b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza sobras; c) Garantir: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; d) Modernizar a produção no campo; e) Desenvolver a agroindústria. Sociais: a) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; b) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos Assentamentos; c) Provar que a Reforma Agrária é viável, tanto do ponto de vista da justiça social quanto do econômico; d) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; e) Formar e capacitar quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores; f) Contribuir para a construção de cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; g) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica. Orgânicos: a) Consolidar a organização de base do MST; b) Conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos e Organizações Populares; c) Servir de retaguarda econômica do MST; d) Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade; e) Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; f) Acumular forças para a transformação da sociedade (MST, 1993, pp. 41-42).

O Movimento, assim buscou avançar no debate da cooperação agrícola compreendendo que:

¹² Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 01**. [15/06/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Encontro Regional de Mulheres Sem Terra. Imperatriz – MA, 2019.

O que importa, para nossa história, é que entre 1966 e 1990 vivemos um período de maturação, sistematização e estudo, de aprender o que queríamos. Sistematizamos este aprendizado num caderno de formação sobre ‘ as formas de cooperação agrícola ‘. Chegamos a essa concepção: ‘Olha, de fato temos que estimular a produção agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar escola perto do local de moradia’ (FERNANDES; STÉDILE, 2000, p. 100).

Podemos observar que o debate avançou a partir da construção de uma acepção de cooperação agrícola, o reconhecimento de que os modos de cooperação precisariam ser adaptáveis e dinâmicos e a relação destas com as condições objetivas – como as disposições do mercado, dos meios para produção e a situação da própria terra – e subjetivas – como o nível de consciência dos assentados, os potenciais de organização e qualificação, elementos esses que articulados determinam o desenvolvimento das atividades.

Segundo Fernandes (2000, p. 228), “os sem-terra não pretendem reproduzir o cooperativismo tradicional, mas sim construir uma nova concepção de cooperação que possa abranger as dimensões da lógica do MST”, ou seja, o Movimento possui dentre os seus desafios superar a lógica do capital imposta às cooperativas de trabalho, que se tornaram mecanismos a incumbência da terceirização, contidas na esfera da informalidade e respondendo a uma finalidade produtiva para o sistema. Assim, é válido caracterizarmos as principais formas de cooperação agrícola e analisarmos como são implementadas no âmbito do MST.

Quadro 04 – Formas de cooperação agrícola (Continua)

	FORMAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1.1.1	Mutirão, puxirão, troca de serviço.	Acontece ocasionalmente entre as famílias assentadas, especialmente entre vizinhos ou parentes, para fazer capina, plantio, colheita, etc.
1.1.2	Núcleos de produção	Famílias assentadas que se unem por proximidade de parentesco ou linha de produção, com a finalidade de organizar a produção. A terra e o capital (meios de produção, como junta de bois, implementos agrícolas) permanecem de forma individual e o trabalho é realizado em nível familiar.
1.1.3	Grupos semicoletivos	As pessoas produzem em lote familiar, normalmente para a subsistência e têm algumas linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado. Apesar de ter de um conjunto de normas internas e consolidadas (uma espécie de regimento interno), essa forma não é registrada legalmente. A terra e o capital são utilizados em parte para o uso coletivo e em parte para o uso individual, assim como a organização do trabalho entre seus membros.
1.1.4	Grupos coletivos	A produção é totalmente coletiva. Mesmo tendo necessariamente um regimento interno, elas não são registradas. A comercialização é realizada em conjunto, mas sem nome dos assentados. Assim, a terra, o capital e o trabalho são coletivos.
1.2	EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÕES FORMAIS	
1.2.1	Associação	A produção pode ocorrer no lote familiar ou no semicoletivo. A associação presta algum serviço de interesse comum. Elas normalmente são legalizadas, mas existem alguns grupos semicoletivos que usam o nome da associação. Elas podem ser vários tipos: para aquisição de animais ou máquinas, para transporte, para comercialização, para realização de benfeitorias, para representação política dos assentados. A terra normalmente é utilizada de forma individual, o capital às vezes é dividido entre o uso individual e o coletivo e o trabalho normalmente é individual.

Quadro 04 – Formas de cooperação agrícola (Conclusão)

EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÕES FORMAIS		
1.2.2	Cooperativa de Prestação de Serviço (CPS)	Visa planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semicoletivo ou em grupos coletivos de um único assentamento. A CPS faz a comercialização das famílias assentadas, presta serviços de assistência técnica, fornece insumos agrícolas e produz algum tipo de produto. A terra normalmente é individual, o capital é coletivo (da cooperativa) e o trabalho não é organizado pela cooperativa.
1.2.3	Cooperativa de Prestação de Serviços Regionais (CPSR)	É um tipo de CPS com maior área de abrangência (normalmente de assentamentos próximos). Normalmente, atuam nas áreas de comercialização, produtos e insumos agrícolas, bem como no beneficiamento, na assistência técnica e algumas na organização da produção. Em relação a terra, ao capital e ao trabalho, ela possui as mesmas características da CPS.
1.2.4	Cooperativa de Crédito (CC)	Tem a finalidade de viabilizar a internalização da circulação do capital financeiro dos assentados entre os próprios assentados, facilitando o acesso ao crédito. No entanto, a principal fonte de recursos utilizados pela CC é o repasse de recursos públicos (Banco do Brasil, BNDES, CEF). A terra é o individual, o capital é gerido de forma coletiva e o trabalho não é organizado pela cooperativa.
1.2.5	Cooperativa de Produção e Prestação de Serviço (CPPS)	Visa planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção, de forma coletiva, além de planejar, organizar e comercializar várias linhas de produção desenvolvidas nos lotes familiares dos associados (produção individual). A terra pode ser coletiva ou individual, o capital é coletivo (da cooperativa) e o trabalho é coletivo e pode haver alguma forma assalariamento.
1.2.6	Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)	Essa cooperativa é toda coletiva: a propriedade é coletiva (os trabalhadores são os donos), assim como a produção (os donos trabalham e repartem as sobras entre si, conforme o trabalho aportado de cada um). A terra, o capital e o trabalho são todos coletivizados e geridos pela cooperativa.

Fonte: CONCRAB. Cooperação Agrícola: eixos prioritários de ação, princípios e formas. 2007 (Cadernos de Cooperação nº 5 – Edição revista e ampliada).

Dentre as diversas formas de cooperação no MST, destacam-se os mutirões e as associações, principalmente na região do Médio Mearim, onde se localiza, ainda, o assentamento

Cigra, destaque na produção de arroz. Há cooperativas na região Tocantina, como a Cooperativa Mista dos Assentados de Reforma Agrária e duas cooperativas na região da Baixada Maranhense: a Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores da Vila Diamante Ltda. e a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento 04 de maio. Na região da Baixada, funcionam outras formas de cooperação como os mutirões e as associações, enquanto na região do Itapecuru, as formas preponderantes de cooperativa são mutirões, grupos coletivos, associações e uma cooperativa (ELIAS, 2008).

A produção do Movimento veio expressando uma atenção com o desenvolvimento social e econômico nos assentamentos, com atenção para os debates que fortalecem as estratégias produtivas, por meio da utilização das primeiras experiências de produção alternativa. Os debates e reflexões do Movimento vieram avançando na articulação para a construção de um modelo de agricultura contra-hegemônico, a agroecologia.

O tema agroecologia é uma bandeira dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e um tema novo, no entanto necessário, um bem para a humanidade que ingere alta dose de veneno junto com os alimentos na maioria proveniente da agricultura, precisamos produzir alimentos saudáveis, esse é o grande desafio posto no momento, mas precisamos fazer essa transição com relação às sementes. Nós do MST orientamos que os nossos agricultores cultive e preserve as sementes crioulas, precisamos quebrar o monopólio das grandes empresas que produzem sementes híbridas que só servem para uma safra, tornando o agricultor dependente, portanto as sementes são patrimônio da humanidade (TAL, 2019. Informação verbal¹³).

Podemos ponderar que esse posicionamento define a relação com a posição de classe e a luta de classes, ao se dispor em contraposição ao capitalismo, manifestado pelo agronegócio. Com consciência política desse confronto, a articulação de diversos sujeitos coletivos se dispõe a desenvolver a agroecologia para a reestruturação da agricultura como uma das frentes de luta contra o capital, objetivando transformações societárias, uma vez que se trata de projetos em disputa. Nas imagens a seguir, podemos observar uma expressão de produção do Movimento:

¹³ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 05**. [26/10/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Assentamento Palmares II. Nina Rodrigues – MA, 2019.

Figura 04 – Horta coletiva no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2019.

Figura 05 – Produção de hortaliças no Assentamento Palmares II (Município Nina Rodrigues)



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2019.

As imagens e o posicionamento acima, ainda contribuem para analisarmos como o Movimento veio se preocupando em produzir, desmistificando um discurso estratégico de que os militantes da associação só querem terra, mas não realizam trabalho. “Terra é para quem luta, para quem nela trabalha. Os assentamentos produzem, não são caras vagabundos” (TAL, 2019. Informação verbal¹⁴).

O Movimento vem, ainda, propondo ações que incentivem a produção de sementes crioulas, evidenciando a importância dos trabalhadores controlarem as sementes, e, portanto o sistema alimentar. Logo, o MST tem sido um dos grandes protagonistas na agroecologia, explicitando a importância de uma produção que se preocupa tanto com as implicações ao meio ambiente, como com a saúde humana, levantando bandeiras importantes que negam a utilização de agrotóxicos e transgênicos, indo na contramão da hegemonia do agronegócio e da lucratividade desmedida almejada pelo capital.

Caporal (2012, p. 65) ao citar Sevilla Guzmán (2006), analisa que a agroecologia trata-se de:

[...] manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social e, desta maneira, possam ajudar a restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica [...] Em seu sentido mais amplo, a Agroecologia tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante já que, ainda que parta de uma dimensão técnica e seu primeiro nível de análise seja a unidade de produção, desde ela se pretende entender as múltiplas formas de dependência que gera o atual funcionamento da política, da economia e da sociedade sobre a cidadania, em geral e sobre os agricultores, em particular. Os outros níveis de análise da Agroecologia consideram como central a matriz comunitária na qual se insere o agricultor. Isto é, o grupo doméstico, a comunidade rural e as sociedades locais que geram sua identidade mediante uma rede de relações sociais. A Agroecologia oferece bases científicas para que os processos de transição da agricultura convencional (e outras formas de agriculturas menos sustentáveis, acrescentamos) para agriculturas ecológicas se desenvolvam neste contexto sociocultural e político e que impliquem em propostas coletivas de mudança social.

Acerca dessa experiência no estado do Maranhão, ressaltamos que nos anos 90 foi criada a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado do Maranhão – CCA, que para além de ser entidade corporativista, objetiva agir nos assentamentos vinculados ao Movimento, com a

¹⁴ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 06**. [26/10/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Assentamento Palmares II. Nina Rodrigues – MA, 2019.

finalidade de concretizar ações, reflexões e experiências no que refere à organização da produção agropecuária. Espaços que possuem como ângulos norteadores a organização da produção em vista da segurança e da soberania alimentar, através da agroecologia. Desse modo:

[...] a cooperação agrícola desenvolvida nos assentamentos do MST no Maranhão, tem cumprido um importante papel na tentativa de melhoria das condições de vida das famílias assentadas, contribuindo, apesar das dificuldades, para que esses trabalhadores busquem uma alimentação mais saudável e diversificada, assim como uma produção baseada na agroecologia, de forma que isso se vincula amplamente à questão da organização econômica. Nesse processo a cooperação agrícola tem cumprido uma função política, mas ao mesmo tempo permanece como um desafio constante para o MST (ELIAS, 2008, p. 168).

O MST evidencia a importância da produção na luta pela Reforma Agrária Popular afirmando que:

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres (MST, 2013, p. 36).

Podemos observar a preocupação do MST em construir um cooperativismo que mesmo voltado para um processo no âmbito econômico, se desenvolva para além desse, tomando dimensões de uma função política. Há uma preocupação com as condições das famílias que vivem no campo, com a sua produção da existência material, materializada nos diversos debates e reflexões, que almejam avançar e desenvolver a produção, e por consequência dessa acepção como importante estratégia de organização produtiva e política.

Em conjunto com a necessidade de produção, podemos elencar outra forma de resistência:

A ocupação da terra também é uma forma de resistência, há um processo violento de despejo nos nossos acampamentos, as marchas, os debates, os espaços de denúncia, a

formação política e crítica das mulheres, para que possam tomar espaço, e da juventude, também, para que possam refletir e resistir (TAL, 2019. Informação verbal¹⁵).

Para o Movimento a ocupação é uma forma de luta de imenso significado, uma vez que é a partir dela que as outras formas de luta são utilizadas, ou seja, primeiro movimento para a obtenção da terra, portanto: “Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do movimento. [...] A ocupação é a condição da territorialização. É o processo de conquista da terra.” (FERNANDES, 1998, p.25,33). No que refere às ocupações, Morissawa (2001, p. 199) destaca que:

O critério fundamental é a escolha do local. Mas nem sempre a terra é a que foi ocupada pelos sem-terra. Em geral o número de famílias que ocupam uma área excede o mínimo legal (10 hectares) de um lote de reforma agrária. Por exemplo, se 200 ocupam uma área de 1.500 hectares, 50 ficam de fora, se o governo fizer o assentamento ali. A ocupação gera o fato político: é um setor organizado da sociedade mobilizado em torno de sua causa, que, no caso, é a reforma agrária.

A ocupação é elemento central no processo de resistência do Movimento em tela, uma vez que se trata do processo de ocupar o espaço e ali resistir, sendo desde os primórdios da história dessa organização uma dinâmica basilar para acesso a terra.

O importante do MST, é que desde quando nasceu até hoje em dia a ocupação de terra é o elemento central. Agora, cabe à gente perguntar se nesse momento histórico essa tática da ocupação de terra como acontece, ela continuará sendo importante ou não. Não é duvidando, mas o questionamento é importante. Eu acredito que continua, mas precisamos rever as formas de como fazer esses processos de enfrentamento e resistência (TAL, 2019. Informação verbal¹⁶).

O Movimento sempre contou com a ocupação como uma das principais estratégias de luta, como destaca o referido posicionamento, no entanto pensar de forma crítica as estratégias é necessário para a própria reprodução do Movimento. Ao ponderarmos que os diversos governos e o sistema vigente conferem dinâmicas diferenciadas em conjunturas específicas, torna-se essencial pensar a luta de forma dialética, explicitando os limites e as possibilidades das estratégias na totalidade social.

Justiça ordena o despejo, geralmente com reintegração de posse, os sem terra deixam

¹⁵ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 01**. [15/06/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Encontro Regional de Mulheres Sem Terra. Imperatriz – MA, 2019.

¹⁶ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 02**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

o local e se estabelecem em área próxima. Não há um tamanho mínimo ou máximo, considerando que depende do quantitativo de famílias e a improvisação é feita com barracos de lona, sendo que normalmente cada família se abriga em um barraco. A resistência precisa ser construída continuamente, até que todos os acampados sejam assentados. Os acampamentos possuem uma importante missão que é de atrair a atenção das autoridades, bem como da sociedade como um todo, para suas reivindicações, assim como precisa avaliar e deliberar os encaminhamentos.

No que refere às ocupações no estado do Maranhão na atualidade, temos a seguinte situação:

Quadro 05 – Relação de Acampamentos do MST no Maranhão (Continua)

Nº	ACAMPAMENTOS	MUNICÍPIOS	DATA DA OCUPAÇÃO	ÁREA (há)	SITUAÇÃO/MARÇO 2019
01	Lote Sete	Lajeado Novo	03/08/1998		Processo se encontra com a Ministra Rosa Maria para decisão, autorizando o INCRA a vistoriar e encaminhar o processo de desapropriação.
02	Irmã Dorothy	São João do Paraíso	17/04/2006	1.890	As famílias estão acampadas à margem da BR 010, aguardam a imissão de posse no imóvel Gameleira em Porto Franco, o processo voltou para Justiça Federal em Imperatriz. Está com três anos aguardando a decisão do juiz para emissão de posse.
03	Saete Moreno	Ribamar Fiquene			Reivindicam o imóvel Arizona Horizonte, JR, Faveira e Terra Bela; O INCRA se comprometeu de adquirir a Arizona pelo Dec. 433. Está com liminar de reintegração que o INCRA se comprometeu de realizar a vistoria e encaminhar para decreto de desapropriação.
04	Cipó Cortado (complexo boca da mata) Barreirão. Acampamento Roseli Nunes	Senador La Roque	15/11/2006	8.200	Foi criado o Projeto de Assentamento Parcial, falta arrecadar 2.400 ha no município de Senador La Roque e 1.200 em Amarante em Terra da União.

Quadro 05 – Relação de Acampamentos do MST no Maranhão (Continua)

Nº	ACAMPAMENTOS	MUNICÍPIOS	DATA DA OCUPAÇÃO	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO/MARÇO 2019
05	Fazenda Padre Cícero/Acampamento João do Vale	Açailândia	05/05/2007	5.000 aprox.	Foram Assentadas 40 famílias na Fazenda Conquista II, faltam 26 famílias que o INCRA se comprometeu em desapropriar a Fazenda Padre Cícero. Foi realizada a vistoria e teve um parecer negativo referente à área por questão de interpretação a capacidade de famílias assentadas. Na mobilização em 2013, o INCRA se comprometeu de fazer uma avaliação Câmara técnica em São Luis para construir o novo parecer e encaminhar o processo para Brasília na perspectiva de resolver a situação das famílias.
06	Fazendas Veloso, Pinheiro, Boa Vista – São Benedito/16 de Abril	Newton Belo	16/04/2007	1.219	Foi feito a vistoria, o processo está em Brasília.
07	Salgador /Irmã Dorothy	Presidente Vargas	09/04/2006	22.165	O processo está no INCRA em São Luís.
08	Pequizeiro	Chapadinha	19/04/2005	2.961	Processo está em Brasília – saiu o decreto.
09	São João/Coroa da Onça	Duque Bacelar		5.715	Está aguardando decisão da Justiça Federal de Caxias para agilizar o processo.
10	Resistência	Bom Jardim			Está numa área particular (do Sr. Tarcisio) próxima ao assentamento Antônio Conselheiro, aguardam a desapropriação da Fazenda Três poderes ou outra que atenda a necessidade das famílias.

Quadro 05 – Relação de Acampamentos do MST no Maranhão (Conclusão)

Nº	ACAMPAMENTOS	MUNICÍPIOS	DATA DA OCUPAÇÃO	ÁREA (ha)	SITUAÇÃO/MARÇO 2019
11	Higienópolis	Presidente Vargas	20/03/2008	457.3725	O processo retornou de Brasília – está em Brasília.
12	Fazenda Brejinho	Coelho Neto	27/06/2005	7.038.8802	Levantamento da cadeia dominial da área já foi feito pré-qualificação.
13	Fazenda Mineiro Monte Alegre	Itinga do Maranhão			Está na casa civil em Brasília – saiu o decreto.
14	Fazenda Rio dos Sonhos	Bom Jesus das Selvas		12.000	Levantamento da cadeia dominial para arrecadação para habitação urbana.
15	Vila União – Pedreira II	Bom Jardim		2.200 ha	O processo retornou de Brasília.
16	Fazenda Jaguaride	Pedro do Rosário		2.181,69	Processo está em Brasília.
17	Acampamento Gleba São Paulo	Bom Jesus das Selvas	14/07/2014		Realizado pedido de vistoria.
18	Acampamento – União /Fazenda São Paulo	Lagoa Grande do MA	30/07/2014	1.600 ha	Realizado pedido de vistoria
19	Fazenda União	Igarapé do Meio	06/2014	3.000 ha	Realizado pedido de vistoria.
20	Batata da Terra	Senador La Roque			

Fonte: Documentos MST, 2019.

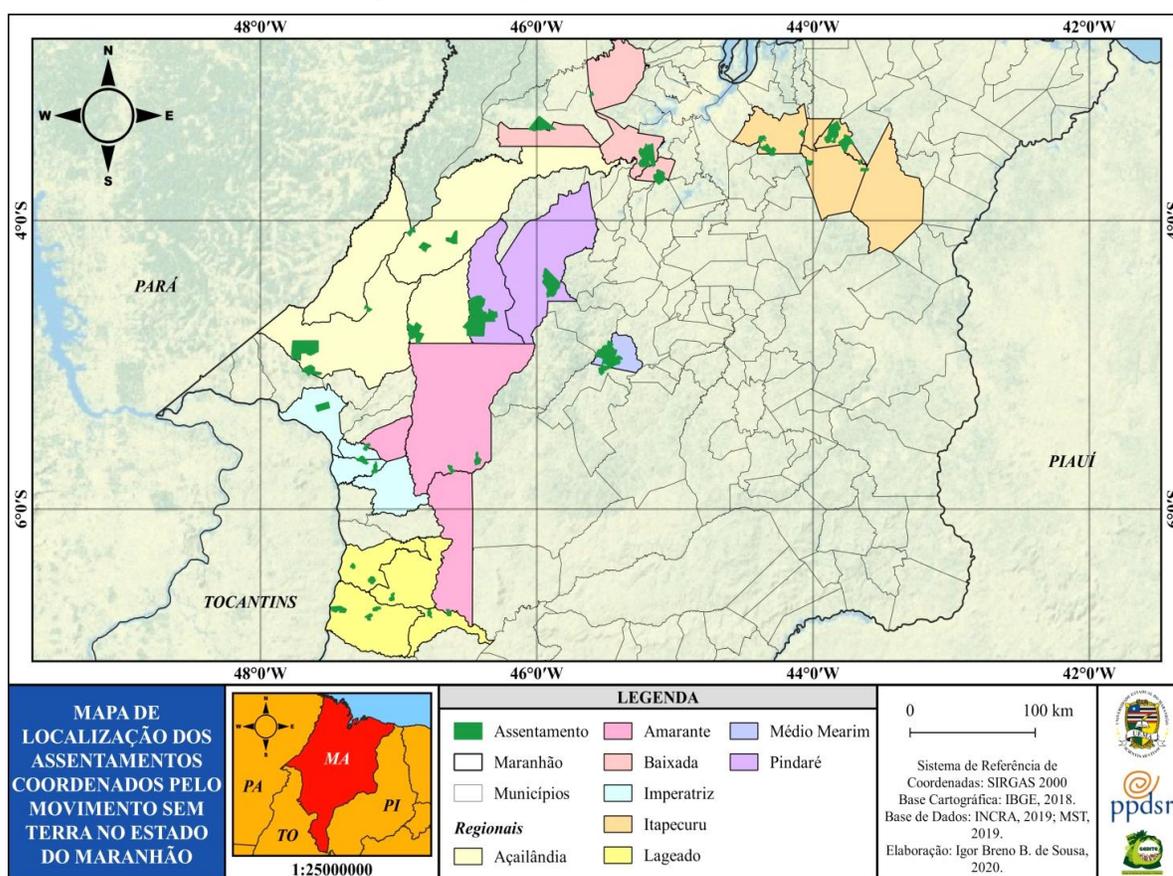
Observamos que desses acampamentos, temos algumas situações distintas, alguns se encontram em processo de decisão para serem autorizados pelo INCRA, outros estão aguardando emissão de posse do judiciário, enquanto há situações em que já foram criados os projetos de

assentamentos parciais e há as situações em que apenas uma parte das famílias foi assentada, sendo que na sua maioria os processos estão tramitando no INCRA.

Ressaltamos que as famílias acampadas são aquelas que estão em situação de ocupação da terra, como uma estratégia de reivindicação, com objetivo de reivindicar ao Estado a desapropriação da área. E, as famílias assentadas são aquelas que se encontram de modo permanente na terra, configuração da situação após a desapropriação e regularização da área.

Acerca dos assentamentos o mapa abaixo ilustra suas localizações no estado do Maranhão:

Figura 06 – Mapa de localização dos Assentamentos Vinculados ao MST no Maranhão



Fonte: INCRA, MST – 2019. Elaboração: SOUSA, I de. MENDES, J. 2020.

O mapa evidencia a demanda de assentamentos do MST na atualidade. Assim, temos: **Regional Lageado** – compreende aos municípios de Porto Franco, Estreito, São Pedro dos Crentes e São João do Paraíso, onde estão os assentamentos: Brejo da Ilha, Mundo Novo, Serafim, Maravilha, Oziel Alves, Minador Grande, 17 de Abril e Paulo Freire. **Regional**

Amarante – compreende aos municípios de Sítio Novo, Buritirana e Amarante, onde estão os assentamentos: Oziel Pereira, Pe. Josimo I, Carlos Mariguella, Curitiba, Cipó Cortado e Olga Benário. **Regional Imperatriz** – compreende aos municípios de Montes Altos, Governador Lobão, Imperatriz e Davinópolis, onde se localizam os assentamentos: Novo Horizonte, Gameleira, Palmares, Itacira, Juçara, 1º de Maio e Alegria.

Há, ainda a **Regional Açailândia** – compreende aos municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas e Itinga do Maranhão, onde estão os assentamentos: Açai, Califórnia, Nossa Senhora Aparecida, Roseli Nunes, Chico Mendes I e II, Alta Floresta, Santo Antônio/Bela Vista, Terra Livre, Horizonte Azul e João do Vale I. **Regional Pindaré** – formado pelos municípios de Buriticupu, Bom Jardim e Santa Luzia do Tide, onde se localizam os assentamentos: 07 de Maio, 11 de Junho, Brasilândia, Califórnia Diamantina, Tabocão, Amazônia e Flechal – Vila Piçarreira. **Regional Médio Mearim** – que compreende ao município de Lagoa Grande do Maranhão, onde estão os assentamentos: Cigra e João do Vale.

Regional Baixada – que compreende aos municípios de Pedro do Rosário, Newton Belo, Igarapé do Meio e Monção, onde estão os assentamentos: Quadra 04 de Maio, Boa Vista II, Santa Lúcia, Diamante Negro – Jutay, Lage Comprida, Vila Esperança, Flor do Vale/Margarida Alves e São Judas Tadeu. **Regional Itapecuru** – composto pelos municípios Itapecuru Mirim, Presidente Vargas, Vargem Grande, Nina Rodrigues e Chapadinha, onde estão os assentamentos: Cristina Alves, Conceição Rosa, Padre Josimo, Placas – Olga Benário, Padre Trindade, Mangueira, Palmares II, Nossa Senhora Aparecida – Baturité, Pavi II, Nossa Senhora de Fátima e Primeiros Campos.

Evidenciamos um total de 374 famílias assentadas na regional de Lageado, 477 na regional de Amarante, 529 na regional de Imperatriz, 1.657 na regional de Açailândia, 1.650 na regional de Pindaré, 763 na regional do Médio Mearim, 703 na regional da Baixada, 1.114 na regional Itapecuru, logo percebemos assentamentos com diferentes quantidades de famílias e condições de demandas (ver anexo – A).

Sobre esse processo de territorialização do MST no Maranhão, Silva (2011) destaca que após ter avançado pela região Tocantina e do Mearim, nos anos 90 o Movimento avançou para o oeste do estado, nos municípios como Newton Bello, Pedro do Rosário e Zé Doca. Antes, de chegar ao Médio Mearim, por volta de 1994, iniciou ocupações no leste maranhense. Em seguida, o MST seguiu na sua espacialização realizando ações e organizando famílias sem terra

em várias regiões do estado (SILVA, 2011, p. 58).

Nos processos de formação dos assentamentos das regionais: Lageado, Imperatriz e Amarante, houve uma forte influência de trabalhadores vindos da região Sul do país, especialmente dos estados de Goiás e Minas Gerais e de forma diferente da Baixada, que possui como importantes meios de reprodução, o extrativismo e a pesca, possuem também como principais atividades no âmbito econômico, a pecuária do gado leiteiro e de corte (ELIAS, 2008).

Acerca do processo de formação da regional Pindaré, buscamos as contribuições de Trovão, quando reflete sobre o processo de territorialização dos migrantes nordestinos que se fixaram nas regiões: central e sudoeste do estado, principalmente na região do Pindaré, esses posseiros seguiram rumo ao Projeto Alto Turi, assim “dentre os retirantes que seriam beneficiados [pelo Projeto de Colonização] estariam os nordestinos, remanescentes migrantes das áreas de seringais e dos castanhais e que ficaram antes de atingir o destino e aqueles que de lá tinham regressado” (TROVÃO, 2008, p. 26).

Enquanto na região do Médio Mearim, descendentes de nordestinos iniciaram ocupações desde os anos de 1970, esses sujeitos que aprenderam a “desbravar matas” (SILVA, 2015) e se defrontaram com circunstância da posse de terras pelos latifundiários. De forma similar se constituiu a regional Itapecuru, com processos de fluxo de “[...] famílias oriundas de diferentes municípios do estado mais que tem em comum, processos de luta, ocupações e despejos, que se deram de forma concomitante sob a bandeira do MST” (SODRÉ; BERNAT, 2014, p. 1.684). Sendo que o Regional Leste foi o último Regional a qual o MST se estendeu.

Outra expressão dessa luta é a Regional Açailândia, onde o trabalho camponês define-se essencialmente pela produção agrícola diversificada. Diferencialmente dos monocultivos identificados em vastas extensões como nas roças, pode ser vista uma diversidade de produtos, como o arroz, feijão, milho e mandioca, assim como o quiabo, maxixe, pepino e tantos outros. Produção voltada à subsistência das famílias, com, antes de tudo, o consumo da produção e, em segundo plano, a comercialização do excedente (AZAR, 2013).

Além das ocupações e assentamentos o posicionamento da dirigente evidenciou as marchas e os variados espaços de debates do Movimento como expressões de construção da luta. Logo, podemos observar a importância das marchas para o MST, não apenas na perspectiva da construção da luta, no que refere o acesso a terra, mas na relação do Movimento com a acepção do coletivo, o que engloba a sua relação com a sociedade. Afinal, podemos observar que as

demandas levantadas pela sua organicidade questionam princípios basilares do capitalismo, que afeta não apenas os sujeitos do campo, mas a sociedade em sua grande parte.

Além da família, do coletivo e da articulação política, é importante que as pessoas notáveis da sociedade, justas e progressistas estejam conosco. A luta pela terra é como uma partida de futebol e a sociedade é a plateia. O time que não tem torcida se desestabiliza em campo. E é isso, sempre que a sociedade esteve ao lado dos camponeses, esses conseguiram. E, não podemos ter só a visão do latifúndio e da imprensa burguesa (TAL, 2019. Informação verbal¹⁷).

A imprensa burguesa, mencionada pelo dirigente, é uma das grandes responsáveis pela forma com que a sociedade brasileira veio percebendo o MST. Podemos considerar que a construção de resistência, sua árdua luta em prol de diversas bandeiras, inclusive direitos humanos e sociais e o questionamento da propriedade privada, colocam o MST na condição de alvo dos grupos de direita e de significativa fração dos meios de comunicação, o que diretamente influencia a forma com que a sociedade visualiza e interpreta o Movimento. Devido a isso, a luta incorpora, ainda, a demanda de almejar meios de comunicação que visem de forma democrática o amplo debate acerca das diversas questões no plano objetivo e não uma mídia que reflete apenas os interesses de uma minoria, contribuindo na formação de ideias que enfraquecem e desestabilizam uma luta histórica.

Podemos observar um discurso arquitetado de forma estratégica para que haja um processo de criminalização do Movimento, o que induz a uma visão dicotômica, de narrativas onde há vilões e “mocinhos”, elementos que implicam no apoio e na importante participação da sociedade. São discursos que reforçam a estigmatização dos mais variados movimentos sociais, colocando-os como “baderneiros”, “vagabundos”, “violentos”, entre outros.

Outra estratégia de resistência que o MST possui, são as ocupações de prédios públicos, que consistem em reivindicações realizadas nos órgãos responsáveis pelas respostas e intervenções demandadas pelo Movimento. O objetivo é de fato evidenciar para a sociedade que o órgão não efetivou os acordos realizados e de certa forma compelir os responsáveis a barganhar.

Há ainda, as manifestações nas grandes cidades, que contribuem de forma significativa para dar visibilidade às demandas do Movimento, mas também revela como as

¹⁷ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 03**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

articulações do MST estão para além do espaço necessariamente do campo, explicitando a inevitabilidade das articulações com os movimentos e organizações das grandes cidades, o que expressa um caráter de coletividade e amplitude da luta, isto é, uma luta que está muito além de demandas restritas aos povos do campo.

Podemos perceber esse entendimento em palavras de ordem como a mencionada por um dos militantes: “Só sai, só sai reforma agrária, com a aliança camponesa e operária” (TAL, 2019. Informação verbal¹⁸).

Observamos um prisma de considerar a luta na sua totalidade, a classe trabalhadora enquanto explorada e oprimida no capitalismo, independente se no campo ou na cidade, ainda considerando a acepção que o Movimento possui de reforma agrária, que nesses termos requer uma transformação estrutural do modo como a sociedade está organizada. E, não necessariamente pequenas reformas, que afetaria um grupo ou outro, mas uma superação das formas de exploração.

Podemos refletir ainda, como o referido posicionamento explicita o processo de identidade, enquanto expressão do modo de pensar e agir desse grupo, alicerçada a partir de suas lutas e maturação da consciência de classe. Logo, a aliança, as articulações, manifestam as construções para a dinâmica de materialização da solidariedade intraclasses.

No entanto, os processos de organização e formação política precisam considerar as peculiaridades imersas à heterogeneidade da classe trabalhadora. A título de exemplo, têm as mulheres, trabalhadoras rurais que historicamente travaram uma luta árdua para serem reconhecidas politicamente. Ao analisar a preocupação do Movimento com as questões de gênero, Morissawa (2001, p. 211) assinalou que:

A preocupação do MST com a questão de gênero consubstanciou-se numa das deliberações do 4º Encontro Nacional, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, no início de 1988: ‘priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos’. Em seu documento ‘A reforma agrária necessária’, o Movimento coloca como princípio fundamental ‘contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais’. No 1º Congresso Nacional, em 1985, elas estavam presentes na organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Já em março do ano seguinte, conquistaram junto com outros movimentos ligados a gênero, sua primeira grande vitória: o direito de receber lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais

¹⁸ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 06**. [26/10/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Assentamento Palmares II. Nina Rodrigues – MA, 2019.

ou irmãos. Ainda nesse período, as sem-terra de diversos estados organizaram encontros para refletir e avaliar suas formas de participação. Presentes em todos os setores e instâncias políticas do Movimento, elas têm sido fundamentais no desenvolvimento das ações em todos os níveis. Sua experiência nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, em suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no jornal e nas secretarias, resultou na criação do Coletivo Nacional das Mulheres do MST. É um espaço de debate permanente a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões.

Observamos como o Movimento pauta as relações de gênero, inclusive na perspectiva de que as mulheres são sujeitos políticos que possuem plenas condições de construção e desenvolvimento dos mais variados espaços de debates e estratégias de luta. Como manifestação concreta, ainda dessa atuação do MST ocorre os Encontros Regionais de Mulheres Sem Terra, onde se encontram as mulheres das mais variadas regiões, para promoverem reflexões e trocas de experiências, com o intuito de fortalecerem a luta e encaminharem pautas para o Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. “Uma coisa que o MST cresceu muito é a participação das mulheres, nós avançamos muito. Sempre tivemos as mulheres, mas o protagonismo dessas mulheres está mais vivo agora” (TAL, 2019. Informação verbal¹⁹).

Podemos refletir que a figura feminina avança, não apenas na perspectiva de quantidade, mas do avanço no próprio debate político-ideológico, uma vez que historicamente se convencionou a colocar as mulheres nos Movimentos somente nas atividades ditas femininas, como na cozinha e na limpeza, e na atualidade elas ocupam espaços e funções que exigem uma dinâmica de reflexão, a título de exemplo, temos inúmeras mulheres atuando como dirigentes intelectuais.

A questão de gênero é exacerbadamente acentuada no âmbito do campo, inclusive pelo fato de historicamente o homem assumir o papel de responsável pelo grupo familiar, o que o possibilita dentre outras questões, o trabalho e a arrecadação monetária para a residência. Porém, as mulheres vêm se destacando tanto na organização política, quanto no trabalho e contribuição monetária nas suas residências, o que significa que: “[...] as mulheres também têm assumido, cada vez mais, a responsabilidade pelo grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina aumentou, passando de 14,6 % para 17% entre 2006 e 2010” (IBGE/PNAD, 2006 e IBGE/ CENSO, 2010 citados por CONTAG, 2015, p. 12).

O MST contribui de forma significativa na luta das mulheres camponesas, na

¹⁹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 04**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

construção estratégica da Marcha das Margaridas, que vem ocorrendo desde o ano 2000. Sobre a Marcha, podemos afirmar que: “A Marcha das Margaridas abre a possibilidade do diálogo, da reflexão, da mobilização e da união das mulheres do campo, enquanto principais elementos para a superação de discriminação e exploração sexista” (CONTAG, 2015, p. 8).

Portanto, “o MST vive um processo de resistência o tempo todo, processo de enfrentamento, processo de luta, das ocupações, das marchas, das articulações, nos seminários, congressos, encontros” (TAL, 2019. Informação verbal²⁰). Esses espaços foram significativos para o processo de consolidação do Movimento, logo, explicitamos a importância de compreendê-los como em constantes construções, que se reafirmam e se dinamizam conforme as necessidades impostas pela conjuntura, uma vez que o Movimento em questão ao longo de sua história construiu uma face revolucionária, que questiona todas as expressões oriundas dos antagonismos intrínsecos à sociedade capitalista.

Os Congressos Nacionais precisam das linhas conjunturais e táticas do Movimento e possibilitam a confraternização entre os sem terra e a sociedade. Já os Encontros Nacionais são realizados a cada dois anos e buscam pensar, qualificar e demarcar linhas políticas e planos de trabalho dos setores de atividades. A coordenação nacional é constituída por dois membros de cada estado que são eleitos no Encontro Nacional e esses se reúnem conforme o cronograma anual e é incumbido pelo cumprimento das deliberações do Congresso e do Encontro Nacional e das decisões tomadas pelos setores de atividades.

Além dos congressos e encontros, temos a direção nacional que por sua vez deve conduzir e representar os estados, bem como trabalhar pela organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades. Os encontros estaduais são realizados anualmente para apreciar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST, programam atividades e selecionam os membros das Coordenações Estaduais e Nacional. As coordenações estaduais são compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais, são responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais.

As direções estaduais são compostas por um número variável de membros propostos pelas coordenações estaduais, também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, assim como pela organicidade e prosseguimento dos setores de

²⁰ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 04**. [20/08/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Solar cultural da Terra Maria Firmina dos Reis. São Luís – MA, 2019.

atividades. As coordenações regionais compostas por membros eleitos nos encontros dos assentados colaboram com a organização das atividades relacionadas às instâncias e aos setores.

As coordenações de assentamentos e acampamentos são desenvolvidas por membros eleitos pelos assentados e acampados do Movimento, são responsáveis pela organicidade e progresso das ações dos setores. E, há os grupos de base que são compostos por famílias, jovens ou grupos de trabalhos específicos (educação, formação, cooperação agrícola, comunicação, frente de massa, entre outros) que compõem a coordenação do assentamento.

No âmbito das expressões culturais, o Movimento ainda investe na poesia: “Nós temos essa coisa da poesia. É a utopia. A utopia que nos faz caminhar e ter uma caminhada melhor” (TAL, 2019. Informação verbal²¹).

Os militantes do Movimento acreditam que a poesia é uma forma de representar a luta, a sociedade e suas contradições. A partir dos versos, há uma leitura de mundo que permite não somente apreciar os momentos de criação, mas também fomentar a esperança. Com o posicionamento, podemos compreender a importância da produção na esfera da arte como impulsionadora do sentimento de pertencimento e como importante estímulo na caminhada da resistência.

A partir das formas de luta do MST, compreendemos um Movimento que não é isento de contradições, constrói esforços significativos mediante ao retrocesso intenso dos direitos da classe trabalhadora e dos direitos humanos como um todo. A partir de cada posicionamento, de cada símbolo, de cada narrativa e dos elementos da sua história, observamos de forma explícita uma árdua dinâmica de questionar o que é estabelecido como inquestionável na sociedade atual.

Logo, as diversas formas de luta demonstram a necessidade do diálogo, do debate, da formação política, como elementos imprescindíveis para a organização do Movimento da classe trabalhadora. Portanto, analisar as formas de lutas e expressões de resistência da classe trabalhadora, é considerar a dinâmica da realidade, a relação com as esferas econômicas, políticas e sociais e a interconexão desses elementos. No caso do MST, podemos refletir um legado com uma luta histórica, imersa em contradições e superações essenciais para o avanço da caminhada. A atuação do referido Movimento torna-se necessária considerando que a dinâmica da sociedade

²¹ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. **Entrevista 05**. [28/10/2019]. Entrevistador: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada no Assentamento Palmares II. Nina Rodrigues – MA, 2019.

exige processos de resistência, afinal: “A dominação e a exploração caracterizaram todas as formações sociais até o presente” (ACANDA, 2006, p. 208), como oriundas não de ordens naturais, mas dos modos de produção e por consequência das correlações de forças existentes ao longo da dinâmica histórico-social.

CONCLUSÃO

Reiteramos a relação da questão agrária com a questão social, considerando as expressões desta, as desigualdades estruturais do modo de produção capitalista, que gera a concentração de riqueza e as manifestações da apropriação privada do que é coletivamente produzido. Essa relação expõe as especificidades da pobreza e das formas de resistência e organização dos trabalhadores rurais, evidenciando as particularidades da luta de classes no espaço rural.

No âmbito do campo, o neoliberalismo tem oportunizado o progresso da exploração capitalista, representado por iniciativas econômicas respaldadas pelo Estado, como os designados grandes projetos e o agronegócio, que introduz modificações nas relações trabalhistas e transformações na questão agrária como recentes disposições que reivindicam aos trabalhadores rurais novas táticas e artifícios para sua reprodução social.

O agronegócio vem suscitando modificações estruturais no modo de apropriação privada da terra, com profundas repercussões, tanto nas formas de produção, quanto na dinâmica da luta de classes no campo, afinal não serão mais somente os grandes fazendeiros expoentes da burguesia agrária, mas um imbróglcio composto por uma articulação entre estes, os grandes grupos empresariais, grupos políticos e a mídia.

No entanto, podemos observar que a luta pela terra no Brasil remonta ao período colonial, com distintas expressões da resistência dos trabalhadores rurais. Tal luta perpassou diferenciados períodos históricos, estimulando processos de desapropriação do latifúndio e a composição de novas concepções e consciências. Assim como observamos nesta elaboração, as lutas da classe trabalhadora se inserem na dinâmica da história nacional.

Entendemos que a desapropriação do latifúndio, em sua essência significa uma tentativa de amenizar as desigualdades sociais e se concebe como um requisito que permanece na contemporaneidade. Esta é acrescida pela consciência de que os assentamentos e ocupações são seguidos por uma luta mais ampla, que questiona a estrutura fundiária concentrada do país, colocando em destaque a necessidade de políticas públicas mais abrangentes na busca pela Reforma Agrária Popular.

É válido destacar que a organização política dos trabalhadores rurais, e sua postura questionadora e transformadora, estão relacionadas às conformações da questão agrária e da

dinâmica capitalista. As expressões concretas como o monopólio da terra e as articulações entre o Estado e os setores agrícolas, são alguns dos determinantes das reivindicações das classes subalternas.

O estado do Maranhão, aqui destacado nesta configuração histórico-conceitual exposta sobre a relação da questão agrária com as lutas sociais da classe trabalhadora, expressa as contradições inerentes ao avanço do capital, enquanto um dos estados com maiores índices de desigualdade social, que historicamente exportou matéria-prima e que se tornou espaço de intensos conflitos fundiários, devido principalmente ao avanço dos grandes projetos, e suas implicações para os povos tradicionais e famílias camponesas.

Dentre os movimentos que possuem um rol de atuação frente a esses dilemas, temos o MST que se constituiu a partir da necessidade da retomada de luta pela terra, exatamente quando os grandes empreendimentos adentraram o estado em tela, que sempre foi um território estratégico para o capital, que para além de aspectos econômicos e sociais, possui sua história marcada por uma estrutura política firmada nas oligarquias, sempre aliadas aos interesses da classe dominante.

O MST possui um perfil de uma entidade composta pela classe trabalhadora que busca articular os interesses e demandas da classe, com um diferencial significativo, que é uma luta ampla, indo da pauta do acesso a terra, até o questionamento das formas de dominação e exploração do capital, considerando a questão agrária enquanto resultante das contradições do sistema capitalista. Logo, o MST levanta a bandeira do acesso a terra, bem como das políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais, mas também a construção dos caminhos para uma sociabilidade para além do capital.

Tanto no Brasil quanto no Maranhão, podemos observar que a gênese do MST não se tratou de um evento único, por meio de momentos isolados, mas de intensas articulações, que possuíam características comuns e uma continuidade. E, historicamente esse movimento tem sobrevivido e resistido às diversas formas de violência implementadas no intuito de reprimi-lo.

A formação desse Movimento, na particularidade do Maranhão, significou uma nova possibilidade de resistência e organização dos trabalhadores rurais, considerando que até então as expressões dessa organização estavam nos sindicatos e associações existentes nos interiores da referida unidade federativa.

A ocupação desde os primórdios do movimento se tornou uma das principais expressões de luta, ponderando que é nela e por meio dela que o movimento consolida a ótica da transgressão, do questionamento e, sobretudo da coragem. Na ocupação os sujeitos se articulam, mobilizam e realizam ações estratégicas, que para além de meramente dispêndio de força física, requer inteligência nas suas mais diversas formas de expressão. É, pois, nos processos de ocupação, que há formas de resistência, mas também as construções do sujeito e sua percepção enquanto ser Sem Terra.

Além da ocupação da terra, mas sempre articulada a ela, o referido Movimento possui uma ampla defesa da educação, mas compreendendo-a para além da continuidade formal do ambiente escolar e articulada incessantemente à prática e ao contexto social. Assim, essa acepção elenca a educação enquanto fundamental para os processos organizativos e políticos, uma vez que é por meio da primazia da práxis, enquanto ação humana concreta e refletida, que os processos de educação tornam-se instrumento de transformação social.

Nessa perspectiva, não é possível pensar a emancipação humana e uma mudança na sociabilidade que não seja por meio da educação, mas não da forma em que esta é considerada e efetivada no modo de produção capitalista, porém gestada com aproximações de uma transformação educacional, sendo esta: “o objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil” (MESZÁROS, 2008, p.15).

Assim, a educação se torna uma das principais bandeiras de luta do Movimento, compondo com outros objetivos o seu programa agrário, que frente à complexificações da exploração e opressão dos trabalhadores rurais, passou a considerar uma Reforma Agrária Popular, ou seja, uma reforma para além dos limites da reforma agrária clássica. Portanto, o programa agrário do MST elucida a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na organicidade do movimento, podemos compreender os horizontes por ele defendidos, o caráter democrático da dinâmica de liderança, os laços de solidariedade, que são materializados na articulação intraclasse, bem como a importância conferida à educação e consciência política, enquanto elementos essenciais nos questionamentos realizados e nas análises da estrutura social.

A atuação do MST na questão agrária explicita os horizontes para a concretização dos referenciais históricos de outro projeto societário, e se percebeu, a partir deste trabalho que há uma necessidade concreta de reflexão em torno dessa questão, inclusive pelo fato da sua

correlação com as expressões da contradição capital e trabalho e os seus mecanismos de enfrentamento por parte das diversas organizações.

Com isso, a luta pela terra possui uma complexidade, que pode admitir distintos modos e sentidos, estando relacionada à: “[...] um contexto de luta pelo espaço e de luta pela ruptura de poder, a conquista do espaço está ligada à afirmação de uma identidade social [...]” (MIRANDA, 2003, p. 17). À vista, o MST expressa a articulação e estratégia de organização das famílias que vivem no campo, de suas demandas e necessidades seculares, que estão intrinsecamente relacionadas às contradições estruturais. Expressões estas passíveis de novos contornos, mas que em seu histórico de materializações vem englobando a luta pela terra e na terra.

Por fim, destacamos o caráter inacabado desta pesquisa, e das inquietações sobre os elementos levantados neste trabalho, a fim de possibilitar problematizações para debates futuros acerca da complexidade vigente entre as categorias analisadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, Anpocs. Ed. da Unicamp, 1992.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ACANDA, Jorge Luís. **Hegemonia e cultura revolucionária**. In: Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALBUQUERQUE, Valéria. **Reforma Agrária no governo Lula**: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Valéria de Oliveira Albuquerque. Franca: UNESP, 2006.

ALENTEJANO, P. R. R. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. In: Agrária, n°1, pp. 2-15, 2004.

ALIER, Joan Martínez. Correntes do ecologismo. In: **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**: autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. CPT – MA. São Luís, 1981.

ALMEIDA, José Maria de. **O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais**. In: Conferências e Deliberações do 38º Encontro Nacional

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos**: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

AMIN, Samir; HOUTART, François (Org.) **Mundialização das resistências**: o estado das lutas São Paulo: Cortez, 2003.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADES, T.O de; GAMINI, R. N. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. Publicado em 2007. Disponível em: www.Cesjf.br/revista/edições/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: abril. 2019.

ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, H. S. **Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão.** Caderno CRH, Salvador, v. 29, nº. 77, pp. 281-294, Maio/Ago, 2016.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra:** uma análise da colonização da Pré-Amazônia. UFMA/PPPG/EDUFMA. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária. São Luís, 1987.

ASSELIN, V. **Grilagem:** Corrupção e violência em terras de Carajás. Imperatriz: Ética, 2009.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohring (1988). **A guerra dos bem-te-vis.** A balaiada na memória oral. 2. ed. Coleção Humanidades, v. 6. São Luís: EDUFMA, 2008.

AZAR, Z. S. **A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão.** São Luís: JOINPP, 2011.

AZAR, Zaira Sabry. **Território e Políticas Públicas no Maranhão.** In: PRAZERES, Maria Alice Bogéa; MACEDO, Miguel. (Orgs.). Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável. Fortaleza: Fundação Konard Adenauer, 2007.

AZAR, Z. S. O AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO: uma estratégia destrutiva do capitalismo neoliberal no campo. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Universidade Federal do Maranhão, 2015.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2013.

AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. In: **Revista de Políticas Públicas,** 2018.

BARROS, I. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária:** considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. São Paulo, n. 131, pp. 175-195, jan./abr. 2018.

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil. **Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** São Luís: EDUEMA, 2006.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O Maranhão “moderno”:** uma contraditória lógica capitalista. In: BARBOSA, Zulene Muniz; CARDOSO, Franei Gomes. (Orgs.). Desenvolvimento Socioespacial e regional no Maranhão: Novas e velhas questões. São Luís: EDUEMA, 2015.

BOITO Jr. A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** 1ª ed. Xamã editora. 1999.

BOLSADI, O. V.; BORIN, M. R.; SILVA, J. G. da; BELIK, W. **Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período de 1990 a 2000**. ACRIC. São Paulo – SP. pp. 23-40, 2002.

BOTELHO, A. C.; ALMEIDA, J. G.; FERREIRA, M. da G. R. O avanço dos “Eucaliptais”: análise dos impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. **Revista Percorso Nemo**, Maringá, v. 4, n. 2, pp. 79-94, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRETON, Binka Le. **Vidas Roubadas**: a escravidão moderna na Amazônia Brasileira. São Paulo: ed. Loyola, 2002.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos**. In: Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária, 2012. Uberlândia: Anais. UFU, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. In: Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 1, pp. 60-81, Jan/Jun, 2003.

CAPORAL, **AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA**: o caso do Brasil. Seminário: Agroecologia. pp. 63-74, 2012.

CARNEIRO, M. S. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão**. In: A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

CANARY, Henrique. **O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Maria Suely Dias e PEREIRA, Ruthiane Silva. **FETAEMA 40 ANOS**: sua luta nossa história. São Luís: Kzau produções artísticas, 2012.

CARDOSO, F. G. ORGANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: condições para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas. **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Quarenta anos de lutas sociais no campo maranhense: principais tendências e desafios colocados para o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais**. In: FETAEMA 40 ANOS: sua luta nossa história. São Luís: Kzau produções artísticas, 2012.

CARVALHO, Fernanda Cunha. **Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís – MA**. São Luís – MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de et al. (Orgs.). Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

CARVALHO, Adriana Lima de. OLIVEIRA, Edelwiss Falcão de. A Questão Social no Contexto Contemporâneo. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Fortaleza, 2004.

CARVALHO, H. M. **As lutas sociais no campo: Modelos de produção em confronto**. Universidade e pesquisa. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2014.

CARVALHO, F. CIDADE, L. Conflitos Territoriais em São Luís do Maranhão pela Implantação da Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui. GEDMMA/ UFMA. Data de aprovação: 05/11/2014.

CAVALCANTI, C. R. **O movimento pela educação do campo: contexto histórico e fundamentos políticos-pedagógicos**. s/d.
Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/o-movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf. Acesso em: 28/10/2019.

CFESS, Apresentação In: **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada\Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012.

CHAYANOV. A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista. [1924]. In: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, pp. 79-114 – 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHRISTOFFOLI. Pedro Ivan. **A constituição e o desenvolvimentismo de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos da reforma agrária**. Caderno de Cooperação Agrícola, nº. 11. São Paulo: COCNRAB, 2004.

COELHO, D. Avanços para o combate ao trabalho escravo no Maranhão 2015-2016. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, 2017.

CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980. [Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão].

CONCRAB. **Cooperação Agrícola: eixos prioritários de ação, princípios e formas**. Brasília: CONCRAB, 2007. (Cadernos de cooperação agrícola, nº 5).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONTAG. **Margaridas**. In: Caderno de textos para estudos e debates, 2015.

CORREA, Bianca Sampaio. **O processo de implantação da Refinaria Premium em Bacabeira: caso da Comunidade Rural de Santa Quitéria**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**.

Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

DAHER, Maria José; Barbosa, Angelim Caroline; Leite Vidal, Leonara; Kelly Paes, Gracy. Contribuição do enfermeiro na prevenção de doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos por trabalhadores rurais. In: **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**. *Online*, vol. 3, núm. 3, julho-septiembre, pp. 2080-2087. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil, 2011.

DELGADO, Guilherme da Costa. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão**. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Cecília Minayo (organização). 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DIAS, C. M. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. Estudos e Sociedade e Agricultura. 05 de novembro, 1995.

DUARTE, Karina Lima. Relações da Questão Agrária e “Questão Social” no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo, 2013.

DURIGUETTO, M. L. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.** Serv. Soc. São Paulo, n°. 128, pp. 104-122, jan./abr, 2017.

FEITOSA, M. **TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO:** a atuação do Ministério Público do Trabalho na sua erradicação. In: Cadernos UNDB, São Luís, v. 4, jan/dez, 2014.

ELIAS, M. F. M. **A cooperação agrícola na organização política do MST:** um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. São Luís, 2008.

ELIAS, Denise. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil.** In: ALVES, V. E. L. Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência Editora. pp. 25-44, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária? In: A Questão Agrária na Virada do Século. Vol. II – Mesas Redondas. **XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Presidente Prudente, 1998.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. **Reforma agrária no Governo Lula:** a esperança. 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_R A.pdf. Acesso em: 13/10/2018.

FERNANDES, B.. M. **Agronegócio:** a nova denominação do latifúndio. Jornal Sem Terra, São Paulo, ano XXIII, n°. 243, p. 3, 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita.** In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil. pp. 191-205, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-maranhao>. Acesso em: 12/ 10/ 2018.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão:** um Rio Grande de possibilidades e suas barragens. São Luís: EDUEMA, 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 2008.

GIRARDI, E. P; MANÇANO, B. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: A Reforma agrária conservadora.** São Paulo, nº 08, pp. 73-98, 2008.

GONÇALVEZ, J. S.; SOUZA, S. A M. **Heterogeneidade e competitividade: o significado dos conceitos frente ao mosaico de disparidades da agricultura brasileira.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 30, n. 11, p.34-48, nov. 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro (RJ): CIV. Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Obras Escolhidas.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 2. ed. São Paulo: Edições: Loyola, 1998.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Edições: Loyola. São Paulo. Brasil, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.** 12. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1998.

IAMAMOTO, M. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: **Ser social**, Brasília, v.15, n. 33, pp. 261-384, jul/dez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2, n.3 (jan-jul). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 17 de abril de 2019.

KAY, C. A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 12(3), pp. 16-28, 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAZARETTI, M. A. Lênin. **O campesinato e o MST.** In: Tempo da ciência (14) 28: 131-142. 2º semestre de 2007.

LEITÃO, S.; SILVA, M.; MUNIZ, A.; NASCIMENTO, N. Caracterização Socioambiental das Plantações de Eucalipto no Maranhão. In: **10º Simpósio de Qualidade Ambiental**. PUCRS. Porto Alegre/ RS, 2016.

LEÃO, L. **Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública**. Artigo aprovado em 14/09/2015. Grupo de Estudos Ambientais e de Saúde do Trabalhador, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Apresentação Wladimir Pomar. Editora Brasil Debates. Coleção Alicerces. São Paulo, 1980.

LENIN, V. I. **Sobre os sindicatos**: história e política. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Editora Instituto José Luís: Rosa Sundermann, 2005.

LOPES, C. ALBUQUERQUE, G. **Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental**: uma revisão sistemática. In: Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 42, nº. 117. pp. 518-534, abr-jun, 2018.

LIMA, M. S. **Construindo o Sindicalismo Rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora oito de março, 2005.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Martins Fontes, 2003.

LUZ, G. **A revolta Balaiada no Maranhão**. Universidade Federal do Maranhão, 2016.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1980. v. III.

MARX, Karl. [1847]. **A miséria da filosofia**. 2ª edição. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Editora Moraes, 1987.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. O processo de produção do capital: tradução: Rubem Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Editora Vira Mundo, 2004.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do termo camponês. In: **Revista Nera.** Presidente Prudente. Ano 11. pp. 57-67. Jan. Jun/2008.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980/** João Pedro Stédile (org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINE; Arias. **Modernização e emprego no campo.** In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, pp. 4157, 1987.

MENDONÇA, C. BORGES, J. AZAR, Z. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO: algumas considerações. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 14 – Educação do/no campo.** Curitiba, 2017.

MENEZES, Marly Cutrim de. **Políticas educacionais do campo: PRONERA e PROCAMPO no Maranhão –** São Paulo. 2013.

MESQUITA, B. A. et al. Formação socioeconômica do estado do maranhão. In: **Formação Socioeconômica da Amazônia.** (org) CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio; Organizadores – Belém: NAEA, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRANDA, A. C; MOREIRA, J. C; CARVALHO, R; PERES. F. Neoliberalismo, el Uso de Pesticidas y la Crisis de Soberanía Alimentaria en el Brasil. In: **Breilh. J,** organizador. Informe Alternativo Sobre La Salud en América Latina. Quito: CEAS; 2005.

MIRANDA, A. A. B. M. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão – O caso do MST.** Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2003.

MIRANDA, A. C. et al. **Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil.** Neoliberalismo, el Uso de Pesticidas y la Crisis de Soberanía Alimentaria en el Brasil. In: Breilh J, organizador. Informe Alternativo Sobre La Salud en America Latina. Quito: CEAS; 2005.

MIRANDA, A. A. B. de. **De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos Rurais.** São Luís: EDUFMA, 2010.

MIRANDA, Aline Silva Sousa de; RODRIGUES, Ubiratane de Moraes. **Gestão Educacional do Campo: um olhar panorâmico sobre a realidade do Maranhão.** UemaNet, São Luís, 2010.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfretamento. In: **Serviço Social e Sociedade**. nº 110. São Paulo. Apr/Jun, 2012.

MONTENEGRO, A. **As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964**. In: Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004 .

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

MST, Programa Agrário do. **Cartilha: Texto em Construção para o VI Congresso Nacional**. 1ª Edição Abril, 2013.

MUELLER, Charles. **Crescimento, Desenvolvimento e Meio Ambiente**. In: Os economistas e as relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente. Brasília: FINANTEC – UNB, 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. Questões da nossa época nº 20. São Paulo, Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. “Prefácio” e “Introdução”. In: Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. **Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PASTORINI, A. Transformações societárias e questão social: as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PARO, Walter Roberto. Trabalho Forçado e a Justiça do Trabalho. **Revista Semestral Synthesis** – Direito do Trabalho Material e Processual. Órgão Oficial do TRT da 2ª Região, São Paulo, nº. 38, 2004.

PELEGRINO, A. C. **O tráfico de escravos indígenas no Estado do Maranhão: uma análise quantitativa**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH – Rio: saberes e práticas científicas, 2014.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A luta pela terra no Maranhão**. São Luís, UFMA/Mestrado em Políticas Públicas, 1999.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Caroline Nascimento. **Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba**. Boletim regional, urbano e ambiental. Jan-junh, 2018. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8462/1/BRU_n18_Aspectos.pdf Acesso em: 22/10/2019.

PINHEIRO, Ivan Martins. **O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais**. In: Conferências e Deliberações do 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Rio Grande do Norte, 2007.

PIMENTEL, Edlene. **Uma "Nova questão social"?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense. 26ª. ed. 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos; MARINHO, Samarone Carvalho. **O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e rede Justiça nos trilhos**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, vol. 17, n. 3, set./dez. 2013.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social: repensando o Estado Providencia**. Trad. de Sérgio Bath. – Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, E. P. A questão social em debate. In: **Revista Praia Vermelha**. nº 10. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de et al. (Orgs.). **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SAMPAIO, João Alves; JULIANELLI, Kesley Medeiros; PENNA, Márcio Tôres Moreira. **Ferro – Mina N5 – Carajás/CVRD**. Comunicação Técnica elaborada para o livro Usina de Beneficiamento de Minérios do Brasil. Rio de Janeiro, 2002.
Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002159-00.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 217f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Brígida Rocha dos Santos; SILVA, Fabrícia Carvalho da; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho Nascimento. **Centro de Referência em Direitos Humanos de Açailândia – MA: Enfrentamento ao Trabalho Escravo na Amazônia Maranhense**. In: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; SILVA, Fabrícia Carvalho da Silva (Org.). Trabalho Escravo Contemporâneo: Reflexões e Militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmen Bascarán. Imperatriz: Ethos, 2015.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2005.

SERIACOPI, G. C e A. **História**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SILVA, J. G. Da. **O que é Questão Agrária**. 11ª ed. São Paulo: brasiliense, 1985.

SILVA, Jonas Borges da. **A MIGRAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO: o caso do assentamento Cigra – Lagoa Grande do Maranhão**. UNESP, Presidente Prudente, 2011.

SILVA, Karênina Fonseca. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão: entre a necessidade e a liberdade**. Tese – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. UFMA, 2019.

SOARES, L. T. **Ajustes neoliberais e desajustes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1999.

SODRÉ, R. **A LUTA PELA TERRA À LUTA NA TERRA: o caso do PA Cristina Alves (Itapecuru Mirim – MA)**. XXII ENGA: Encontro Nacional de Geografia Agrária: agentes, processos, conflitos e conteúdos do espaço agrário brasileiro. Natal, novembro de 2014.

SODRÉ, R. **As (Re) Formas da questão agrária Maranhense: multiplicidades e singularidades nos Assentamentos: Cigana e Cristina Alves – Itapecuru Mirim**. São Luís – MA, 2015.

SODRÉ, R. B. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. Dissertação do programa de pós-graduação em geografia. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís – MA, 2017.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**, 1ª reimpressão, 2000.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária**. In Dicionário da educação do campo. 1.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012.

STÉDILE, J. P. Introdução. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980/ João Pedro Stédile (org.)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **“Matuchos”, exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEIXEIRA, M. A. Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964. In: **Revista de História** (2010). p. 121-136.
Disponível em: http://www.revistahistoria.UFBA.br/2010_1/c08.pdf. Acesso em: 12/07/2019.

TROTSKI, Leon. **A concepção marxista do sindicato**. 2. ed. São Paulo: Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, 2004.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís. IMESC, Caderno nº 5, 2008.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHET, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM
MILITANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA –
MST**

Objetivo: Analisar as formas de organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente à questão agrária no Maranhão sob o neoliberalismo.

1. Gênese do MST no Maranhão:

- a) Quais os elementos da conjuntura influenciaram na gênese do Movimento no estado do Maranhão?
- b) Quais organizações e demais Movimentos estavam na articulação na gênese do MST no Maranhão?
- c) Quais sujeitos participaram do processo de constituição do Movimento de forma ativa?

2. Expansão do MST no Maranhão:

- a) Que elementos podem ser destacados acerca dos processos de articulação e autonomia do Movimento no contexto do Maranhão?
- b) Quais as construções podem ser destacadas na formação da identidade do Movimento?
- c) Como se configuraram ao longo da trajetória do Movimento questões como: organicidade e princípios?

3. Estratégias de luta no neoliberalismo:

- a) Qual a relação da questão agrária com o neoliberalismo?
- b) Quais os desafios e possibilidades da luta dos trabalhadores rurais no período neoliberal?
- c) Quais os mecanismos estratégicos do Movimento na organização política e resistência sob a égide do neoliberalismo?

ANEXO

ANEXO A – RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO MARANHÃO (Continua)

REGIONAL LAGEADO (Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso, São Pedro dos Crentes).												
ASSENTAMENTOS	Nº FAMILÍAS	DEMANDAS										
		INSTALAÇÃO						ESTRADA		Energia	Poço	Sistema de Abastecimento
		Fomento	Apoio Inicial I	Apoio Inicial II	Habitação	Fomento Mulher	Reforma	Construção km	Reforma km			
Brejo da Ilha	103	-			-		70	-	12	-	-	-
Mundo Novo	42	-			-		-		-			
Serafim	38	-			-		37	06	06	-	01	01
Maravilha	55	-			-		31	-	30	09	-	-
Oziel Alves	29	-			29			10		04	01	
Minador Grande	48	-			-		48	50	-	18	-	-
17 de Abril	26	-			-		16	-		-	-	-
Paulo Freire	33	-			-		33			-		
TOTAL REGIONAL	374	-			29		235	66		31	02	01
Oziel Pereira	60	-			-		60	42	-	45	-	-
Pe. Josimo I	45	-			-		45	10	-	-	-	-
Carlos Mariguella	97											
Curitiba	55	-			-		55	-	11	10	-	-
Cipó Cortado												
Olga Benário	80	55			-		-	25	-	15	01	01
TOTAL REGIONAL	337	55			-		160	77	11	70	01	01
REGIONAL IMPERATRIZ (Montes Altos, Governador Lobão, Imperatriz, Davinópolis).												
Novo Horizonte	50	-			-		50	-	-	10	-	01
Gameleira/Matões	85	-			-		85	-	20	-	-	-
Palmares	107						107		20			
Itacira – Criminosa	124	-			-		-	-	22	20	02	02
Juçara	49						49	04			01	
1º de Maio	64	-			-		38	-	25	10	01	01
Alegria	49	-			-		49	-	20	10	01	01
TOTAL REGIONAL	529						378	04	107	50	05	05
REGIONAL AÇAILÂNDIA (Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim, Itinga do Maranhão).												
Açaí	525						525	50	50		02	01
Califórnia	186						186	27	40	186	05	
Nossa Senhora Aparecida	132						132	30	20	-	01	01
Roseli Nunes	157						157	50	30	-	01	-
Chico Mendes I e II	135						135	30	20	-	02	-

ANEXO A – RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO MARANHÃO (Continua)

ASSENTAMENTOS	Nº FAMILIAS	DEMANDAS										
		INSTALAÇÃO						ESTRADA		Energia	Poço	Sistema de Abastecimento
		Fomento	Apoio Inicial I	Apoio Inicial II	Habitação	Fomento Mulher	Reforma	Construção km	Reforma km			
REGIONAL AÇAILÂNDIA (Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim, Itinga do Maranhão).												
Alta Floresta	142						142	40	60	142	01	01
Santo Antônio/Bela Vista	180						180	30	50	180	02	02
Terra Livre	108	108			108		-	60	-	108	02	01
Horizonte Azul	52	52			40			80	01		01	01
João do Vale I	40	40	04	40	52		-	15			01	01
TOTAL REGIONAL	1.657	200			200		1.457	412	271	616	18	08
REGIONAL PINDARÉ (Buriticupu, Bom Jardim, Santa Luzia do Tide).												
07 de Maio (CIKEL)	377	100			-		377	-	30	20	01	01
11 de Junho (CIKEL)	292	-			-		180	-	40	-	01	01
Brasilândia (CIKEL)	300	88			-		180	-	40	-	01	01
Califórnia Diamantina	93	93			32		61	-	30	-	01	01
Tabocão (CIKEL)	274	80			-		160	-	40	-	02	02
Amazônia		104			57		104	28	35	08	01	01
Flechal – Vila Piçarreira	200	20			200		-		60	60	04	04
TOTAL REGIONAL	1.536	485			289		1.062	28	275	88	11	11
REGIONAL MÉDIO MEARIM (Lagoa Grande do Maranhão).												
Cigra	763	48			360		763	-	100	-	-	-
João do Vale Verde												
TOTAL REGIONAL	763	48			360		763	-	100	-	-	-
REGIONAL BAIXADA (Pedro do Rosário, Newton Belo, Igarapé do Meio, Monção).												
Quadra 04 de Maio	42	12	-	-	12		30		12	03	01	01
Boa Vista II	31	31	-	-	31	-	31		07	04	01	01
Santa Lúcia	40	-	40	-	40		40		12	-	01	01
Diamante Negro – Jutay	223	-			14		223	-	21	-	-	-
Lage Comprida	167	-			-		-	11	-	-	01	01
Vila Esperança	52	-			-		-	-	-	-	01	-
Flor do Vale/Margarida Alves	90	-			-		-	-	-	05	01	01
São Judas Tadeu	26	-			-		-	-	-	04	01	01
Jerusalém	32	32	32	32	32		32	08		32	01	
TOTAL REGIONAL	703	75			129		356	19	52	48	08	06
REGIONAL ITAPECURU (Itapecuru Mirim, Pres. Vargas, Vargem Grande, N. Rodrigues, Chapadinha).												

ANEXO A – RELAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NO MARANHÃO (Conclusão)

ASSENTAMENTOS	Nº FAMILÍAS	DEMANDAS										
		INSTALAÇÃO						ESTRADA		Energia	Poço	Sistema de Abastecimento
		Fomento	Apoio Inicial I	Apoio Inicial II	Habitação	Fomento Mulher	Reforma	Construção km	Reforma km			
REGIONAL ITAPECURU (Itapecuru Mirim, Pres. Vargas, Vargem Grande, N. Rodrigues, Chapadinha).												
Cristina Alves	91	91	91	99	91	45	91	25	20	20	03	02
Conceição Rosa	99	99	-	80	99	36	36	13	09	-	01	-
Padre Josimo	80	80	-	-	80	40	43	15	18	-	01	01
Placas – Olga Benário	23	23	23	23	23	20	-	02			01	
Padre Trindade	50	50	-	-	50	-	50	20	25	-	01	01
Mangueira	142	142	-	-	142	-	115	-	28	30	02	01
Palmares II	380	380	-	-	380	30	380	-	25	-	02	02
N. S. Aparecida – Baturité	47	-	-	-	-	-	47	-	04	-	01	01
Pavi II	72	37	37	37	37	-	-	-	-	37	01	
Nossa Senhora de Fátima	88	88	88	88	88	-	-					
Primeiros Campos	42	42	42	42	42	-	-					
TOTAL REGIONAL	1.114	1.032	281	281	1.032	171	762	75	129	87	13	08
TOTAL GERAL	7.013	1.895			2.039		5.173	681	993	990	58	40